

Trabalho de especialização

Leília Maria Vieira Helm

A integração do índio na
estrutura agrária do Paraná:

o caso Kaináng

7.70
11.11

À memória de meu pai:

A quem saber que não sei

tanto devo

E a distinguir o que se sabe

tanto admiro.

Em homenagem a minha mãe pelo

muito que tem dedicado de seu

tempo às suas filhas e netas.

AGRADECIMENTOS

Durante o Curso de Especialização em Antropologia Cultural, que realizamos no Museu Nacional do Rio de Janeiro, sob a orientação do etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira, foi elaborado o Projeto de Pesquisa sobre os índios Kaingáng, que nos propusemos estudar, no interior do Estado do Paraná. Devemos a Cardoso de Oliveira e à equipe de professores da Divisão de Antropologia daquele Museu o estímulo inicial, para emprendermos a investigação proposta, a uma parte de nossa formação em Antro-

pologia Social.

Os professores da Universidade Federal do Paraná — José Loureiro Fernandes e Brasil Piniheiro Machado — o primeiro como diretor do então Departamento de Antropologia e o último, quando na presidência do ex-Conselho de Pesquisas, deram amparo material ao Projeto e facilitaram grande parte da execução do trabalho de campo.

A professora Cecília Maria Westphalen, na qualidade de Presidente, em exercício, do Conselho de Ensino e Pesquisas e outros dignos conselheiros aprovaram pedido nosso, em 1973, de uma bolsa de iniciação científica para a Sra. Jussara M. Marcondes Carneiro, do Curso de Ciências Sociais, que nos prestou inestimável auxílio, no levantamento de dados e atualização do fichário da pesquisa bibliográfica.

Ao Professor Herley Mehl, Presidente ilustre da COPERTIDE-PR, bem como aos demais membros, que integram a Comissão desse Órgão, desejamos expressar nossos sinceros agradecimentos pelo atendimento a solicitação que fizemos para, neste primeiro semestre, dedicarmos integralmente nosso horário de trabalho, em regime estendido, às atividades de pesquisa e redação

da monografia Kaingáng.

Aos colegas de Departamento e alunos da UFP, que prestaram colaboração desinteressada, somos gratos.

Aos estudiosos de Antropologia e ciências afins, que deram incentivo para a concretização deste trabalho e também sugestões, somos devedores de especial reconhecimento. Desejamos esclarecer que as idéias aqui contidas são de nossa inteira responsabilidade.

Não fora a compreensão e eventual ajuda de Édison, este trabalho dificilmente teria se realizado. Foi companheiro de inúmeras viagens de pesquisa pelo interior do Paraná, outras vezes assumiu os encargos domésticos, enquanto íamos a campo. A ele e às nossas filhas, que tão bem acatam nosso ideal de trabalho, todo carinho e gratidão.

Denis Cesar gentilmente reproduziu as fotografias que ilustram a tese e a capa - um desenho de Debret. Simboliza um índio "coroadado" em pleno desempenho de suas atividades tradicionais, antes da "acaboclição" que a condição de "integrado" o conduz.

Para com os índios Kaingáng, que nos acolheram cordialmente e facilitaram o trabalho

de Campo, temos uma dívida muito especial. Na elaboração da tese procuramos evitar, cuidadosamente, que a enorme simpatia que devotamos a eles interferisse nas interpretações.

Também desejamos registrar nosso reconhecimento aos funcionários da União e regionais, que nos receberam bem. A colaboração dada permitiu a compreensão da situação do índio, pela ótica do "civilizado".

Assim, somos devedores a índios e brancos e a todos os inúmeros amigos que fizemos, durante a execução deste trabalho.

Curitiba, julho de 1974.

INTRODUÇÃO

A realização de um estudo sobre o contato entre índios e brancos no Paraná não pôde deixar de levar em consideração as recentes contribuições dadas à ciência antropológica por especialistas preocupados em "compreender" e explicar a situação em que ficam as populações indígenas, como resultado da penetração de segmentos pioneiros da sociedade brasileira em seus territórios tribais." 1/

Dois trabalhos publicados pela Revista América Latina, em 1962 e 63, respectivamente,

trazem nova orientação às pesquisas que focalizam as relações interétnicas no Brasil.^{2/} Ambos resultaram da experiência de campo acumulada por Roberto Cardoso de Oliveira e das leituras que fez das obras de Etnologia moderna, notadamente as que tratam das "diversas tradições de estudo do fenômeno das relações entre povos de culturas diferentes, fundadas — essas tradições — em pontos de vista específicos". No artigo "Aculturação e Fricção Interétnica" faz uma análise crítica das tradições britânica e norte-americana e mostra a influência que exerceram em pesquisas realizadas no Brasil. Uma terceira concepção — a dos africanistas — que provém de investigações feitas por estudiosos franceses, convencionalmente chamada "estudos de situação", inspirou a teoria que fundamenta o Projeto: Estudo de Áreas de Fricção Interétnica do Brasil.

A fecundidade da teoria do contato exposta no livro SOCIOLOGIE ACTUELLE DE L'AFRIQUE NOIRE de G. Balandier, no qual apresenta a noção de "situação colonial"^{3/} permitiu que se assumisse uma perspectiva sociológica nos trabalhos sobre relações entre índios e brancos.

O autor do projeto aludido em linhas a-

trás previu a amplitude do tema e considerou que seria ideal que o estudo contivesse a maior variedade de casos possíveis. A pesquisa inicial se concentrou nos estudos das sociedades Tukúna, Asuriní e Gaviões, Krahô e Xerente, 4/ enquanto casos significativos de um processo ou de uma situação mais geral e se orientou para a descrição e análise das RELAÇÕES DE FRICÇÃO entre índios e não índios, engendradas pelo contato interétnico". 5/

Já em 1957, em primorosa coletânea de ensaios por demais conhecida e, hoje, praticamente rara, em A ETNOLOGIA E A SOCIOLOGIA NO BRASIL, Florestan Fernandes escreveu: "faltamos material seguro para um estudo comparativo das diferentes situações de contato racial e cultural, que se sucederam no passado ou que coexistem no presente. 6/ Justificou a ausência desse material, porque as investigações etnológicas e sociológicas eram recentes.

Ainda em "Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil" realçou a necessidade de formação de um padrão intelectual de trabalho científico e apontou as condições mínimas, para que o refinamento contínuo viesse a ocorrer na investigação etnológica.7/

Copioso material etnográfico foi levantado e interpretado nos últimos anos. O interesse pelo aprimoramento teórico conduz Cardoso de Oliveira a afirmar, com referência aos estudos sobre o contato interétnico: "A constante busca de refinamento metodológico e teórico... processo natural de desenvolvimento de qualquer ciência", nem sempre tem levado os etnólogos a "compreender bem a estrutura e a dinâmica das relações entre povos de etnia distinta, inseridos numa situação determinada: a situação de contato".^{8/}

Ao realizar um balanço crítico das teorias aculturativas e estudos sobre mudança cultural e social, que orientaram as pesquisas de Etnologia Indígena, não deixa de reconhecer o grande valor dos trabalhos de Nimuendajú, Baldu, Schaden, Galvão e Ribeiro, como contribuições à Etnosociologia. Registra que "estes estudiosos fizeram algumas restrições de caráter teórico sobre a eficácia do ponto de vista aculturativo para a explicação total dos fenômenos de contato. Chegam a repensar os problemas colocados pelas teorias de aculturação, caracteristicamente descomprometidas com a sobrevivência das populações tribais". Informa que

Darcy Ribeiro "realça a importância do contexto histórico e da estrutura econômica regional, a ponto de formular um conceito específico, de manipulação simultânea com o conceito de aculturação". Trata-se do "fenômeno de integração" que é definido "mais enquanto estado do que como processo", observa Cardoso de Oliveira.^{9/}

Tal conceito vem sendo utilizado com frequência pelos estudiosos do contato interétnico, que trabalham com grupos tribais, que se encontram integrados e, como define Ribeiro, "participam intensamente da economia e das principais formas de comportamento institucionalizado da sociedade brasileira e sofrem profunda descaracterização em suas línguas e culturas". Explicando a classificação de determinados grupos indígenas na categoria de integrados, justifica que foram relacionados "os grupos que, tendo experimentado todas as compulsões referidas e consequindo sobreviver, chegaram ao século XX ilhados em meio à população nacional, a cuja vida econômica se haviam incorporado como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados de certos artigos para comércio. Estavam confinados em parcelas

do antigo território ou despojados de suas terras, perambulavam de um lugar para outro, sempre escorraçados". Informa ainda Cardoso de Oliveira ser a experiência indigenista de Darcy Ribeiro que o "levou a apontar, como tema básico a ser considerado pelos pesquisadores do processo de integração e aculturação, a questão da sobrevivência física das populações tribais, deslocando, assim, a ênfase metodológica até então colocada na cultura para o destino das populações". 10/

Assim, no artigo "Aculturação e Fricção Interétnica" diz "estar fundado numa ordem de preocupações em nada inédita no Brasil", notadamente depois que Baldus e Schaden realizaram estudos adotando uma perspectiva etnosociológica. 11/

Seu mérito foi introduzir a noção de fricção interétnica, de caráter basicamente sociológico, como "um tema de reflexão e de pesquisa" e gerar uma linha de trabalhos em Etnologia Indígena ou A Sociologia do Brasil Indígena 12/ voltada para os estudos de "mudança de situação", afastando-se da tradição culturalista, que marcou as pesquisas etnológicas sobre mudança cultural e social feitas no Brasil.

Na elaboração deste trabalho que objetiva estudar A Integração do Índio na Estrutura Agrária do Paraná — como um caso específico de contato interétnico — em que estão inseridos os grupos Kaingáng, classificados "integrados", por Darcy Ribeiro (1957) 13/, e os brancos, vamos procurar compreender e explicar o sistema de relações sociais, visto como "totalidade sincrética". Estamos fundamentados na problemática enunciada por G. Balandier (1955 : 3) e trabalhada por Cardoso de Oliveira (1962 : 128). Chama "fricção interétnica o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos COMPETITIVOS e, no mais das vezes, CONFLITUAIS, assumindo esse contato muitas vezes proporções "totais", i.e., envolvendo toda a conduta tribal e não tribal que passa a ser moldada pela SITUAÇÃO DE FRICÇÃO INTERÉTNICA". Distingue dois aspectos do problema que devem ser levados em conta pelo investigador. Um deles é "a elucidação dos mecanismos que norteiam a passagem da ordem tribal à ordem nacional em que se transfiguram ou tendem a se transfigurar as populações aborígenes". O outro constitui "um estudo de situação", ou seja, "enquanto situa-

ção de contato entre duas populações dialeticamente "unificadas" através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça". Em outro lugar, redefinindo, acrescenta: "Trata-se ... de uma oposição, ou mesmo uma contradição, entre os sistemas societários em interação que, entretanto, passam a constituir sub-sistemas de um mais inclusivo que se pode chamar de sistema interétnico" . (1968:341) 14/ Durante o transcorrer deste trabalho os dois aspectos serão tratados sem perdermos de vista que ambos se referem a um mesmo problema, ou seja, a descrição e análise das RELAÇÕES DE FRICÇÃO entre os Kaingáng e os não Kaingáng, produzidas pelo contato interétnico. Em 1969, num "paper" que escreve em co-autoria com Castro Faria, foi apresentada uma tentativa de classificação dos sistemas interétnicos. Para eles "os grupos ' fora dos sistemas interétnicos formam uma categoria. Aqueles dentro dos sistemas interétnicos formam outra". E acrescentam "nós acreditamos que estas duas categorias são suficientes para uma tentativa de classificação, considerando o presente estado de nosso conhecimento, ou melhor, a presente capacidade da Etnolo

gia Brasileira". Reconhece^m a "natureza transi-
tória" de uma tal classificação, uma vez que
se propõem "a classificar grupos tribais em
diferentes tipos de situações, particularmente
situações de contato interétnico". 15/

Assim, quando preocupados em apreender o
índio em situação, portanto dentro do sistema
interétnico, no Paraná, em contato secular com
o mundo dos brancos, na condição de integrado
na estrutura agrária, que se configurou e que
está em transformação, achamos ser necessário
incluir uma análise retrospectiva do contato,
focalizando as frentes de expansão da socieda-
de colonial ou nacional, que atingiram os Kain-
gáng, gerando um modelo particular de sistema
interétnico.

Dada a especificidade da situação de con-
tato, que ocorre na região Sul do Brasil - um
país latino-americano em desenvolvimento, de-
pendente - e que envolve brancos e índios, man-
tendo entre si relações de dominação/submissão
já explicadas por Balandier, e compreendidas
em termos de "relações de oposição", por Cardo-
so de Oliveira (1963:35-6) é importante utili-
zar neste trabalho a noção de "colonialismo in-
terno". Tal noção foi muito bem colocada pe-

los sociólogos W. Mills, Pablo Casanova, R. Stavenhagen, entre outros, e incorporada à Etnologia por Cardoso de Oliveira (1966). Em determinado trecho de seu artigo "A Noção de Colonialismo Interno na Etnologia", (1966 e 1972: 81) que nos permitimos reproduzir, para tornar mais compreensível esta introdução, assim se expressa: "A dimensão dada por Casanova à noção de colonialismo interno, sublinhando os segmentos étnicos da sociedade em foco ou sua característica de "sociedade plural", revela profunda consistência com a noção de fricção interétnica, conforme a usamos no estudo da situação de contato entre índios e brancos no Brasil". E elucida: "Se nos trabalhos realizados, constantes do Projeto "Estudo de Áreas de Fricção Interétnica", investigava-se a sociedade nacional não apenas como agente de mudança, mas como o foco mesmo de sua explicação, com a nova perspectiva fornecida pela noção de colonialismo interno, o estudo do mesmo problema ganha nova amplitude". E assim se refere aos estudos já elaborados, e em áreas não previstas no Projeto, diz "já se iniciaram investigações, como a ... das regiões indígenas dos Estados do Paraná e de Santa Catarina (in-

dios Kaingáng e Xókleng) ..." (1972:82). 16/

Com vistas a fornecer um panorama atual da situação destes índios, dedicamos uma parte da monografia - a mais descritiva - à distribuição regional da população Kaingáng, que está aldeada nos dez Postos mantidos pela FUNAI, ou dispersa em fazendas, ou tem seus acampamentos próximos a rios piscosos, ou ainda fixada no meio urbano. Cada uma destas situações foi tratada comparativamente, para se chegar a uma generalização sobre a "integração do Índio Kaingáng na Sociedade de Classes".

É importante e oportuno mencionar que o estudo dos índios Kaingáng, localizados no interior do Estado do Paraná, não engloba todos os Kaingáng espalhados pelo Sul do Brasil e pertencentes ao Grupo Jê, linguística e culturalmente. 17/

A peculiaridade de uma tal situação de contato estimulou a realização da pesquisa, que constitui, como já disse^{mos}, um caso elucidativo! a mais, para a compreensão das relações inter-étnicas, que se passam na América Latina, tomando como instrumento de trabalho de real utilidade as teorizações de Roberto Cardoso de

Oliveira elaboradas e discutidas nos últimos doze anos, em trabalhos de Etnologia Indígena.

Para a obtenção dos dados utilizados no desenrolar do trabalho, fizemos inicialmente um levantamento bibliográfico exaustivo, que se constitui da consulta de livros, artigos, cartas, jornais, relatórios e outros documentos disponíveis, que encontramos em bibliotecas particulares e públicas e de instituições científicas da capital e interior do Estado do Paraná, capital de São Paulo, e em Tupã, também naquele Estado e nas bibliotecas do Museu Nacional e Museu do Índio, localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

Foram compulsadas as obras que se referem tanto à história como à etnografia dos Kaingáng, e também à história da ocupação do território e formação da estrutura agrária implantada em regiões do Paraná, onde há índios Kaingáng.

Na sede da 7ª Inspetoria Regional do então Serviço de Proteção aos Índios, localizada em Curitiba, e posteriormente 4ª Delegacia Regional da FUNAI, consultamos os relatórios e boletins disponíveis e discutimos a problemática do Índio com os funcionários da União. Em cada Reserva Indígena foram entrevistados os

Chefes de Posto e demais funcionários do órgão oficial. Estes nos permitiram manusear os arquivos dos Postos. O "capitão dos índios" de cada aldeia, seus auxiliares e os índios considerados líderes foram utilizados como informantes, durante o trabalho de campo.

Recorremos também à memória oral dos índios mais velhos, para a compreensão da história do contato manifestada pela ótica do índio.

Entrevistamos em cada região, principalmente nas sedes dos municípios, algumas autoridades, como o prefeito, o delegado, o juiz de paz.

Para uma melhor compreensão do universo da pesquisa, estendemos as entrevistas aos fazendeiros, arrendatários, "intrusos", que estão em contato direto com os índios Kaingáng. Também algumas pessoas que trabalharam junto ao Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná e Secretaria da Agricultura do Estado nos forneceram dados que complementaram as informações obtidas durante a observação participante.

A pesquisa de campo constou de várias visitas que empreendemos aos Postos Indígenas

desde novembro de 1964, quando a proteção oficial era mantida pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) até a liquidação deste órgão e substituição pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967.

Os meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, perfazem a maioria do tempo de onze meses que passamos junto aos Kaingáng e regionais, para o conhecimento da realidade empírica em estudo. Por duas vezes consecutivas estivemos no mês de abril, em visitas aos Postos Indígenas "José Maria de Paula", município de Guarapuava, e "Cacique Gregório Kaekchot" (hoje Ivaí), município de Manoel Ribas, para assistirmos a festa do Dia do Índio (19 de abril), e em certa ocasião, passamos também a Semana Santa observando estes índios, que informaram realizar a "limpeza do cemitério" e "dizer rezas", durante os dias santificados da Semana.

Seria ideal se tivéssemos permanecido entre os Kaingáng em todos os períodos do ano, uma vez que as atividades econômicas do grupo tribal estão condicionadas ao ciclo sazonal de cada região. Isto não pôde ocorrer devido às obrigações que a condição de professor univer-

sitário nos impõe.

A maior parte das informações foram obtidas quando os índios estavam sob a tutela do S.P.I., devido ao fato que, depois de 1969, assumimos a chefia do então Departamento de Antropologia e a Regência da disciplina Antropologia Cultural, na Universidade Federal do Paraná. As funções que passamos a desempenhar absorveram grande parte de nosso tempo, inclusive o período em que costumávamos realizar as viagens de pesquisa. Em consequência da implantação progressiva da Reforma Universitária, os docentes passaram a ficar totalmente envolvidos pelos encargos a eles atribuídos, inclusive nos meses em que não há atividades didáticas na Universidade.

Mesmo assim, em julho de 1973, estivemos entre os Kaingáng, localizados a noroeste e centro do Paraná, atualizando o "survey", anteriormente elaborado.

Convém mencionar que os amigos que fizemos entre estes índios, sempre que vêm à capital, nos procuram nas instalações do Conjunto "Antropologia", na UFP, e o nosso gabinete de trabalho se transforma, circunstancialmente, em laboratório de pesquisa. Tais entrevistas têm

sido de grande utilidade, para complementar as informações que temos sobre a maneira como eles se exprimem sobre a atual situação, que os envolve.

Também a manipulação dos Relatórios elaborados recentemente pelos professores do Centro de Pesquisas da Faculdade de Florestas, hoje Setor de Ciências Agrárias da UFP, que em convênio com a SUDESUL e FUNAI 18/ realizaram pesquisas na região Sul, entre as populações indígenas, principalmente os dados brutos sócio-econômicos obtidos pelas assistentes sociais da FUNAI, nos permitiram trabalhar com uma quantidade razoável de informações que dão embasamento à investigação empírica.

- 1/ Cf. Roberto Cardoso de Oliveira, "Estudo de Áreas de Fricção Interétnica do Brasil" (Projeto de Estudo), in América Latina, ano 5, nº 3, (julho-setembro 1962), p. 85.
- 2/ Idem pp. 85-90; e, in América Latina, ano 6, nº 3 (julho-setembro 1963), pp. 33-45.
- 3/ Consulte-se cap. 1º "La Notion de 'Situation' Coloniale", 1965; 1971 3e. éd., pp. 3-38.
- 4/ Ver R. C. de Oliveira, O ÍNDIO E O MUNDO DOS BRANCOS: A SITUAÇÃO DOS TUKÚNA DO ALTO SOLIMÕES, Difusão Européia do Livro ... 1964; R. de Barros Laraia, "A Fricção Interétnica no Médio Tocantins", in América Latina, ano 7, nº 2, 1965; R. da Matta, "Notas sobre o Contato e a Extinção dos Índios Gaviões do Médio Rio Tocantins", in Revista do Museu Paulista, vol. XIV, 1963; R. de Barros Laraia e R. A. Da Matta, ÍNDIOS E CASTANHEIROS: A EMPRESA EXTRATIVA E OS ÍNDIOS DO MÉDIO TOCANTIS, Difusão Européia do Livro, 1967; J. C. Melatti, ÍNDIOS E CRIADORES: A SITUAÇÃO DOS KRAHÔ NA ÁREA PASTORIL DO TOCANTIS, 1967; e R.C.de

- 5/ Cf. R. C. de Oliveira, op. cit. 1962, p. 85.
- 6/ Cf. F. Fernandes, "Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil", in A ETNOLOGIA E A SOCIOLOGIA NO BRASIL, 1958, cap. 1, p. 22, Anhambi - edição esgotada.
- 7/ Idem, op. cit. p. 25.
- 8/ R. C. de Oliveira, op. cit. 1963, p. 33.
- 9/ Idem, p. 41.
- 10/ Idem, p. 42.
- 11/ Idem, p. 42, R. C. de Oliveira pretende ' dar "uma conotação mais clara ao termo composto etno-sociológico, corrente na etnologia brasileira ...".
- 12/ Em 1972, reúne os Ensaios que escreveu ' nos últimos dez anos, num livro que denomina A SOCIOLOGIA DO BRASIL INDÍGENA, publicado por Tempo Brasileiro, em colaboração com a Editora da Universidade de São Paulo.
- 13/ Veja-se Darcy Ribeiro, "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil", in Educação e

Ciências Sociais, ano II, vol. 2, nº 6, nov. 1957, pp. 10 e 15.

- 14/ Cf. R. C. de Oliveira, "Problemas e Hipóteses Relativos à Fricção Interétnica: Sugestões para uma Metodologia", in América Indígena, vol. XXVIII, nº 2, abril 1968, p. 341.
- 15/ Cf. R. C. de Oliveira e L. de Castro Faria, "The Ongoing Evolution of Latin American Populations", Paper prepared in advance for participants in symposium nº 45. August 9-19, 1969, WENNER-GREN FOUNDATION FOR ANTHROPOLOGICAL RESEARCH.
- 16/ Cf. R. C. de Oliveira, "A Noção de 'Colonialismo Interno' na Etnologia", in Tempo Brasileiro, ano IV, nº 88, fev. 1966. Republicado in A SOCIOLOGIA DO BRASIL INDÍGENA, op. cit. 1972, pp. 77-83. Sobre o Estudo do Caso Kaingáng, ver C. M. Vieira Helm, "Índios e Regionais no Paraná" in Ciência e Cultura, v. 24, nº 6, junho 1972 (Suplemento). Resumos XXIV Reunião SBPC, São Paulo, pp. 463-4.
- 17/ Alfred Métraux ao escrever sobre "The Cain

gang", in HANDBOOK OF SOUTH AMERICAN INDIANS, U.S., 1946, v. 1, à página 445, in forma que os Guayaná, Coroado, Bugre, Shokeng, Tupi, Botocudo são aparentados linguística e culturalmente e formam o ramo sul da família "Gê". Darcy Ribeiro, 1957, op. cit. classifica os Kaingáng "como Jê". A. D. A. Rodrigues, conceituado linguista brasileiro, sob o título LÍNGUA, na Grande Enciclopédia Delta-Larousse, Editora Delta S.A., Rio de Janeiro, 1971, à página 4.035, apresenta uma classificação genética atualizada das "Línguas Ameríndias do Brasil", em dois níveis de agrupamentos: as famílias, que reúnem línguas com afinidade genética relativamente estreita, e os troncos, que incluem várias famílias (ou línguas não classificadas em famílias) e que pressupõem afinidade de origem muito mais remota...". No Tronco Macro-Jê e na Família Jê, inclui os Kaingáng, com os dialetos, que define como "línguas tão semelhantes entre si, que umas resultam compreensíveis para os falantes de outras, e por isso são tratadas aqui como 'uma só língua um complexo dia-

letal...', e que são: Kaingáng do Norte, Kaingáng Central e Kaingáng do Sul".

- 18/ Consulte-se "Inventário Florestal dos Postos Indígenas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul", 1973. Convênio FUNAI-SUDESUL-UFP, Setor de Ciências Agrárias, Centro de Pesquisas Florestais, Curitiba, Pr. e "Levantamento SócioEconômico", vols. I e II, 1973, mimeo.

CAPÍTULO I

PRIMÓRDIOS DO CONTATO
INTERÉTNICO NO PARANÁ

1. A Colonização do Território e o Indígena

As razões históricas da colonização do Brasil são encontradas — dizem os estudiosos — quando se recua no tempo e se procura indagar das circunstâncias que a determinam. 1/

Como se sabe, Portugal teve posição destacada no surto mercantil, por haver estabelecido a monarquia, após a unificação.

Os historiadores atribuem a um grupo mercantil, relativamente grande, o desempenho de

importante papel na unificação, na conquista territorial, na expansão navegadora e nas conquistas ultramarinas, durante o período em que prepondera o capital comercial.^{2/}

Para Werneck Sodré a empresa das navegações torna possível as descobertas que ocasionam a colonização e "tem suas bases no capital comercial, cujo aparecimento e desenvolvimento caracterizam o declínio do feudalismo".^{3/}

A estrutura econômica do período mercantilista, na qual o ouro se constituía em riqueza e a troca na fonte dessa riqueza, levou Portugal, assim como grande parte da Europa, às descobertas, que caracterizaram os fins do século XV e os começos do século XVI. A procura de um novo caminho às Índias provocou o "descobrimento" da América e do Brasil. ^{4/}

Informam as fontes históricas ter vigorado, naquela época, a idéia de que a posse efetiva da terra não se dava pelo seu simples descobrimento. Era fundamentalmente necessária a sua ocupação econômica.

Era preciso capital para aplicar em tal empreendimento e voluntários, para efetivarem a ocupação do Brasil. Assim, o Reino teve de oferecer vantagens aos que se dispuseram à ta

refa de colonização. Entre esses voluntários, conta Caio Prado Jr., "dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido) em doze setores lineares, com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas". 5/ São conhecidas como capitânicas hereditárias e das doze apenas duas conseguiram manter-se economicamente, pois "os seus donatários arcaram com todas as despesas de transporte e estabelecimento de colonizadores, à guisa de compensação das vantagens reais que receberam". Entre as que prosperaram, duas se localizavam nas terras mais meridionais do Brasil. Assim, o território que hoje constitui o Estado do Paraná pertenceu a esses donatários. 6/

O sistema econômico implantado pelos europeus tinha por objetivo geral a aquisição de um excedente comercializável. Este é que deu sentido à colonização. O objetivo imediato da empresa era estabelecer, em terras americanas, um modo de produção capaz de produzir um excedente, que pudesse ser apropriado pela metrópole e prontamente vendido nos mercados europeus.

O colonizador não se transfere ao Brasil

para produzir apenas o necessário a sua subsistência. Transfere-se para enriquecer. Encontra aqui a forma mais simples de atividade econômica, onde não havia mercadoria, nem excedente de produção. A produção era consumida pelos próprios produtores.

As sociedades indígenas resistiram às novas relações de produção adotadas pelos colonizadores. Inicia-se o antagonismo entre o índio e o colonizador. O primeiro não estava em condições de aceitar o regime de trabalho que o colonizador tentava impor. Tinha hábitos diferentes e estava acostumado a caçar, pescar livremente e a plantar e colher apenas o suficiente para o consumo do grupo doméstico.

A contínua expansão do setor de mercado externo repercute sobre o setor de subsistência, em colônias estabelecidas em terras da atual conjuntura latino-americana.

A crescente demanda de mão-de-obra, informa Paul Singer 7/, "foi certamente uma das principais causas da terrível mortandade de indígenas, nos dois primeiros séculos de colonização, que em muitas áreas atingiu proporção de hecatombe". 8/

Por outro lado, "Os portugueses que nunca

puderam contar com um excedente alimentar nativo", obtido através das encomendas, "estabeleceram fazendas de gado no sertão nordestino, capazes de fornecer, mediante a troca comercial, um excedente alimentar aos engenhos açucareiros da costa".

O surgimento de estâncias de gado, no Sul do Brasil, é devido, no entender de Singer, "ao contínuo espraiar da fazenda produtora de excedente alimentar e de animais de tração por todas as partes da América Latina", durante o século XVIII e mais ainda no século XIX. 9/

2. A Fixação do Território Paranaense

A fixação do território atual do Paraná, bem como sua demarcação, está intimamente ligada à própria fixação de territórios entre Portugal e Espanha.

As demandas entre as duas metrópoles são solucionadas através dos tratados de Tordesilhas, de Madri e de Santo Ildefonso. Porém, o Brasil teve de enfrentar problemas internacionais de limites, que repercutem no território



que hoje compreende o Estado do Paraná.

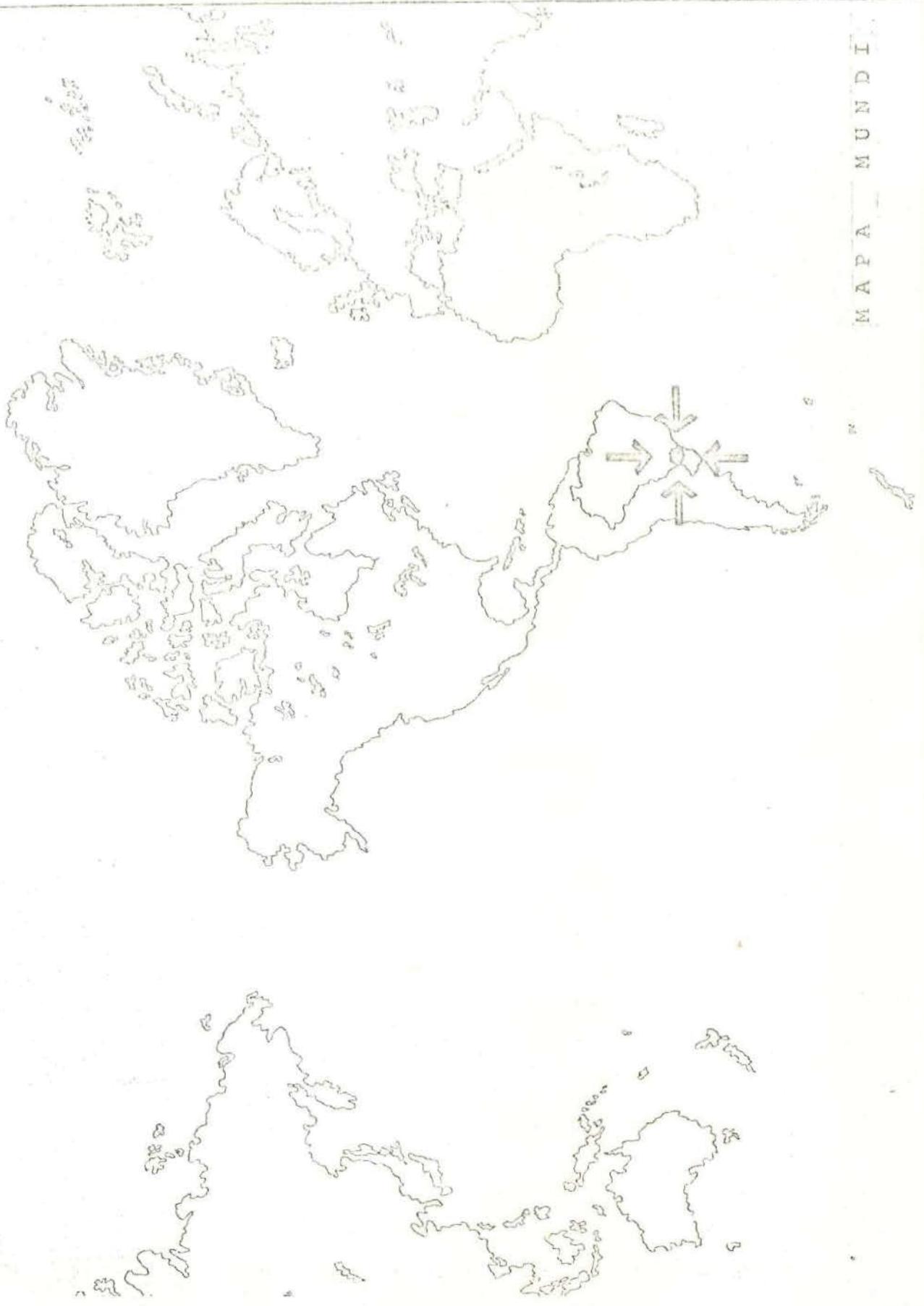
O Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, suscita duas questões. Uma com o Paraguai e outra com a Argentina. O problema de limites com o Paraguai só foi resolvido através de um tratado celebrado em 1823, após a vitória do Brasil na guerra que empreendeu contra esse país. A questão com a Argentina só terminou em 1894, também favorável ao Brasil.

As dificuldades de fixação do território do Paraná, mesmo depois de desmembrado da Província de São Paulo e constituído em Província emancipada por carta imperial — em 1853 —, não terminaram com a solução dos problemas internacionais.

Aparece mais tarde uma disputa que se desenrola entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, a respeito de uma larga faixa de terras, conhecida como a "zona do contestado". Tal disputa só vai ser resolvida na 2ª década do século XX. 10/

Assim, o Estado do Paraná ficou formado por uma área terrestre de 199.554 quilômetros

MAPA MUNDI.



quadrados o que corresponde a 2,3 por cento do território nacional.

Está incluído na região Sul, juntamente com Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu atual território está enquadrado nas seguintes linhas extremas: ao N, 22°29'30" de lat.S; ao S, 26°42'59" de lat.S; a L, 48°02'24" de long.O de Greenwich; a O, 54°37'38" de long.O de Greenwich.

Com uma linha divisória de 2.458km, limita-se ao N. com o Estado de São Paulo; a L. com o Oceano Atlântico; ao S. com o Estado de Santa Catarina, e a O. com as Repúblicas do Paraguai, Argentina e o Estado de Mato Grosso. 11/

Fisiograficamente distinguem-se, no Paraná, cinco regiões perfeitamente caracterizadas: o Litoral, a Serra do Mar, o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Planaltos, com diversidade de solos. 12/

Dada a rica diversidade geomorfológica do Paraná, há, no seu território, uma variedade de formações vegetais. 13/ Valverde refere-se à Mata de Araucárias, onde domina o chamado "Pinheiro do Paraná" e, com facilidade, entre outras formações vegetais, encontra-se a erva-mate. 14/

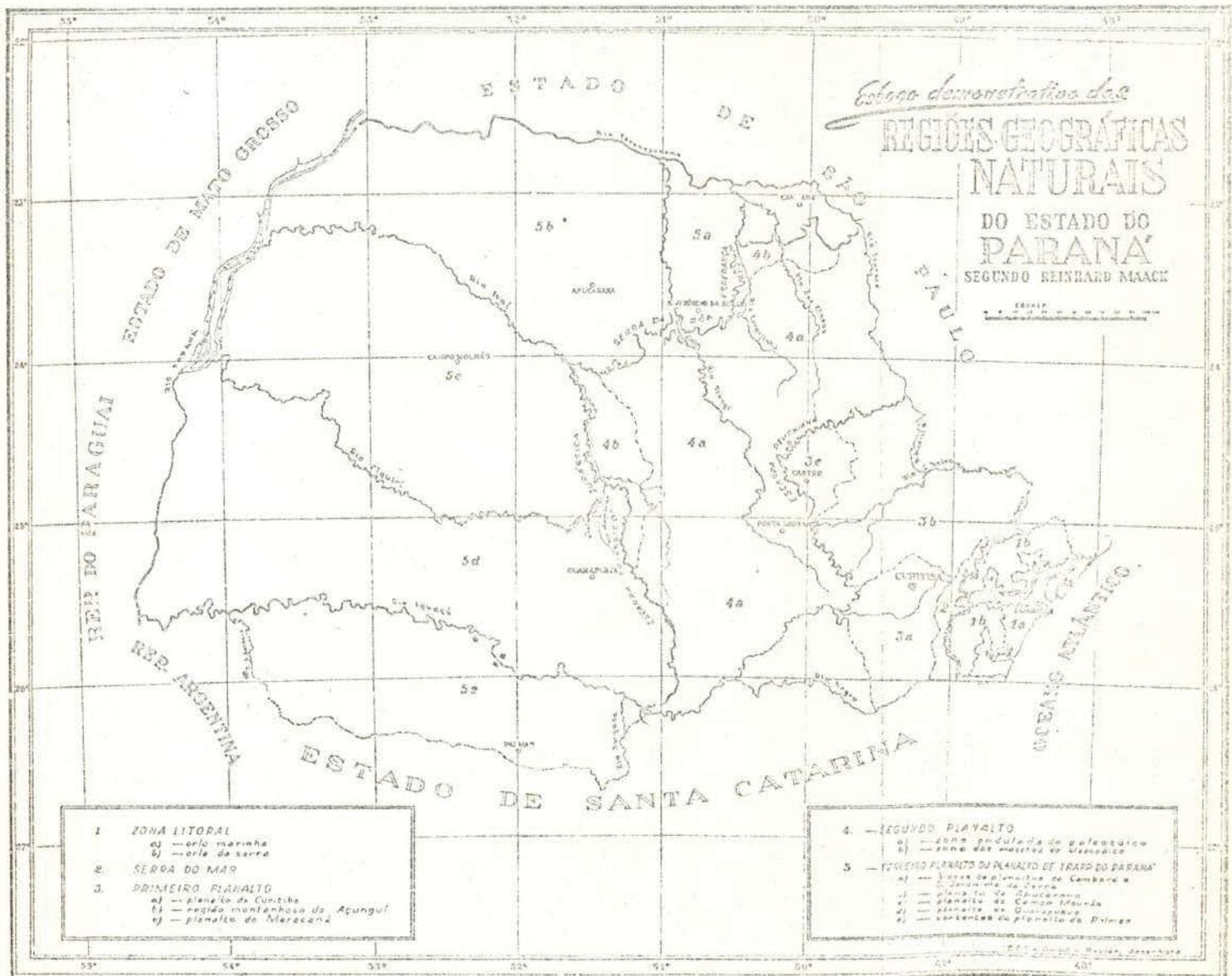
Para dar uma descrição da paisagem, onde ocorre o contato entre índios e brancos, com fundamento em estudos especializados, pode-se dizer, no Paraná "há predomínio da mata de araucárias, porém não cobre uma superfície contínua. Lacunas consideráveis são ocupadas por "Campos Limpos", que nada mais são do que pastagens naturais, desprovidas de árvores, constituídas de uma cobertura contínua de vegetação rasteira, onde predominam as gramíneas. No Paraná, os campos limpos recebem denominações diferentes, conforme a localização. Assim, têm-se os "Campos de Curitiba", os "Campos Gerais", os "de Castro", os "de Guarapuava", os "de Palmas" e os "de Clevelândia". Encontra-se ainda a "Mata Subtropical", que nada mais é do que uma série de prolongamentos meridionais da Mata Tropical Atlântica, da fachada oriental do país; a "Mata Tropical de Terra Roxa"— que é um outro tipo de mata tropical do planalto — onde se localiza a formação florestal mais densa e exuberante do Sul do Brasil; a "Mata Tropical do Arenito", cuja pujança é bem menor que a da Mata Tropical de Terra Roxa, dado o solo mais pobre e de menor umidade. Finalmente, encontram-se os "Campos Úmidos de Altitude";



O BRASIL e sua região sul.

A REGIÃO SUL DO BRASIL





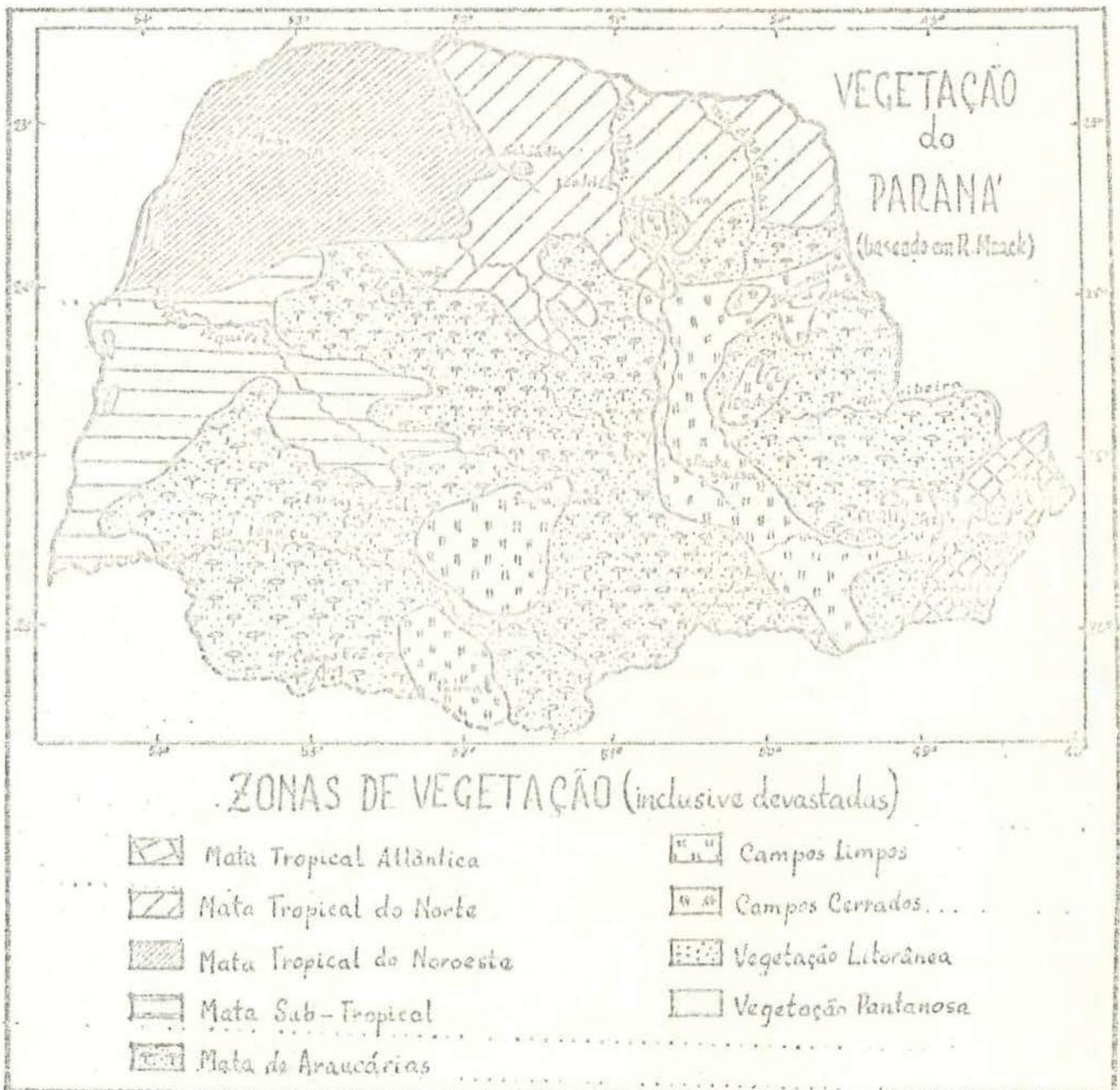
Esboço demonstrativo das
REGIÕES GEOGRÁFICAS
NATURAIS
 DO ESTADO DO
PARANÁ
 SEGUNDO REINHARD MAACK

ESTADO
 0 10 20 30 40 50

- 1 ZONA LITORAL
 - a) — orla marinha
 - b) — orla da terra
- 2 SERRA DO MAR
- 3 PRIMEIRO PLANALTO
 - a) — planalto de Curitiba
 - b) — região montanhosa do Apungui
 - c) — planalto do Maracaná

- 4 — SEGUNDO PLANALTO
 - a) — zona pedregosa de paleozoico
 - b) — zona das montes de Mesozoico
- 5 — TERCEIRO PLANALTO OU PLANALTO DE TERÇO DO PARANÁ
 - a) — zona de planície de Cambriano
 - b) — zona de planície de Serra
 - c) — planície de São Carlos
 - d) — planície de Campo Mourão
 - e) — planície de Guaporiz
 - f) — planície de planície de Princesa

1927. — Curitiba, Imprensa Universitária



os "Campos Sujos" — estepes arbustivas, somente observadas na região entre Palmas e Clevelandia; os "Pantanaís" — na região litorânea — e o "Campo Cerrado" — que ocorre em alguns pontos do Norte do Estado". 15/

Esse território vai ser ocupado, inicialmente, por um processo muito lento e descontínuo, como se verá a seguir pela descrição e análise das frentes de expansão da sociedade nacional.

3. Caracterização das Frentes de Expansão

Para o conhecimento da história do contato entre índios e brancos, no Paraná, será necessário compreender a dinâmica das frentes de expansão da sociedade brasileira que, em momentos diferentes, atingem os territórios tribais e passam a ocupar as áreas onde estão localizados os grupos Kaingáng.

A ocupação desse território começou apenas nas cerca de século e meio após a descoberta do Brasil.

Informam as fontes históricas que o Paraná em nada participou do ciclo da economia açucareira, a não ser como fornecedor de uma parte de índios escravizados, e que foram vendidos para trabalhar nos engenhos. 16/

As bandeiras de captura e mineração e a organização de uma economia pecuária, nos campos meridionais da Colônia, fazem com que surjam os primeiros núcleos no Paraná.

É importante mencionar ter se estabelecido, desde o início, uma relação colonialista entre os europeus e os silvícolas. Os povoadores de São Vicente descem até ao litoral sul com a finalidade de apresar índios, para transformá-los em escravos. Escravos que são usados como mão-de-obra em estabelecimentos agrícolas, que estavam surgindo no litoral de São Paulo e na própria região de Piratininga, ou para o já referido tráfico com o Nordeste açucareiro.

Entretanto, escreve Coelho dos Santos, 17/ "os paulistas não vinham fazer suas incursões predadoras de índios somente através do litoral, utilizando embarcações à vela que facilitam

tavam o acesso às aldeias. No interior, seguindo rotas aprendidas com os indígenas, os mamelucos de São Paulo penetraram nos sertões do Sul e encontraram nas missões que os jesuítas espanhóis haviam fundado junto aos Guarani as novas fontes para o abastecimento do mercado de escravos que florescia".

E explica: "No vai e vem das expedições às reduções jesuíticas, os paulistas desbravaram os sertões do Brasil Sul, travaram contato com outros grupos tribais e motivaram o deslocamento para novos territórios, com implicações de disputas inter-tribais, de grupos que procuravam fugir à sua aproximação. Politicamente, os paulistas com a preação dos índios expandiram as fronteiras da Colônia para a Coroa portuguesa..."

Assim, os grupos paulistas atingem, nos séculos XVI e XVII, amplas áreas do Sul. Procuravam também "localizar terras minerais onde pudessem encontrar ouro, prata ou pedras preciosas ... vasculharam terras e rios nessa esperança". 18/

A busca do ouro fez com que, ainda no século XVII, os mineradores transpusessem a Serra do Mar e fossem faiscar no Planalto. "A ins



talação de um agrupamento humano no Planalto, originando a vila de Curitiba, é um dos resultados dessa mineração". Assim, para Ianni, "a economia mineradora do litoral e a economia pecuária dos campos de pastagens do Brasil Meridional entram em ligação e passam a interpenetrar-se, justamente na região de Curitiba".19/

A economia pecuária, que se constituiu em pousos, currais, fazendas, povoados e vilas, seguiu, de acordo com Romário Martins, uma linha de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmas, Campo Largo, Lapa até Rio Negro.20/ Conhecida como o "caminho das tropas" aberto em princípios do século XVIII, "é uma expressão da pujança e expansão da 'economia dependente'", como a denomina Celso Furtado. 21/

No entender de economistas e sociólogos, a economia e a sociedade dos Campos Gerais é um setor de uma economia pecuária mais ampla e vigorosa, perfeitamente integrada à economia colonial e que está simbolizada no que se chama a Estrada do Gado, que vem dos campos do Rio Grande à Feira de Sorocaba. 21/

Para os objetivos deste trabalho é neces-

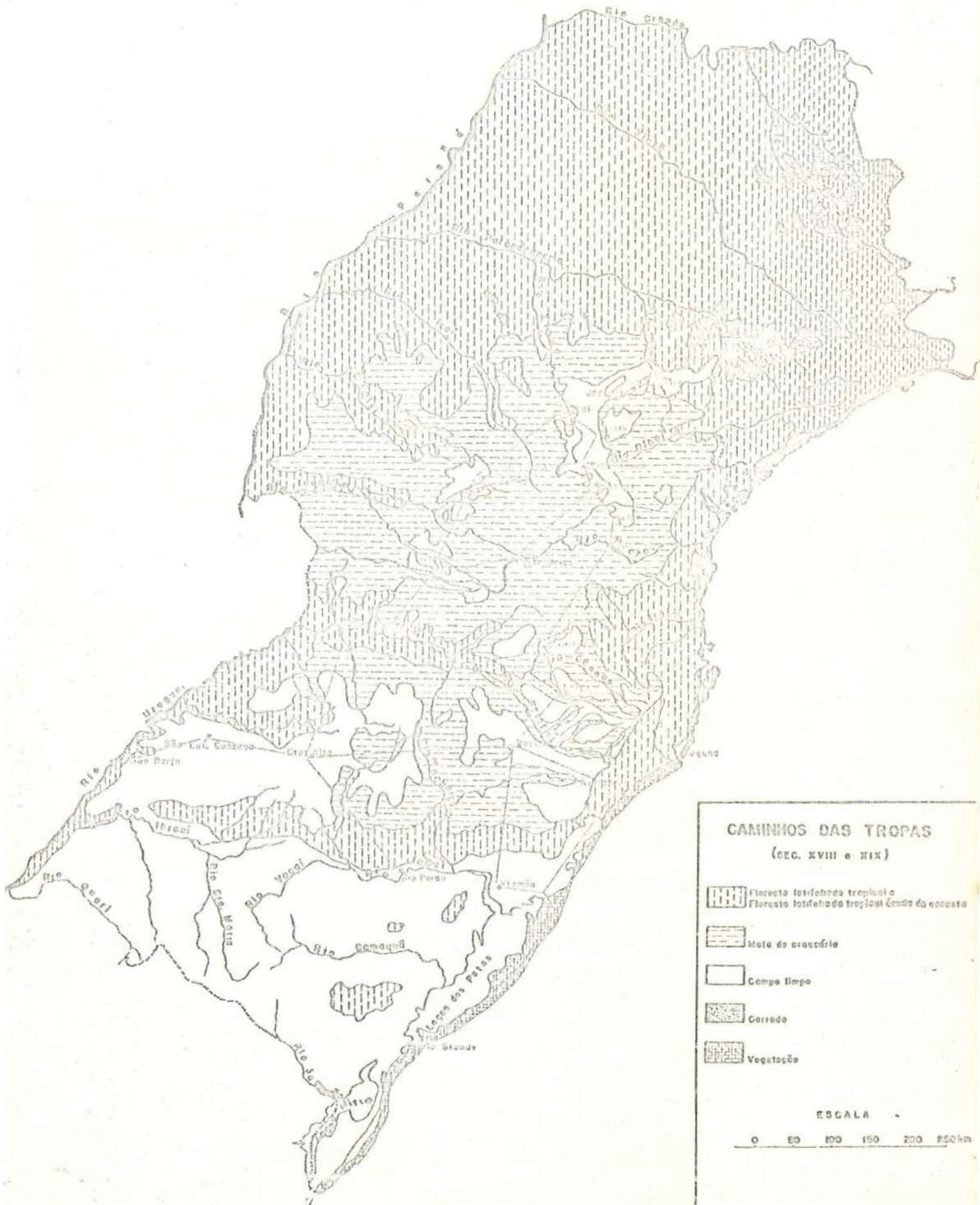
sário informar que a frente de expansão paulista, que se dirigiu inicialmente para o litoral paranaense e a seguir para o planalto curitibano, utilizava como cativos, respectivamente, os carijós — do grupo tupi-guarani, que predominavam no litoral — e os "coroados" do interior.¹

23/

Já se disse anteriormente que os colonizadores trataram de engajar a mão-de-obra indígena em seus projetos de exploração econômica do território que estava sendo ocupado. Para tanto, iniciaram a captura de índios tanto em aldeias do litoral, como mais tarde nas do interior.

As correrias que fizeram nas aldeias e a escravidão a que submeteram os silvícolas levaram ao aniquilamento da população Carijó do litoral Sul. Portanto, os Carijós ou foram dizimados ou então levados para os mercados de escravos de São Vicente. A partir desse momento, acompanharam a expansão paulista para o litoral. Sua situação jurídica, relata Pinheiro Machado, era definida "como administrados".^{24/}

As fontes históricas compulsadas informam que no período inicial da colonização predomina o escrava índio, ou seu mestiço com luso,



CAMINHOS DAS TROPAS

(SEC. XVIII e XIX)

-  Floresta latifolhada tropical com a camada da ecocata
-  Floresta latifolhada tropical sem a camada da ecocata
-  Mata de caacifria
-  Campo limpo
-  Corredeira
-  Vegetação

ESCALA

0 50 100 150 200 250 km

"já que a pobreza dos senhores da terra não permite a importação de africanos para os trabalhos de mineração. Além disso, os Carijós do litoral, bem como os "Coroados" do planalto, estão mais à mão e exigem menores investimentos, para serem transformados em escravos", explica Ianni, em seu estudo sobre a escravatura no Brasil Meridional. 25/

A desagregação da economia fundada sobre a cata do ouro de lavagem faz com que o núcleo criado em Paranaguá atravessasse um período de estagnação. Por outro lado, "os habitantes do planalto ao redor de Curitiba viviam em condições miseráveis e ... não plantavam senão o necessário para a sua própria subsistência, porque não tinham com quem permutar qualquer excedente". 26/

Somente no século XVIII, com a concentração de mineradores nas Gerais, o Governo de São Paulo passa a comprar o gado que os curitibanos criavam nos campos naturais. Os altos preços pagos pelo gado, que abastecia as minas, impulsionou a criação nos campos paranaenses, gerando a troca e a integração dessa área na estrutura econômica brasileira.

Pinheiro Machado, em seu artigo "Formação

da Estrutura Agrária Tradicional dos Campos Gerais", afirma que durante todo o século XVIII e grande parte do seguinte, nos campos de Curitiba, e nos Campos Gerais, "a fazenda de criar se tornou a empresa fundamental da economia paranaense". Dá informações sobre a condição de escravo a que foram submetidos os grupos indígenas que habitavam o litoral e os campos. Se, no início do povoamento do litoral do Paraná, os Carijós trabalharam na mineração, e a seguir, no planalto", trazidos pelos mineradores que subiram de Paranaguá, conforme informa Vieira dos Santos, ao se referir aos primeiros povoadores de Curitiba, 27/ mais tarde também são encontrados nas fazendas dos Campos Gerais, de acordo com Pinheiro Machado. 28/ Este historiador conta ter localizado, nos inventários dos fazendeiros da última década do século ... XVIII, e princípios do século XIX, referências aos "gentios de guerra". Eram "escravos indígenas (coroados e botocudos) 29/ aprisionados nas investidas que os fazendeiros faziam contra os bugres 30/ que lhes assaltavam as fazendas e as tropas.

Como já se disse anteriormente, inúmeras tropas de mulas passaram continuamente pelos

Campos do Paraná, provenientes do Rio Grande, das Missões, de Corrientes, do Uruguai, do Paraguai, com destino à Feira de Sorocaba. Assinalam as fontes históricas que, em 1731, a primeira tropa entrou nos Campos de Curitiba, durante a fase do tropeirismo, que se estende até o final do século XIX.

Há um fato que é decorrente desse comércio e que leva muitos fazendeiros locais a deixarem a agricultura e a se dedicarem a uma nova fonte de renda: o aluguel de suas pastagens que, desde então, passam a se chamar invernadas. 31/

As tropas que vinham do Sul desembocavam nos Campos Gerais, onde deviam invernar durante algum tempo, para depois seguirem, até a Feira.

Fazendas de criação e invernadas multiplicavam-se nessas regiões. Criadores e tropeiros utilizam esses campos. A conquista das pastagens de Guarapuava e Palmas é devida à expansão dessa frente criadora que invade os territórios tribais, notadamente as áreas tradicionais dos Kaingáng, apoiada pelos interesses políticos da Metrópole. Para proteger as fronteiras sulinas das incursões dos espanhóis, o

Governo organiza expedições de caráter militar e povoador. Funda inicialmente um povoado,^{32/} para garantir a defesa do Oeste e dar proteção aos criadores e fazendeiros, que se estabelecem naqueles campos e recebem continuamente ataques dos grupos, que permanecem hostis ao contato.

Telêmaco Borba - que teve o mérito de escrever a primeira monografia sobre os índios Kaingáng e de introduzir este termo na literatura antropológica - informa, pormenorizadamente, como os índios "Caingangues", ^{33/} conhecidos pela denominação de "Coroados", opuseram-se ao povoamento de Guarapuava, conforme narrativas da tradição oral da tribo. Assim registra: "Dizem elles que atacaram (Guarapuava) no princípio, mas foram vencidos, em um grande combate, onde perderam muita gente; depois desse desbarato continuaram seo velho systema de surprehender traiçoeiramente, tanto os desprevenidos habitantes dos campos de Palmas e Guarapuava, como aos descuidados tropeiros; mas, neste seo modo de proceder, de vez em quando soffriam grandes revezes, e as represalias por parte dos habitantes daquellas regiões, coadjuvados pelos caciques Condá e Viry,¹

eram-lhes sempre funestas. 34/

As relações entre criadores e o grupo Kaingáng chefiado pelo cacique Viry foram praticamente pacíficas, o que permitiu a utilização desse grupo para atrair outras hordas hostis. 35/

Pelas informações das fontes primárias, que se baseiam nos relatos dos índios mais velhos 36/, se depreende que a frente pioneira tratava de ocupar os campos e, para tanto, se utilizava dos índios que se aproximavam dos brancos e os antepunham aos grupos arredios.

Essa mesma frente usa os índios "mansos" como guias na exploração de novas áreas, conhecedores como eram dos caminhos que levavam a outros campos, bem como os engaja como mão-de-obra, nas fazendas de criar e em atividades agrícolas, que garantem a subsistência ^{de milhões} de povoamento.

Por outro lado, é necessário mencionar que além dos tipos de atividades econômicas já descritos, no Paraná também ocorreu a economia do mate e, posteriormente, a da madeira.

Os historiadores paranaenses denominam "ci

culos" ou "fasmãs estruturais" 37/ às fases histórico-econômicas que levaram à penetração e desencadearam o povoamento do território, garantindo a subsistência das levas humanas que se estabeleceram vinculadas, em parte, a uma atividade mercantil.

Mas é preciso levar em consideração que houve uma sucessão e, também, uma coexistência de algumas dessas fases.

As análises sócio-históricas apontam como se processou um razoável equilíbrio na economia paranaense, em períodos marcados pelo esgotamento de uma das atividades. Assim, a expansão da economia do mate coincide com um período em que Paranaguá e Curitiba começam a ser atingidas pela decadência da mineração. Ianni enfatiza que "os homens e os recursos aplicados às lavras e faisqueiras precisaram aplicar-se produtivamente quando estas se esgotavam. Daí a alternativa de orientar-se para a pecuária ou o mate ...". 38/

Durante o século XIX, o beneficiamento da erva-mate foi realizado inicialmente em engenhos de "soque", tocados a força humana, sendo depois substituído por força hidráulica e vapor. Assim, durante muito tempo, o pilão e o

braço escravo, de filiação indígena ou africana, foram utilizados nos engenhos do Paraná. ' 39/

Contam as fontes históricas que o aumento da produção do mate, no Sul do Brasil, se deu em consequência da mudança da situação política brasileira que se processou a partir de ... 1808 e devido à proibição do ditador do Paraguai de exportar mate à Argentina e Uruguai, os principais consumidores. 40/

É nesse período que o Brasil passa a exportar mate em grande quantidade, e, em meados do século XIX, torna-se um dos principais produtos de exportação.

Em todas as atividades ligadas à economia do mate, desde a apanha até a transformação do produto, são engajados índios, e a congonha assume importância dentro da economia da área.

No entanto, a partir de 1872 as exportações do mate paranaense vão decrescer, e, embora de significação ainda bastante pequena, um outro produto começa a ser introduzido nos mercados, como sucedâneo do mate: o café.

Por outro lado, o setor externo da economia paranaense não era constituído apenas da economia ervateira. A madeira, especialmente'

o pinho, era grande potencial para exploração, dadas as imensas reservas naturais.

Na exploração das madeiras existentes, tanto para exportação como para consumo interno, foram apropriadas áreas que se constituíam em territórios de coleta e caça dos grupos Kaingãng.

Sabe-se que os índios se alimentavam dos frutos do pinheiro, que apanhavam nas matas e acondicionavam para períodos de penúria; faziam também farinha do pinhão socado.

Assim, tiveram de assistir à devastação das araucárias, que se processa até os dias de hoje, em escala bem menor do que nos fins do século passado e primeiras décadas do atual, não só devido ao esgotamento das reservas, como também pelas medidas adotadas pelo Governo, proibindo o abuso das empresas particulares, que são "obrigadas", nos dias de hoje, a proceder ao reflorestamento após o abatimento das madeiras.

Em todos os momentos da história do contato, constata-se que os colonizadores foram manipulando os silvícolas de acordo com seus in-

teresses imediatos — seja na preação, mineração ou em atividades voltadas para a pecuária, agricultura e extração da erva-mate.

Para atingirem seus propósitos, dizimaram grupos inteiros, reduziram uma considerável quantidade de indígenas à condição de escravos, usaram os que se aproximaram para se protegerem das hordas 41/ hostis, incitando rivalidades entre os grupos, de acordo com "uma técnica colonial de promover lutas internas". 42/

À medida em que as franjas foram avançando, os grupos arredios internaram-se pelas matas e ficaram encurralados em áreas que, mais tarde, serão desbravadas por novas frentes, notadamente pelas levas de imigrantes europeus, que chegaram ao Paraná na segunda metade do século passado e início do atual.

Os colonos, que foram adquirindo lotes e desenvolveram a agricultura e a criação de animais, solicitaram ao Governo Central para tomar medidas no sentido de lhes dar proteção, pois se achavam seguidamente "ameaçados" pela presença de índios no interior das matas.

Governo e clero procuraram reunir os índios em aldeamentos, dentro de reservas espe -

cialmente criadas, para que os grupos tribais não se constituíssem em "perigo" aos novos colonizadores, e também numa tentativa de inculcar nos silvícolas os "hábitos da civilização cristã".

Apesar dos esforços feitos nesse sentido, e também pela proteção que os missionários procuraram dar às populações indígenas, constantemente dizimadas por assustados colonos que as exterminavam pelo simples fato de estarem a "observar" seus sítios quando perambulavam pelas matas à procura de alimentos, esses aldeamentos não alcançaram o sucesso esperado, como será visto a seguir.

Convém ainda informar ter sido neste século lo que os últimos redutos de índios Kaingáng foram alcançados por paulistas e mineiros, que avançaram com a cultura do café, derrubando a mata virgem e colonizando o Norte do Estado.^{43/}

As frentes de expansão que em momentos diversos e em áreas distintas do Paraná atingem os territórios tribais são, conforme se pôde constatar, de tipo pastoril, agrícola e extractiva, de acordo com a caracterização de Ribeir-

ro (1957) 44/ que, em estudos sobre o contato cultural, com preocupação no destino das populações tribais, retrata a natureza dessas frentes e os fenômenos que desencadeiam quando avançam pelas áreas onde se localizam as aldeias indígenas. Refere-se ao aniquilamento de alguns grupos, como também à depopulação ocasionada em outros, como consequência das doenças que contraem dos "civilizados", principalmente nas primeiras fases do contato e que levam a grandes perdas. 45/

4. Aldeamentos

Para se tentar reconstituir a história da integração do índio à sociedade nacional, em especial dos grupos Kaingáng — que, apesar das compulsões sofridas, conseguiram sobreviver e chegar ao século XX ilhados em meio aos regionais, como reserva de mão-de-obra, 46/ com um significativo coeficiente populacional, que permite dizer se trata de um dos maiores estoques indígenas do Sul do país, 47/ — obtém-se, pelos discursos e relatórios dos Presidentes de Província à Assembléia Legislativa do Paraná, principalmente de São Paulo (a partir de 1853, do Paraná) e pelas falas dirigidas a ambos, uma documentação que induz a escrever que o índio aparece sempre como um obstáculo que devia ser vencido, ou como um elemento que afugentava os colonizadores, pondo em risco suas vidas. Também, através das crônicas dos missionários que administraram os primeiros aldeamentos, temos uma riqueza de material sobre a situação dos índios, que foram levados a conviver com os brancos, em áreas restritas, para aprenderem os "hábitos da civilização cristã", enquanto realizavam as tarefas rotineiras e empresta

vam seus braços em atividades agrícolas, para o sustento e manutenção dos aldeamentos. 48/

Apesar dos catequistas haverem usado a mão-de-obra indígena de forma gratuita, em moldes coloniais, empenharam-se em preservar a população "inculta" da América, para convertê-la à religião cristã. Assim, propuseram-se a defender os silvícolas, que foram aderindo a uma aproximação com o "elemento civilizador", e muitas vezes utilizaram-nos na conversão de hordas ainda hostis, como relata o Pe. Francisco das Chagas Lima. 49/ Porém as dificuldades que tiveram de enfrentar no sertão, o abandono constante dos aldeados já "convertidos" às práticas religiosas e a volta a seus antigos acampamentos e costumes poligâmicos, 50/, todos estes fatos somados às dificuldades financeiras que enfrentaram para administrar os aldeamentos fizeram com que alguns missionários desistissem de seus intentos.

O Governo teve de adotar novas medidas para resolver o problema da integração do índio. Assim, a Administração das Províncias relata 51/ como os índios dificultaram ou favoreceram as frentes de expansão, em diversos momentos de nossa história, levadas por interesses eco-

nômicos distintos e pela ânsia do enriquecimento rápido.

Um breve relato sobre a organização e finalidades dos aldeamentos, durante o período imperial, até a criação do Serviço de Proteção aos Índios, já na República, em 1910, fornece um quadro de como se processaram as relações entre índios e brancos nos últimos ^{ento} e cinquenta anos.

Nos documentos oficiais há referências de que em 1843 o Governo Imperial resolveu confiar a missionários capuchinhos, de origem italiana, a organização e execução da catequese religiosa da população indígena aldeada em todo o país. Esta ordem religiosa passou assim, informa Moreira Neto, 52/ "a ter uma influência decisiva na condução da política indigenista do Império, cabendo freqüentemente aos missionários o exercício de um poder completo sobre os índios, a despeito dos 'diretores de índios', e de outros funcionários leigos".

Em julho de 1845 foi promulgado o Decreto nº 426, chamado o "Regimento das Missões", que complementava a lei de 1843. Desse modo, o novo sistema de ação indigenista previa, de acordo com Moreira Neto, "a criação em cada província

cia de uma Diretoria Geral dos Índios, provida por nomeação imperial. Em cada aldeia haveria um diretor, nomeado pelo Presidente da Província sob proposta do diretor geral. O regulamento previa também a presença necessária de um missionário em cada aldeia, com ampla autonomia em sua área de ação específica". 53/

Enquanto o Governo Imperial entregava a religiosos a tarefa de "civilizar" os índios, alguns fazendeiros dos Campos de Guarapuava 54/ - conquistados os indígenas de maneira pacífica, (em 1810) segundo descrição de vários autores - 55/ procuraram avançar com a criação de gado até aos Campos de Palmas. Pelos índios aldeados foram informados da existência de outros campos, para onde estenderam seus rebanhos. Usando os índios "mansos" como guias, os pioneiros foram avançando sobre os territórios tribais. Favoreceram com presentes os que se aproximaram, entregando-lhes armas e ferramentas, que passaram a utilizar para dar proteção aos povoadores em ataques de grupos que reagiram à entrada dos colonizadores. A tribo Kaingáng era dividida em hordas, 56/ que se hostilizavam enquanto disputavam os territórios de caça e coleta e também, algumas vezes,

as mulheres, por rapto. 54/ A cisão tribal favoreceu aos colonizadores, que procuraram acirrar as inimizades, para que os aldeados servissem de anteparo às eventuais investidas dos opositores. Por outro lado, à medida em que as fazendas foram se multiplicando, e aumentando a população dos povoados, as terras se valorizaram, após terem sido rasgadas as primeiras vias de comunicação, com os centros de comércio. Os colonizadores não mais precisavam de "proteção" e passaram a considerar a presença do índio um entrave à expansão da sociedade regional. Fizeram chegar seus pedidos à Assembléia Legislativa de São Paulo, que passou a reclamar, insistentemente, a transferência dos índios de Guarapuava para o aldeamento de Palmas. Enquanto o Diretor Geral dos Índios se opunha à transferência, o Presidente de São Paulo assim se expressava: "... Sabeis senhores a história ominosa dos aldeamentos de Guarapuava e Palmas, que se dissolveram e extinguíram sucessivamente em razão de terem sido os índios a eles pertencentes barbaramente trucidados e espoliados das terras que por sesmaria lhes foram doadas em Guarapuava; a reivindicação destas terras usurpadas e o restabelecimento

mento do aldeamento de Palmas ... parecem ser empresas difíceis..." 58/ Se o Presidente da Província, em 1852, não encontrava condições para conciliar os interesses da sociedade nacional e dos índios que estavam sendo envolvidos por ela, já outro Presidente assumia declaradamente sua posição unilateral, ao dizer: "No meu entender, senhores, enquanto os aldeamentos não forem submetidos a um regime especial e severo, em virtude do qual os indígenas, sobretudo os jovens, sejam obrigados ao regular desempenho de certos deveres, de cuja prática possa resultar sua paulatina civilização, quais entre outros, os de residirem efetivamente nas aldeias ... de se instruírem na doutrina cristã, de aprenderem as primeiras letras, de se empregarem na lavoura ou em ofícios mecânicos, nada se poderá obter, quer em relação ao Estado ... quer mesmo em relação aos índios, que continuarão a permanecer nos antigos hábitos de vida errante e de barbárie, trazendo sempre em contínuo sobressalto as povoações vizinhas". Pelo discurso do mandatário se percebe como a ideologia oficial, e portanto a sociedade nacional, estava impregnada de uma visão estereotipada do índio e equacionava o problema recor

rendo ao abuso do poder e, portanto, ao uso da força, como acontecera antes, de acordo com as fontes históricas, quando foi lavrada a Carta Régia de 1808, que mandava fazer guerra aos índios ... 59/

Em 1854, o primeiro Presidente do Paraná — Zaçarias Goes e Vasconcelos — relata que: " ... Todos os índios aldeados haviam sido expulsos desta vila (de Guarapuava), inclusive o cacique Viri e seu grupo, apesar de ser este um individuo a serviço dos fazendeiros da área, que o usavam para ataques a outros bandos ... o grupo de Viri foi refugiar-se em Palmas ..." 60/ A narrativa do Vice-Presidente do Paraná à Assembléia Legislativa elucidada, também, como os índios e principalmente os chefes das hordas eram manipulados pelos brancos povoadores ou então pelas autoridades militares, de acordo com seus interesses imediatos. " ... O chefe Victorino Condá, de Guarapuava, foi estimulado pelo comandante militar da colonia a atacar os grupos indígenas que se concentravam na região de Palmas ... recebeu 220\$000 por sua participação ..." 61/ e foi nomeado comandante dos índios que viesse a reduzir, o que, na opinião de Moreira Neto, "dá a sua condição de

bugreiro um carater oficial". 62/

O Vice-Presidente, em 1857, assume uma forma estereotipada e ambígua ao relatar à Assembléia Provincial do Paraná a situação dos índios aldeados em Palmas: "... se dizem mansos e vivem em completa ociosidade, que só abandonam para realizar expedições punitivas contra outros índios, encomendadas pelo governo ou por fazendeiros da região. Constantemente armados ... e abandonados aos seus instintos, não sei se deva considerá-los mais como um perigo do que como um meio de defesa para a nascente povoação de Palmas ... Tenho para mim Senhores que poucos fructos se podem colher dos sacrificios feitos no intuito de regenerar uma raça que parece condenada pelo destino a um completo desaparecimento mas nem por isso entendo que se devão supprimir esforços destinados a adoçar-lhes a agonia, e a dar-nos a esperança de figurar de um modo menos odioso na historia dos seus infortunios ..." 63/

Onze anos mais tarde, o comprometimento da ideologia nacional (e por que não dizer, colonial) com uma imagem deformada de índio, impregnada de racismo, é manifestada em mensagem que o Presidente do Paraná - Horta de Araújo -

envia à Assembléia Provincial, para se referir à ação indigenista, que estava encontrando sérios problemas para resolver nos aldeamentos de Guarapuava, Palmas, São Jerônimo, Jataí e São Pedro de Alcântara. Sugere como medida de ação prática a realização de três metas: conquista, catequese e civilização dos índios da Província. Diz: "... Compreendeis que me não refiro á conquista, que extermina. Fallo de conquista em virtude da qual o homem civilisado por assim dizer toma posse do selvagem, de modo que este sinta e reconheça a superioridade daquele ... (O grifo é nosso). Em quanto o indigena puder evitar o contacto com o homem civilisado, fal-o-ha. É preciso pôr obstaculos á satisfação do instinto que o leva a continuar a ser o que é. Dahi a necessidade dos aldeamentos, onde tem logar os serviços dos catechistas. Logo apoz cumpre chamar o indigena aos habitos da civilização por meio do trabalho bem dirigido..." 64/

Para se ter uma idéia de como o missionário encarregado da catequese - etapa intermediária para a integração do índio -, de acordo com os planos do Governo, se expressava ao Presidente da Província, basta ler um trecho da

carta escrita em 1872 pelo responsável pelo aldeamento de São Pedro de Alcântara, onde estavam reunidos cerca de 500 índios Kaingáng e 400 Guarani. "... Quando vivíamos em estado violento, ou para melhor dizer, de guerra, esperavamos que pelas providencias que tomara o governo ... nos garantisse as vidas, o socego e as propriedades. Mudaram-se os tempos, os índios deixaram de mostrarem-se ferozes, fraternisaram-se conosco, foram aprendendo nossos trabalhos, avisinhandose a nossos costumes; mas nós, inferiores a elles, sem proporção no numero, fiquemos sujeitos à sua vontade e seu dispor, e obrigados a repartir com elles nossos pequenos recursos ..." 65/ Ao dizer "estar obrigado a repartir com os índios os pequenos recursos" — que resultaram dos próprios esforços dos braços indígenas usados na lavoura —, o missionário assume um comportamento ambíguo, muito mais comprometido com o sistema de valores da sociedade nacional, do que com um sistema de proteção e assistência aos índios, para o qual foi compulsoriamente engajado. 66/

Em mensagens oficiais e em atitudes assumidas pelos catequistas, percebe-se uma conste

lação de estereótipos, especialmente criados para justificar a espoliação a que foram submetidas as populações tribais, localizadas no Sul do Brasil. Ao se referirem à ociosidade dos índios, os nacionais estavam racionalizando a conquista de suas terras férteis e também à criação do gado, dentro da estrutura agrária em formação.

Ao prever o "inevitável extermínio dos índios, por efeito do progresso", H. von Ihering estava também colocando o índio como um entrave à expansão do país, no que foi muito criticado nos círculos científicos e literários, principalmente devido à função que exercia, como Diretor do Museu Paulista, levando a um comprometimento da Ciência com a ideologia colonialista, em vigor. 67/

5. O Serviço de Proteção aos Índios

A Fundação do Serviço de Proteção aos Índios pelo Governo Federal, em 7 de setembro de 1910, foi, no dizer de Coelho dos Santos, em seu trabalho sobre A FUNÇÃO DOS POSTOS INDÍGE-

NAS EM SANTA CATARINA, 68/ "conseqüência da ação de positivistas brasileiros, apoiados por camadas nacionalistas das principais áreas urbanas do país". Recorrendo a Stauffer, 69/ in forma: "Realmente o governo central se encontrava num impasse, pois ao mesmo tempo que estimulava a penetração para o interior - abrindo estradas e ferrovias, estendendo linhas telegráficas e criando núcleos coloniais - não tinha interesse que sua imagem fosse maculada nas áreas urbanas do país e no exterior com a acusação de incúria no trato dos interesses econômicos das muitas companhias que usurpavam as terras e a mão-de-obra nativa". 70/

Enquanto se criticava, na imprensa européia, a ação dos bugreiros, no Sul do país, 72/ também havia, para o órgão recém-criado, problemas a enfrentar com os Kaingáng de São Paulo, que tentavam impedir o andamento dos trabalhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Os proprietários de terras, construtores da ferrovia e os políticos insistiam junto ao Governo para organizar expedições contra os índios. O S.P.I. confiou os trabalhos de pacificação dos Kaingáng a Horta Barbosa, que em minuciosos relatórios informa como se desenrola-

ram os fatos. 72/ Darcy Ribeiro, mais tarde, chamava a atenção para a depopulação que o grupo sofreu em consequência do contato permanente que passou a ter com elementos da sociedade nacional; principalmente se refere às epidemias que grassaram entre os Kaingáng de São Paulo, nos primeiros momentos da aproximação com os brancos. 73/

Enquanto isto, no Paraná, a frente de expansão agrícola avançou com os cafezais até às terras de São Jerônimo, invadindo os territórios dos índios, "que ainda desfrutavam de certa autonomia, derrubando a mata tropical, que se estendia das barrancas do Paranapanema, em Ourinhos, através dos vales do Tibagi e do Ivaí, até às margens do Paraná, pouco acima de Guaíra". 74/ Com a devastação da flora e da fauna os grupos Kaingáng, que continuavam esparsos pela região dos vales do Tibagi e Ivaí, foram compelidos a se resguardarem em Postos Indígenas, para obterem ferramentas e sementes, para intensificarem o cultivo do milho e da mandioca, que tradicionalmente praticavam e devido à falta dos frutos e raízes, bem como de carne de caça e peixe, passaram a depender das roças para subsistência do grupo doméstico

tico. Com a derrubada dos pinheiros rarearam os frutos, que se constituíam em alimento bastante consumido pelos indígenas, no inverno.

Com a divisão das terras do Norte do Estado em pequenos lotes, adquiridos pelos colonos das companhias particulares e do Governo, 75/ aos índios restaram as terras demarcadas pela União e mantidas como "reservas".

Assim, na primeira metade deste século, o território paranaense já estava quase todo colonizado e ao S.P.I. cabia a tarefa de dar proteção e assistência e intensificar a integração do índio à sociedade nacional.

Ainda que o S.P.I. tenha sido criado para dar proteção aos índios, durante os cinquenta e sete anos de sua existência esta instituição teve de dar atendimento aos inúmeros problemas surgidos entre os fazendeiros do Sul, políticos locais e os índios, acusados de roubos, depredações e assaltos aos estabelecimentos agropastoris. Por outro lado, teve de conciliar as queixas dos índios à invasão de suas terras por "intrusos", principalmente por migrantes mineiros e nordestinos. Outras vezes, recorreu à Justiça contra os regionais, que assassinaram ou mandaram assassinar os silvícolas, com

os quais viviam em constantes atritos.

Sobre as tensões ocorridas, um trecho do Relatório da Inspeção Procedida nos Toldos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo Delegado do S.P.I., Sertório da Rosa, em 1937, é bem elucidativo: "... nestes ultimos mezes, dos quaes resultaram o assassinio de um indio e ferimentos mais ou menos graves nas pessoas de dois outros, todos pertencentes a este Toldo, crimes esses praticados por prepostos de fazendeiros visinhos, em consequência das constantes quexilias e prevenções reciprocas, devo ... informar que sobre os referidos incidentes a Sub-Delegacia do S.P.I. com sede em Palmas apresentou a competente queixa á autoridade policial, que ja instaurou e deverá estar concluindo o respectivo inquerito". No Toldo do Pínhalzinho, no município de Chapecó, encontrou o Sr. Delegado do S.P.I. uma situação análoga à que viemos a constatar trinta anos depois, no interior do Paraná. Escreve: "... alguns indivíduos ... conseguiram infiltrar-se nas terras da communhão indigena, com o consentimento do Cacique-geral João Albino, sob pretexto de foreiros, e alli vivem explorando por todos os meios a collectividade selvicola e fomentando

toda sorte de intrigas entre os índios e os civilizados ... " 76/

A manipulação dos chefes dos grupos Kaingãng se evidencia ainda como uma antiga tática adotada pelos brancos, para penetrar nas áreas indígenas. Explorar a terra e a mão-de-obra barata, em oferta, são atividades a que se dedicam, neste século, aqueles indivíduos impulsionados pelo ganho fácil. Por outro lado, como se verá no próximo capítulo, grupos de indivíduos, que ocupam as camadas mais baixas na sociedade nacional, são levados a invadir as reservas indígenas porque não dispõem de terras e não têm condições de pagar o aluguel, como os arrendatários, e também porque não encontram jornadas de trabalho em alguns meses do ano, estando muitas vezes a enfrentar períodos de penúria, maiores do que os índios, nos aldeamentos, quando não dispõem de sementes para o cultivo dos cereais, ou são surpreendidos por incêndios 77/ ou geadas tardias, que frequentemente ocorrem no Paraná matando as plantações.

Se, de um lado, os índios vêm enfrentando atritos interétnicos com fundamento em proble-

mas surgidos devidos à invasão de terras, por outro lado, a sociedade nacional não tem conseguido equacionar e resolver tais incidentes, que surgem por questões de terra entre índios e brancos e também entre agricultores "pobres" e "ricos", para usar uma expressão de M. Vinhas. 78/

Há uma visão do branco, pelo índio, como "invasor". Seu oponente vê o índio como um elemento "pouco produtivo", "preguiçoso" e a ocupar terras que seriam "melhor aproveitadas" se estivessem sendo utilizadas pelos ruralistas. 79/

Quando iniciamos o trabalho de pesquisa de campo, os índios Kaingáng eram "controlados" pelo Serviço de Proteção aos Índios. Em todos os Postos percorridos, onde realizamos um survey, constatamos a invasão de terras, a espoliação do trabalho indígena e a presença de arrendatários, como os fatores que geravam as tensões e levavam aos atritos. Assim, se o S.P.I. assumia, nas primeiras décadas deste século, uma atitude paternalista em relação ao índio, dando-lhe proteção e ajuda, por outro

lado, não estava conseguindo preservar os territórios tribais e nem controlar a espoliação a que estavam expostas as populações indígenas, inclusive dentro dos Postos Indígenas, como se descreverá a seguir.

Os ideais que geraram a criação do S.P.I. não conseguiram manter o Órgão, que se extinguiu, pelo desgastamento da Política Indigenista em vigor nas últimas décadas da existência da Instituição.

Para Moreira Neto, que apresentou uma comunicação em 1967, às vésperas da extinção daquele Órgão, e que denominou "Constante Histórica do 'Indigenato' no Brasil",^{80/} este termo (Indigenato) "serve para definir as relações históricas de dominação e de espoliação a que foram e continuam sendo submetidas as populações indígenas do Brasil". Para o estudioso da Política Indigenista Brasileira, "... a questão da posse da terra constitui a base da **problemática** indígena". Sobre o S.P.I. escreve: "... Fundando os elementos básicos de sua política de ação nos esforços de pacificação de grupos arredios ou hostis; no engajamento dos indígenas 'assistidos' a um sistema de produção mercantil e não para a satisfação de su-

as necessidades de assistência; na substituição dos chefes tradicionais do grupo por "capitães" dóceis ao mando dos agentes indigenistas; no arrendamento da terra e de seus recursos naturais a membros da sociedade nacional, e na utilização livre e arbitrária do valor da produção dos grupos 'assistidos', como 'renda indígena', o SPI caracteriza-se menos como uma instituição em defesa dos direitos indígenas, que como uma agência de intervenção e dominação colonial de que se vale a sociedade nacional face às populações tribais do país". E conclui: "... o índio continua a ser definido pela opinião dominante das regiões onde sobrevive como um óbice ao progresso e à civilização, que deve ser afastado, neutralizado ou suprimido..." 82/

Notas do Capítulo I

1/ Consulte-se Caio Prado Jr. "Caráter Inicial e Geral da Formação Econômica Brasileira". IN HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL. Brasiliense, 1965, 9ª ed., p. 13.

2/ Alguns autores confundem "capital comercial" com o "modo capitalista de produção", que emerge bem mais tarde. Werneck Sodré analisa criticamente a superficialidade de tais informações em seu livro FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL. Brasiliense, 1964, 3ª ed., p.27. Diz: "no século XV, quando se abrem as perspectivas de descobertas ultramarinas, e estas se concretizam, a estrutura social lusa era a seguinte:

- senhores feudais, constituindo a nobreza, englobando nobres de posses e nobres de títulos, proprietários territoriais e ainda o clero;
- mercadores, detentores do capital comercial e do capital usurário;
- plebe, com os elementos ligados à pesca, a náutica, às equipagens das frotas, ao artesanato, de um lado, e os servos, de outro lado;
- escravos.

Duas classes ficam perfeitamente delineadas: a dos senhores feudais e a dos servos. Não aparecem, na referida estrutura, diz Sodré, os que produzem mercadorias, no país, os operários; nem os que dominam aquela produção, os capitalistas. Onde não há trabalho assalariado, não há burguesia, não há capitalismo", afirma o autor. pp. 29-30.

3/ Idem op. cit. 1964.

4/ Cf. Pedro Calil Padis. FORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA PERIFÉRICA: O CASO PARANAENSE. 1970, mimeo, p.1.

- 5/ Cf. Caio Prado Jr., op. cit. pp.31-2.
- 6/ É o que nos informa Romário Martins em seu livro HISTÓRIA DO PARANÁ, cap. III, "A Posse da Terra", p.51: São Vicente e Santo Amaro foram concedidas a Martim Afonso de Souza e a Pero Lopes de Souza (1534-5). Após 1624, constituem simplesmente São Vicente e fazem parte da Capitania de São Paulo. Ver publicação da Editora Guaíra Ltda., s/d. Na edição da Empresa Gráfica Paranaense, 1937, Curitiba, consultar p. 69.
- 7/ Cf. Paul Israel Singer. "Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino-Americano". IN CADERNO 7, CEBRAP, 1972, São Paulo, p.13.
- 8/ Idem op.cit. Singer baseia-se em Stein, ' THE COLONIAL HERITAGE OF LATIN AMERICA. Oxford University, S.J. & Stein, B.H., 1970, p. 65, para dar essas informações.
- 9/ Cf. Paul Israel Singer. "Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino-Americano". IN CADERNO 7, São Paulo, CEBRAP, 1972, p.13.
- 10/ Sobre a Guerra do Contestado há várias publicações. De natureza sociológica há dois excelentes trabalhos: de Maria Isaura de Queiroz, O MESSIANISMO NO BRASIL E NO MUNDO. São Paulo, Dominus Editora, Editora Universitária de São Paulo, 1965; e de Maurício Vinhas de Queiroz, MESSIANISMO E CONFLITO SOCIAL: A GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO, 1912-1916. Rio, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- 11/ Dados obtidos no Dicionário Geográfico Brasileiro. Ed. Globo, "Paraná", p.352.
- 12/ De acordo com Reinhard Maack, GEOGRAFIA FÍSICA DO ESTADO DO PARANÁ, 1968, e I. Wons, GEOGRAFIA DO PARANÁ, 1971, mimeo.
- 13/ Os especialistas distribuem a vegetação do Paraná em: 1) Formações Arbóreas; 2) Formações Herbáceas e Arbustivas, e 3) Formações Complexas. Won, op.cit. pp. 78-81.

- 14/ Cf. Orlando Valverde, PLANALTO MERIDIONAL DO BRASIL. Rio, C.N.G., 1957.
- 15/ Calil Padis, op. cit. 1970, pp.8-9.
- 16/ Ver Calil Padis, op. cit. p.14.
- 17/ Coelho dos Santos, ÍNDIOS E BRANCOS NO SUL DO BRASIL - A Dramática Experiência dos Xokleng. Edeme, 1973, pp.41-3.
- 18/ Cf. Octavio Ianni. AS METAMORFOSES DO ESCRAVO, Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional. D. Européia do Livro, 1962, pp. 28-9.
- 19/ Cf. Romário Martins, op. cit., 1937, p.217.
- 20/ Ianni, op.cit. 1962, p.30. Sobre o "Sistema de Caminhos", como chama Pinheiro Machado, consultar seu trabalho "Formação da Estrutura Agrária Tradicional dos Campos Gerais". IN BOLETIM DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Conselho de Pesquisas, Departamento de História, nº 3, 1963.
- 21/ Consultar Celso Furtado. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. Rio, Ed. Fundo de Cultura S/A, 1959, p. 94.
- 22/ Ver Furtado op. cit. e Ianni, op. cit.p.30.
- 23/ Coroado é a denominação genérica usada pelos cronistas até a introdução do termo "Caingangues" por Telêmaco Borba, em 1882, em sua monografia "Actualidade Indígena". Ver também Métraux in H.A.I., 1946, v.1,p. 445.
- 24/ Ver Brasil Pinheiro Machado, op. cit.1963, p. 15, e Ianni, op. cit. 1962, p.36, que informa o seguinte: "... as fontes compulsadas registram índio, administrado, carijó, ou peça para significar indígena escravizado".
- 25/ Cf. Ianni, op. cit. 1962, p. 37.
- 26/ Cf. Pinheiro Machado, op. cit. 1963, p.8.
- 27/ Cf. Antônio Vieira dos Santos. MEMÓRIA HIS

TÓRICA DA CIDADE DE PARANAGUÁ E SEU MUNICÍPIO. Curitiba, éd. do Museu Paranaense, 1951, 2 v. p. 35.

- 28/ Cf. Pinheiro Machado, op. cit. p. 15.
- 29/ Botoçudos era a denominação que se dava aos índios hoje conhecidos como Xokleng, localizados em Santa Catarina. Ver os trabalhos de S. C. dos Santos citados na bibliografia geral, no final deste estudo.
- 30/ Bugres era também a denominação genérica e estereotipada que os brancos davam aos grupos indígenas do Sul do Brasil. Nas Cartas Régias há referência a "bugre".
- 31/ Idem, P. Machado, p. 17. Em ESTUDOS DE HISTÓRIA DO BRASIL, v. I, os autores Francisco M. P. Teixeira e José Dantas, em ... 1971, escrevem o seguinte sobre as invernadas: "Entre 1710 e 1740 o aproveitamento dos rebanhos passa a ser feito nas "invernadas"; são grandes pastos cercados, onde o gado é engordado, sob os cuidados dos índios ... contratados pelos boiadeiros e pagos em espécie ...", cit. p. 148.
- 32/ Ver Francisco das Chagas Lima, "Memória sobre o Descobrimento e Colônia de Guarapuaçu". IN REVISTA TRIMENSAL DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA ou JORNAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio, 1863, 2ª ed. t. 4ª, p.116.
- 33/ Ver Telêmaco Borba, op.cit. 1901, escrita em 1882, em que escreve: "Breve notícia sobre os índios Caingangues, que, conhecidos pela denominação de Coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagy e Uruguay". Neste trabalho introduz o uso do termo com que se autodenominam os Kaingáng e que é adotado na Antropologia, depois da contribuição desse autor.
- 34/ Idem Telêmaco Borba, op.cit. p. 1.
- 35/ Idem, ibidem.
- 36/ Idem, op.cit., p.28 e seguintes - "Narrativa Caingangue".

- 37/ David Carneiro. FASMAS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA DO PARANÁ. Imprensa da Universidade do Paraná; utiliza o termo FASMAS; outros autores usam CICLOS ou FASES. Ver Romário Martins, op. cit. Ed. Guaíra, 3ª ed. p. 223.
- 38/ Cf. Ianni, op. cit. 1962, p. 66.
- 39/ Ver Ianni, op. cit. 1962, p. 72.
- 40/ Consultar Calil Padis, op. cit. 1970, p. 108 e seguintes.
- 41/ Os termos "hordas hostis" são introduzidos pela crônica do Pe. Francisco das Chagas Lima, em 1863, ao se referir aos grupos que se mantinham arredios à aproximação com os brancos, em Atalaia (Guarapuava). Os antropólogos Herbert Baldus e José Loureiro Fernandes também utilizam estes termos em seus trabalhos, tomando de empréstimo do cronista citado.
- 42/ Cf. Carlos de Araújo Moreira Neto, "Alguns Dados para a História Recente dos Índios Kaingáng". IN LA SITUACIÓN DEL INDÍGENA EN AMÉRICA DEL SUR, Tierra Nueva, Biblioteca Científica, Coordinación de Georg Grönberg, 1971, p. 387.
- 43/ A história recente da localização e extermínio dos índios Xetá, na Serra dos Dourados, na região Noroeste do Paraná, de floresta tropical, ocorreu devido ao movimento dessa frente agrícola, que surpreendeu os Xetá - grupo com instrumental simples -, que os especialistas caracterizaram como em plena idade da pedra, e que foram dizimados pelos fazendeiros. Os poucos indivíduos apanhados pelos funcionários do então Serviço de Proteção aos Índios foram reunidos numa reserva indígena do Oeste paranaense, junto aos índios Kaingáng, mas não resistiram às doenças da "civilização", e desapareceram na última década, após curto período de contato com os brancos.
- 44/ Consultar Darcy Ribeiro. "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil". IN EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio, 1957.

- 58/ Consultar o DISCURSO com que o Ilustrissmo e Excellentissimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuço de Araujo, Presidente da Provincia de São Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de ... 1852. Na Typographia do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852.
- 59/ Ver a Carta Régia de 5 de novembro de 1808 (sobre os Índios Botocudos, cultura e povoação dos Campos Geraes de Coritiba e Guarapuava).
- 60/ Ver RELATÓRIO do Presidente de Provincia ' do Paraná, o Conselheiro Zacarias Goes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de ... 1854.
- 61/ Ver Moreira Neto, op.cit. 1971, p.390.
- 62/ Cf. Moreira Neto, op. cit. 1971, p.390.
- 63/ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Provincia do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente José Antonio Vaz de Cavalhaes.
- 64/ RELATÓRIO apresentado na abertura da 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Presidente bacharel José Feliciano Horta de Araujo no dia 15 de fevereiro de 1868. Curytiba ... 1868, Typografia M. Lopes 1868, Governo 1867-1868, p. 41.
- 65/ RELATÓRIO PRESIDENCIAL - Palácio da Presidencia da Provincia do Paraná, 15 de fevereiro de 1872 - Presidente Venancio José de Oliveira Lisboa, pp. 66 e seguintes.
- 66/ Ver Moreira Neto, op. cit. 1971, p.391.
- 67/ Ver Moreira Neto, op. cit. 1971, e S.C. dos Santos, A INTEGRAÇÃO DO ÍNDIO NA SOCIEDADE REGIONAL: A Função dos Postos Indígenas em Santa Catarina, U.F.S.C., 1970, p.39.
- 68/ Op.cit. S.C. dos Santos 1970, p. 38.
- 69/ David Hall Stauffer, 1955, "Origem e Fúndação do Serviço de Proteção aos Índios". IN

REVISTA DE HISTÓRIA. F.F.U.S.P.

- 70/ Cf. op. cit. S.C. dos Santos 1970, p.39.
- 71/ Ver os trabalhos de S.C. dos Santos e C.A. Moreira Neto a respeito, e já citados.
- 72/ Ver Horta Barbosa: A PACIFICAÇÃO DOS CAIN-
GANGUES. Rio, Tipografia do Jornal do Co-
mércio, 1913, e RELATÓRIO dos trabalhos re-
alizados pela Inspetoria do Serviço de Pro-
teção aos Índios em São Paulo, durante o
ano de 1916. REVISTA DO MUSEU PAULISTA. No-
va Série, São Paulo, 1954, t. VIII.
- 73/ Ver Darcy Ribeiro, op. cit. 1956.
- 74/ Cf. Moreira Neto, op. cit. 1971, p.400.
- 75/ Ver Calil Padiş op. cit. 1970, p.115, "O
Norte do Paraná: O que é e como foi ocupa-
do", cap. 7.
- 76/ Cf. RELATÓRIO da inspeção procedida nos
Toldos dos Estados do Paraná e Santa Cata-
rina pelo Delegado do S.P.I. no Estado do
Paraná - Sertório da Rosa - em 11 de junho
de 1937, S.P.I., Ministério da Guerra, fl.2.
- 77/ Cf. op. cit. RELATÓRIO 1937, fl. 5.
- 78/ M. Vinhas, PROBLEMAS AGRÁRIO-CAMPONESES DO
BRASIL. Civilização Brasileira, 1972, 2ªed.
- 79/ Maria Isaura Pereira de Queiroz, em seu li-
vro O CAMPESINATO BRASILEIRO, Ed. Vozes /
USP, 1973, usa a expressão ruralista em al-
guns de seus artigos.
- 80/ Ver C. A. Moreira Neto. "Constante Históri-
ca do 'Indigenato' no Brasil". IN ATAS DO
SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. Antropo-
logia, v. 2, 1967, p. 175.
- 81/ Cf. op. cit. 1967, pp.180-2.



Índio Kaingáng — interior do Estado do Paraná.
(Foto de Édison Helm.)

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA INTERÉTNICO

1. Distribuição e Situação Atual da População Indígena

Os índios Kaingãng localizados no Brasil Meridional historicamente habitavam o território compreendido entre os rios Tibagi e Uruguai.^{1/}

Na classificação das Áreas Culturais Indígenas, de Eduardo Galvão, ^{2/} foram incluídos, em 1959, na área Tietê-Uruguai, "compreendida entre o rio Tietê (São Paulo) e os territórios

do Paraná, Santa Catarina e a fronteira setentrional do Rio Grande do Sul ... divididos em Kaingáng de São Paulo; Kaingáng meridionais (Estados do Sul), e Xokleng (Santa Catarina), com uma população estimada em 3 a 4.000 índios..."

3/

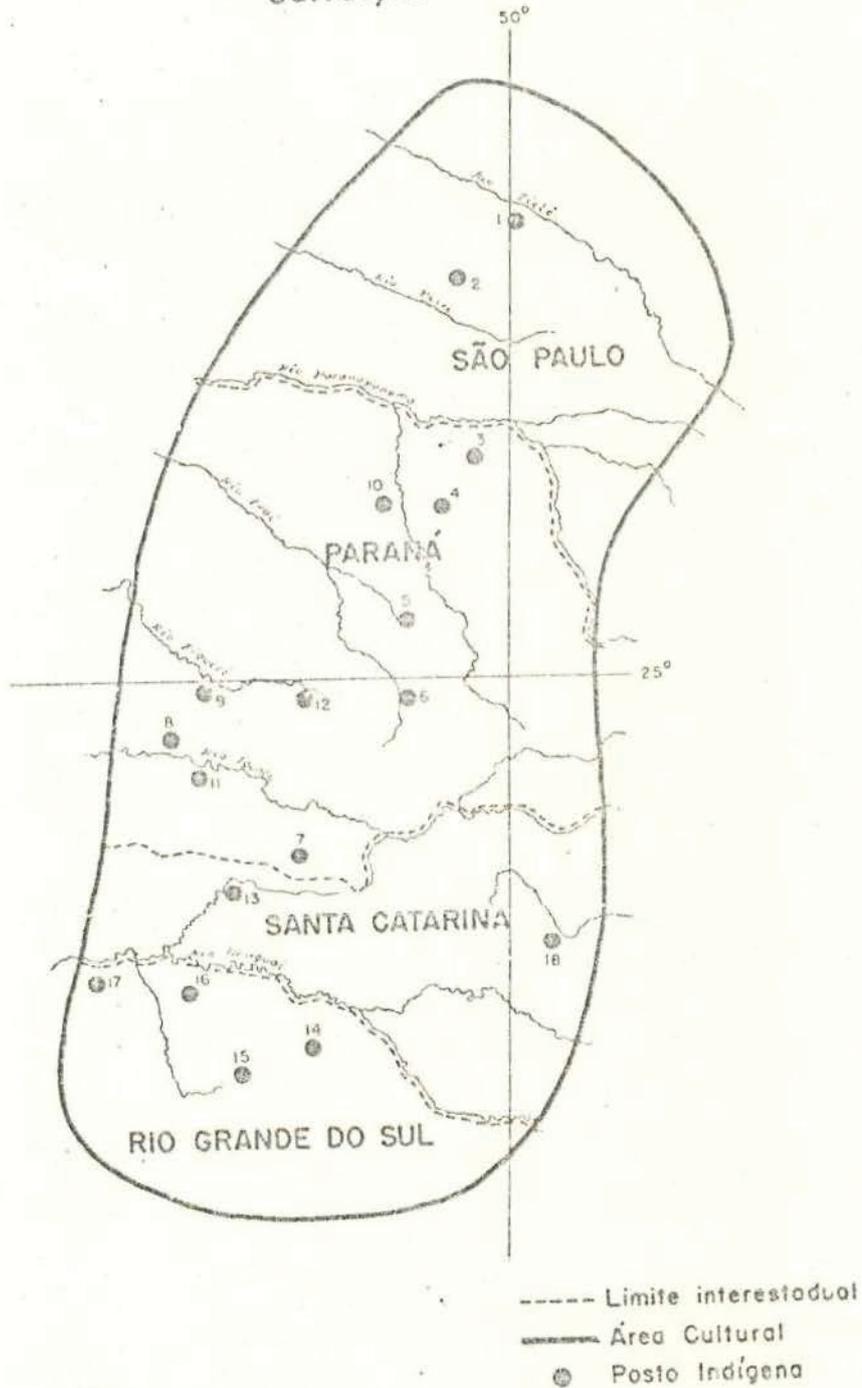
Atualmente continuam agrupados pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pelo último censo da FUNAI 4/ perfazem um total aproximado de 7.000 indivíduos.

De acordo com estudos lingüísticos, fazem parte do Tronco Macro-Jê e da Família Jê. Rodrigues classifica os Kaingáng em: Kaingáng do Norte, Kaingáng Central e Kaingáng do Sul. 5/ Com referência aos do Paraná, divide-os em 3 grupos geográficos principais: os do rio Tibagi, municípios de São Jerônimo da Serra, Apucarana e Ortigueira; os do rio Ivaí, municípios de Cândido de Abreu, Manoel Ribas e Guarapuaçu; e os do rio Iguaçu, municípios de Laranjeiras do Sul, Mangueirinha e Palmas. E acrescenta: "... é possível que haja também índio Kaingáng no rio Piquiri". 6/

Úrsula Wieseemann, do Summer Institute of Linguistics, divide em 1967 a língua em cinco

ÁREA CULTURAL INDÍGENA
TIETÊ-URUGUAI (Nº 10)

Galvão, E. 1960

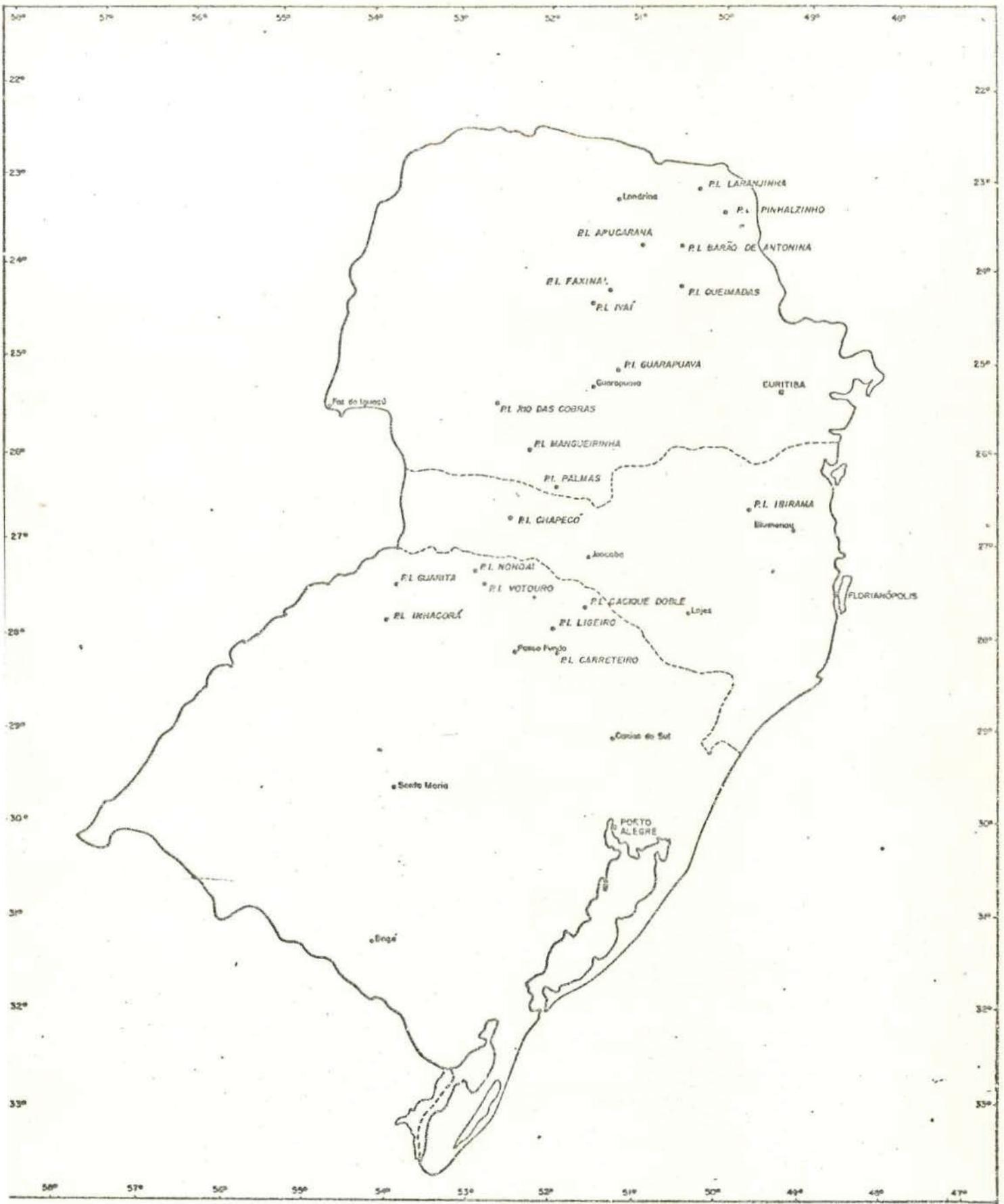


dialetos: 1) o de São Paulo, falado em dois Postos daquele Estado; 2) o do Paraná, usado nos Postos daquele Estado ao norte do rio Iguaçu; 3) o Central, falado nos Postos entre os rios Iguaçu e Uruguai, nos Estados do Paraná e Santa Catarina; 4) o do Sudoeste, falado nos Postos ao sul do rio Uruguai e oeste do rio Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul; 5) o do Sudeste, falado nos Postos ao sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo.^{7/}

No Inventário realizado pelo Centro de Pesquisas Florestais da Universidade Federal do Paraná, em convênio com a SUDESUL e a FUNAI em 1973,^{8/} os vinte Postos Indígenas da Região Sul, sob a jurisdição da 4ª Delegacia Regional da FUNAI, foram inseridos em oito regiões, estando quatro em território paranaense, abrangendo onze Postos Indígenas.

Assim, de acordo com esse levantamento, na Região I - Norte do Paraná - foram agrupados os P.I. de:

1. Apucarana, Município de Londrina;
2. Barão de Antonina, Município de São Jerônimo da Serra;
3. Laranjinha, Município de Santa Amélia;
4. Pinhalzinho, Município de Tomazina;



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS POSTOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL DO BRASIL- 4.^a DR- FUNAI.

na Região II — Centro do Paraná — os P.I. de:

5. Faxinal, Município de Cândido de A-
breu;
6. Ivaí, Município de Manoel Ribas;
7. Queimadas, Município de Ortigueira;

na Região III — Centro-Sul do Paraná — se loca-
liza apenas o P.I. de:

8. Guarapuava, Município de Guarapuava; e

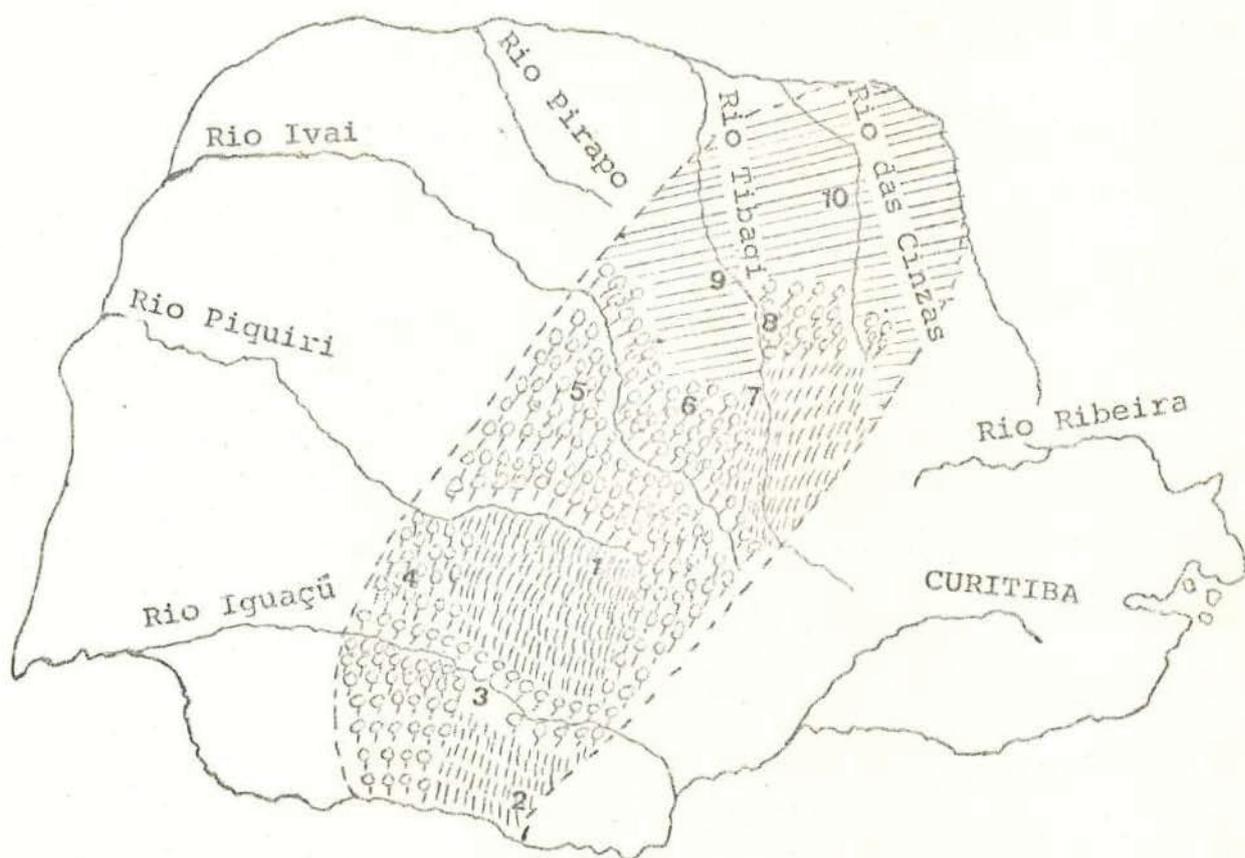
na Região IV — Sudoeste do Paraná e Noroeste
de Santa Catarina — os P.I. de:

9. Palmas, Município de Palmas;
10. Mangueirinha, Município de Mangueiri-
nha;
11. Rio das Cobras, Município de Laranjei-
ras do Sul

e o P.I. de Chapecó, localizado no Estado de
Santa Catarina.

Em nosso trabalho de campo, iniciamos o
levantamento dos Postos Indígenas pelas áreas
de povoamento mais antigo, percorrendo o inte-
rior do Estado do Paraná, de acordo com a enu-
meração assinalada no mapa na folha seguinte.

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS INDÍGENAS NO ESTADO DO PARANÁ, EM ÁREAS DE CAMPOS E ARAUCÁRIAS E, EM MENOR PROPORÇÃO, NA MATA TROPICAL DO NORTE.



1. P.I. GUARAPUAVA
2. P.I. PALMAS
3. P.I. MANGUEIRINHA
4. P.I. RIO DAS COBRAS
5. P.I. IVAÍ
6. P.I. FAXINAL
7. P.I. QUEIMADAS E SUB-POSTO SALTO MAUÃ
8. P.I. BARÃO DE ANTONINA
9. P.I. APUCARANA
10. P.I. LARANJEINHA

	CAMPOS
	ARAUCÁRIAS
	MATA TROPICAL DO NORTE

Na distribuição espacial, procuramos destacar as características da vegetação, para mostrar que os Kaingáng estão agrupados numa faixa ecológica em que predominam os campos e as araucárias, habitat tradicional dos Jês do Sul, e em menor número na mata tropical.

Portanto, nossa descrição de cada Posto Indígena começa pelas regiões Centro-Sul e Sudoeste do Paraná, trata a seguir daqueles grupos localizados nos Postos do Centro e termina ao Norte do Paraná, por ser esta a área de colonização mais recente. Também devemos acrescentar que distribuímos os Kaingáng do Paraná em dez Postos e dois Sub-Postos, uma vez que em Pinhalzinho, ao norte do Estado, há reserva apenas três índios, e as terras estão arrendadas pela FUNAI a regionais. Por outro lado, no município de Ortigueira encontra-se também o Sub-Posto Salto-Mauá, junto a Natingui, subordinado à chefia do P.I. Queimadas. Pelo número significativo de famílias Kaingáng, que residem nessa área da União, achamos conveniente incluí-las neste estudo.

Os Kaingáng localizados nos municípios de Guarapuava e Palmas estão em contato permanente com segmentos da sociedade nacional há mais

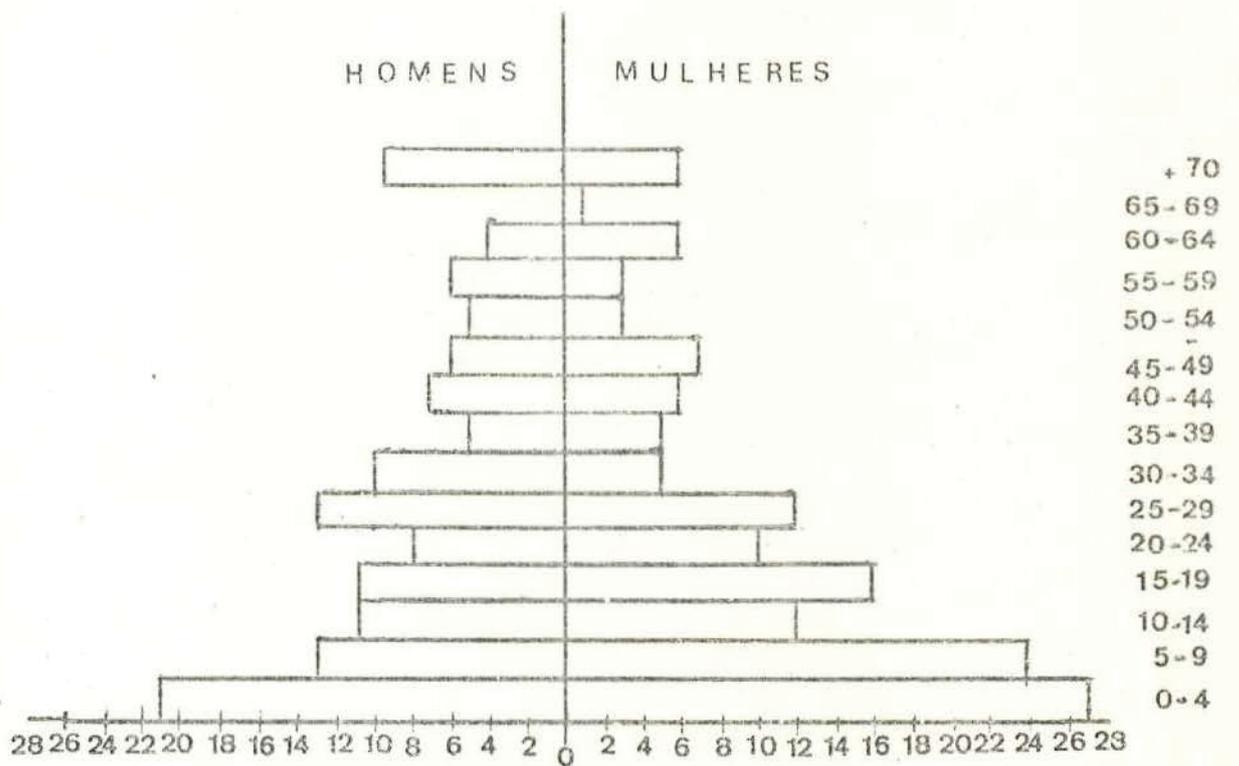
de cento e cinquenta anos 9/ e os grupos que se refugiaram ao norte do Estado ficaram encurralados nas matas, principalmente na área tropical, até serem atingidos pela expansão cafeeira, neste século. Portanto, pareceu-nos significativo acompanhar o processo de integração histórica desses índios, seguindo a dinâmica das frentes pioneiras que, fundamentadas na criação do gado, na agricultura de subsistência, na extração da erva-mate e madeiras e, por fim, no cultivo de cereais e economia cafeeira, foram penetrando nos territórios tribais e, paulatinamente, incorporando os Kaingáng como mão-de-obra em atividades que passaram a desenvolver para os brancos. Assim, foram se transformando em elementos dependentes da sociedade nacional.

1.1. Posto Indígena de Guarapuava

O Posto Indígena de Guarapuava está localizado no Município de Guarapuava, no distrito de Guairacá, no 3º Planalto, numa altitude de 1.120 m. Tem uma área de 17.019,85 ha, com relevo plano e acidentado. A sede do P.I. fica

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. DE GUARAPUAVA



a 60 km da cidade de Guarapuava, cujo acesso se faz por estrada de macadame. Fica distante 364 km de Curitiba, sendo que até Guarapuava a rodovia é asfaltada.

O Posto se situa próximo ao Rio das Marrecas e era conhecido por "Toldo de Marrecas". Este nome foi depois substituído por P.I. "José Maria de Paula" e recentemente a FUNAI o denominou de "Guarapuava".

Quando iniciamos o levantamento dessa área indígena, em 1965, a população do Posto era de 271 indivíduos, sendo 128 do sexo masculino e 143, do feminino.

Para essa reserva haviam sido trazidos os índios Kaingáng que estavam no P.I. "Boa Viagem", no município de Laranjeiras do Sul, uma vez que as terras do P.I. "Boa Vista" foram entregues pelo então Serviço de Proteção aos Índios a regionais que "provaram judicialmente" possuir títulos. Assim, a população do P.I. de Guarapuava, que era aproximadamente de 90 índios, foi acrescida em quase duzentos trazidos do P.I. "Boa Viagem".

Em 1966, realizamos um novo recenseamento, que revelou um total de 345 índios Kaingáng. Fomos informados pelo Encarregado do

Posto de Guarapuava que muitos índios haviam se apresentado à sede daquele Posto procedentes do antigo "Boa Vista" que, ao ser dissolvido, afugentou muitas famílias indígenas. Foram construir seus acampamentos próximo aos rios Piquiri e do Peixe. Depois, devido às dificuldades para conseguir trabalho e mesmo fazer roças, esses índios foram se instalar no P.I. de Guarapuava, onde já estavam seus parentes. Diziam-se satisfeitos com o novo administrador que "não explorava os índios como no P.I. "Boa Vista", cujo ex-Encarregado vendia toda produção da roça coletiva, sem beneficiar os índios".

No Posto, que se chamava "José Maria de Paula", a maioria dos índios habita casas de madeira construídas na Serraria localizada nos limites da área indígena, próximo a Prudentópolis. A firma dos Maia de Ponta Grossa administra a Serraria e há aproximadamente vinte anos explora as madeiras da reserva. O contrato que havia sido feito com a União sofreu reajuste e os madeireiros continuam a usufruir uma parte da reserva indígena e dos produtos nativos, sendo que restam ainda poucos pinheiros no local.

Para os índios foram construídas casas de duas águas e duas peças e também a sede do Posto, a Escola e a Enfermaria foram beneficiamentos feitos devido à exploração de madeiras pela referida firma, que continua até os dias de hoje.

Dentro dessa área indígena também se encontram várias famílias de arrendatários (quase uma centena), que há vários anos se instalaram, algumas como "intrusos", mas que, devido às pressões feitas pelo então S.P.I. e os índios, passaram a pagar o aluguel da terra, fornecendo 20% da produção ao Posto Indígena.

Assim, neste P.I. os índios sempre tinham um depósito de cereais que o Encarregado armazenava para os períodos de ~~escassez~~ entressafra e também para dar atendimento aos índios mais velhos e aos enfermos.

Cada família indígena se ocupa de fazer uma roça de pelo menos um alqueire. Plantam milho, feijão, abóbora, mandioca, algumas frutas, para subsistência do grupo doméstico.

Os indivíduos ativos realizavam a "Roça Grande" ou a "Roça dos Índios", controlada pelo Encarregado. A maioria dos índios participava desse empreendimento, porque o Encarrega-

do distribuía entre as famílias Kaingáng toda a produção de cereais.

Como os índios "tendem a consumir tudo o que plantam" - dizia o funcionário do então S.P.I. - "é necessário fazer coletivamente uma roça, para os períodos de entressafra e mesmo de penúria, quando advêm catástrofes". Dava como exemplo o grande incêndio que ocorreu no interior do Paraná em 1965 e que devastou as plantações.

Os índios Kaingáng do P.I. de Guarapuava praticam o "Labour Migration".^{10/} Saem para trabalhar fora da área, para regionais, e também se ocupam como mão-de-obra para os arrendatários que exploram as terras da reserva. Poucos índios trabalham na Serraria.

Possuem um Capitão de Índios, que veio a substituir os chefes das "hordas" e que é escolhido pelo Chefe do Posto, com a aquiescência dos demais.

Os contratos de trabalho fora da área são verbais e se fazem geralmente entre o Capitão e o branco empreendedor. O Chefe do Posto participa indiretamente desses acordos e em alguns lugares serve de intermediário. Por outro lado, cabe a ele dar a autorização para o ín-

dio deixar a área. Chamam de "portaria" a esse expediente.

Assim, os indígenas estão sujeitos a um controle do P.I. sobre as atividades que desempenham fora da reserva, ainda que tenham de sair para trabalhar, porque necessitam complementar a balança doméstica.

Os indígenas aldeados no P.I. de Guarapuava costumam vender uma parte muito pequena de sua produção aos negociantes da área. Porque as cidades mais próximas distam alguns quilômetros da reserva, os índios não se vêm atraídos a trocar sua produção por panos ou quinqui-lharias. Para obterem um pouco de dinheiro para comprar alguns produtos alimentares, como sal, açúcar, café etc., que incorporaram dos brancos, confeccionam artefatos de taquara, que são vendidos em bodegas localizadas próximo à área.

Entre os Kaingáng de Guarapuava, como em todos os Postos do Paraná, há indivíduos que estão "viciados" em bebidas, apesar da proibição local de se vender cachaça aos indígenas. Na análise que vamos fazer no final do capítulo serão discutidos esses problemas, que atingem a população indígena globalmente.

1.2. Posto Indígena de Palmas

O Posto Indígena de Palmas está localizado no Município de Palmas, no 3º Planalto, numa altitude de 1.160 m. Tem uma área de 2.944,50 ha correspondentes a 1.216,73 alqueires de 24.200 m² cada alqueire. A área situada em território paranaense é de 764,0 ha e a situada em território catarinense é de 1.180,5 ha. O relevo é moderadamente acidentado. A sede do P.I. fica a 6 km da cidade de Palmas e a 672 km de Curitiba, ligado por estradas de macadame.

O Posto tinha o nome de "Fioravante Esperança". Era conhecido como o "Toldo das Lontras". A sede do P.I. foi fundada em 1920.

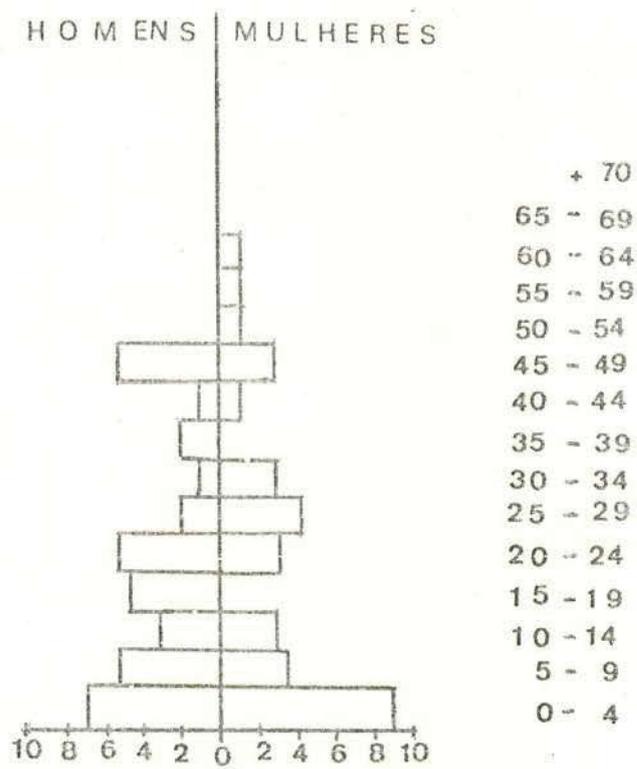
Realizamos o levantamento dessa reserva indígena em 1967 e computamos 72 índios Kaingáng, sendo 40 do sexo masculino e 32 do feminino.

Nesta área os índios desempenham as mesmas atividades que descrevemos com referência aos Kaingáng aldeados em Guarapuava.

Entretanto, como nesta região Sudoeste do Paraná a erva-mate é nativa e hoje se pratica também a cultura dessa planta, os índios aldea

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. DE PALMAS



dos em Palmas estão engajados, desde os tempos da conquista do território, em atividades ligadas à exploração da congonha. Foram sendo incorporados à sociedade regional devido às atividades que desenvolvem como mão-de-obra junto aos exploradores da erva-mate. Também há índios que praticam a economia primitiva do mate e colocam no mercado a erva já preparada. Constroem o barbaquá e controlam a produção. Porém a maioria dos índios trabalha para os regionais.

Cada família indígena também faz a roça de subsistência.

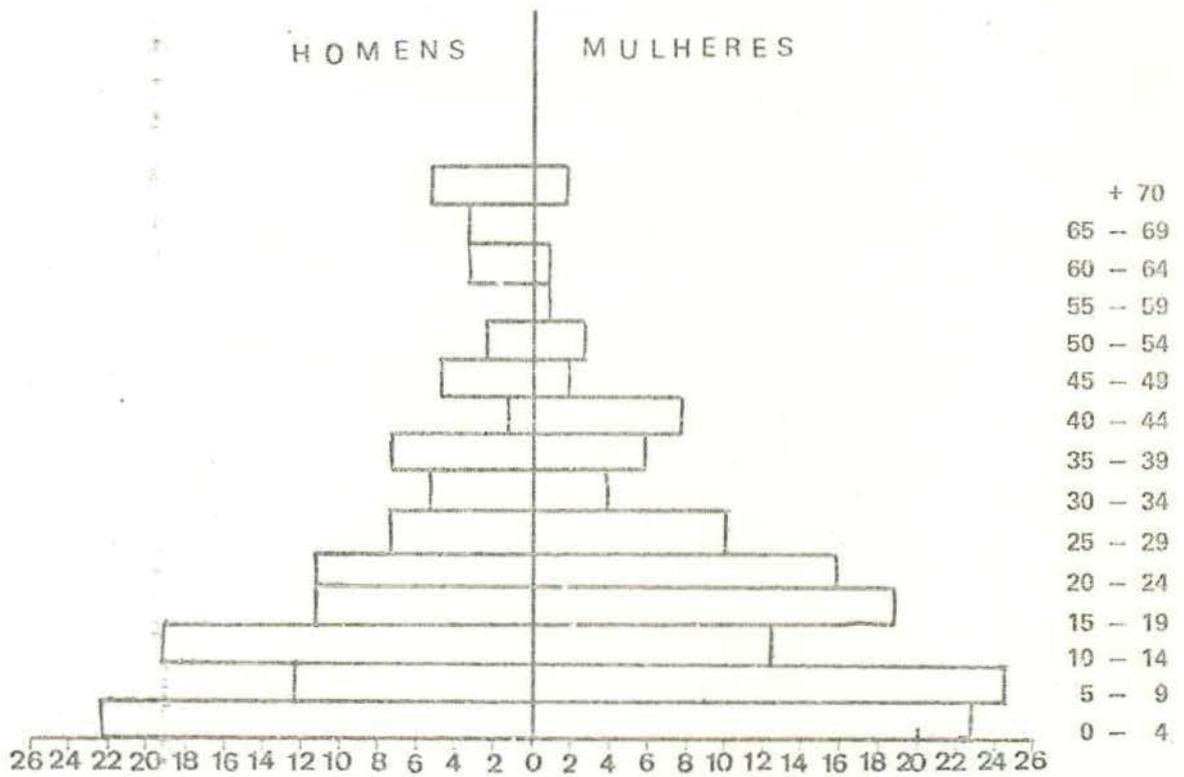
Neste Posto há uma serraria instalada dentro da reserva. Uma parte dos índios trabalha no preparo das tábuas, uma vez que essa serraria vem sendo utilizada pelo P.I. como fonte de renda.

1.3 Posto Indígena de Mangueirinha

O Posto Indígena de Mangueirinha é constituído de 2 glebas, estando ambas localizadas no Município de Mangueirinha, no 3º Planalto,

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingâng

P. I. DE MANGUEIR'NHA



numa altitude de 620 m. A área total das duas glebas é de 7.400 ha.

A 1ª gleba se situa a 20 km de Mangueirinha e a 435 km de Curitiba e tem 4.100 ha. O acesso externo é feito por estrada de leito natural. O relevo varia entre plano e ligeiramente acidentado.

A 2ª gleba fica a 40 km de Mangueirinha e tem 3.300 ha. O acesso externo é feito por estrada asfaltada. O relevo é semelhante ao da 1ª gleba.

Durante a administração do ex-S.P.I. este Posto se chamava P.I. "Cacique Capanema". Anteriormente era conhecido por "Campina dos Índios" ou "Toldo dos Índios". Este P.I. foi criado em 1940.

No Posto de Mangueirinha estão aldeados 247 índios Kaingáng e 174 guaranis. Dos Kaingáng, 112 são do sexo masculino e 135 do feminino. Perfazem um total de 46 famílias.

Os Kaingáng habitam preferencialmente uma das glebas, estando os Guarani localizados na 2ª gleba.

Na área deste Posto há inúmeras famílias de "intrusos", que se foram infiltrando há vários anos; os casamentos interétnicos são em

número significativo. Por outro lado, raramente ocorrem uniões de índios Kaingáng com Guarani.

Uma vez que há intenso processo de mestiçagem, torna-se difícil computar o número de índios aldeados, pois os mestiços também se identificaram como "índios puros".

Assim, as famílias que residem nesta área e têm um ascendente índio e aquelas em que há uniões interétnicas, bem como seus descendentes, foram incluídas no censo.

Nesta reserva toda a população fala o português, sendo que poucos índios se expressam em Kaingáng "em casa", como se verifica em outras áreas, em que os Kaingáng falam o português mas se comunicam em Kaingáng dentro do grupo doméstico e com os parentes e, também, quando estão reunidos com os de sua "nação".

Dentro dessa área há também inúmeros arrendatários, cujo aluguel da terra era recolhido e depositado no Fundo Agro-Pecuário, conforme informações dos funcionários da União.

Essa reserva sofreu há vários anos devastação dos pinheiros que foram explorados por firmas particulares, em acordos com o Governo do Estado e a União. Também o território índi

gena foi bastante reduzido, devido a negocia-
tas feitas e que resultaram em prejuízo para
os indígenas.

Os índios mais conscientes faziam constan-
temente suas queixas referindo-se, principalmen-
te, à derrubada dos pinheirais e à Serraria
montada dentro da área: "Nosso serviço
(S.P.I.) derruba o pinheiro da terra dos ín-
dios, explora a madeira e não manda nada para
os índios ... continua tudo no mesmo ... as
veis não tem professor ... se ao meno desse
uma educação para os índios ... mandasse estu-
dá em Palmas .. minhas criança vou botá em Pal-
mas ... índio precisa de pessoa da família que
enxergue mais longe que os outros pra melhorá
vida do índio ..." 11/

A maioria dos indígenas de Mangueirinha
trabalha pra regionais.

Os mestiços e os descendentes de mesti-
ços usam a mão-de-obra indígena (os Kaingáng
que se conservam "puros) em suas roças, dentro
da área do Posto. Poucos índios e os mestiços
que conseguem fazer uma certa poupança pagam
"camaradas" e produzem mais do que as famí-
lias, que se dedicam às roças de subsistência.
Colocam no mercado o excedente da produção. In-

vertem o lucro em novas roças, e, se têm sorte, vão estendendo suas plantações.

Quando realizamos o survey nesta área, alguns indivíduos estavam plantando também o trigo, e informaram que costumavam pagar o aluguel da trilhadeira aos colonos da região.

Muitos índios, que não puderam fazer poupança para comprar sementes e cultivar trigo e também não tinham condições de pagar "peões" e alugar a trilhadeira, lamuriavam-se quando se comparavam aos mestiços e aos poucos índios que estavam em "situação econômica" melhor.

Expressavam-se da seguinte maneira: "O Posto devia dar financiamento aos índios; entrando o dinheiro, a coisa indo bem, num ano a pessoa folga, tendo inteligência e tendo meios .. temos terras boas ... se dava pra pagá peões, mas falta o dinheiro; tendo meios dava pra fazer 20 a 30 alqueires de roça ..." 12/

Estes índios que vivem da economia de subsistência e prestando serviços aos regionais, em jornadas de trabalho, usam fazer o puxirão, quando estão preparando o terreno para suas roças. Reunem-se principalmente com os parentes e compadres e fazem a ajuda mútua; o "dono da roça" oferece a "bóia" e, no sábado, um baile,



Família Nuclear (de procriação) F. nº 1.
Casas Típicas dos Kaingáng. F. nº 2.
(Fotos de Édison Helm)

a que comparecem os companheiros de trabalho.'
Muitas vezes outros são convidados a partici -
par das diversões regadas a capilé.

1.4 Posto Indígena Rio das Cobras

O Posto Indígena Rio das Cobras está localizado no Município de Laranjeiras do Sul, no 3º Planalto, numa altitude de 900 m e ocupa uma área de 7.78k,51 ha, com relevo plano e acidentado.

O acesso externo ao Posto é fácil, pois se situa a 18 km da cidade de Laranjeiras do Sul. A vila mais próxima é Nova Laranjeiras. Fica distante 435 km de Curitiba, ligada por estradas asfaltadas.

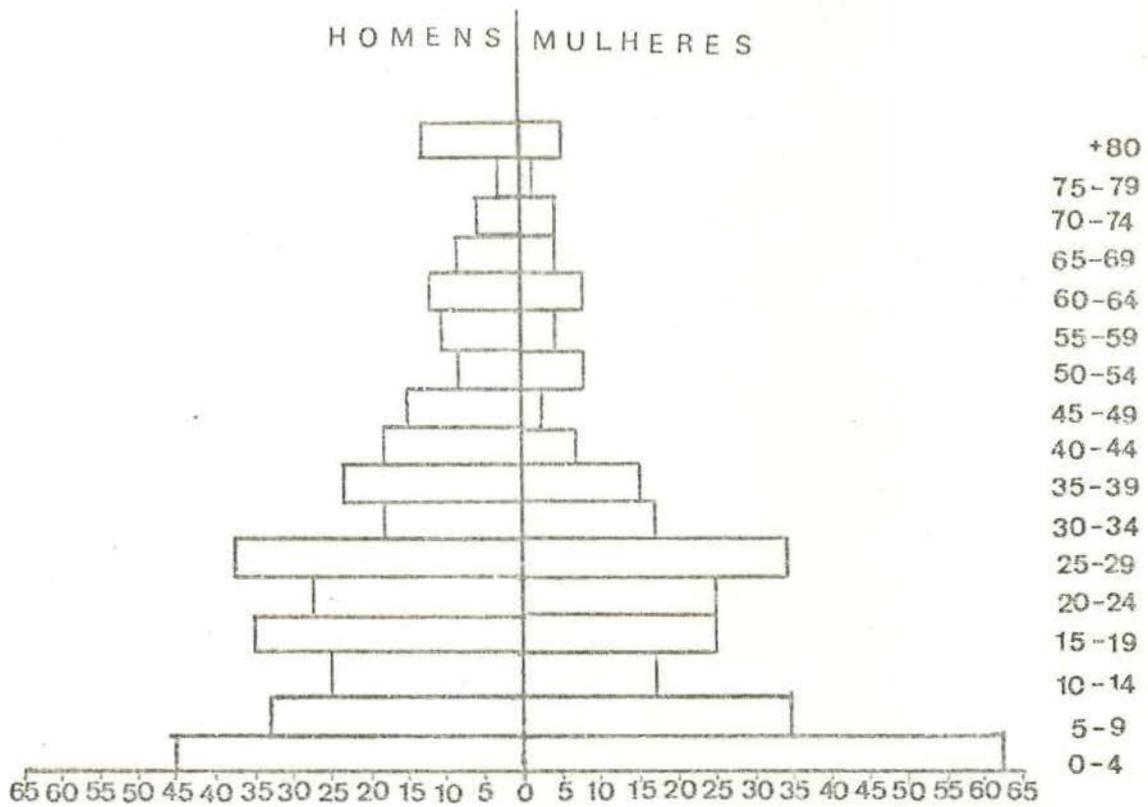
Quando iniciamos o trabalho de campo nessa região, em 1965, o asfalto terminava em Ponta Grossa e o acesso ao P.I. era difícil.

Nos dias de hoje, a região se desenvolveu bastante e as estradas asfaltadas levaram o progresso à área, que está em condições de escoar rapidamente toda a produção local.

O povoamento dessa área do Sudoeste se

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. RIO DAS COBRAS



deu, historicamente, por expansão da frente a gropastoril que ocupou os Campos do 3º Planalto no século passado.

Com a chegada de imigrantes europeus surgiram várias colônias e a região se caracteriza por ser essencialmente agrária. Por outro lado, nos últimos anos, a criação de suínos levou os sitiantes a arrendarem grandes porções de terra, para cultivo do milho e engorda dos animais.

Devido à procura de terras, a área do P.I. foi invadida em grande parte por "intrusos" e também foi arrendada parcialmente aos safristas, que pagam o foro ao Governo.

Por englobar a maior população indígena do Paraná — são 628 Kaingáng, 335 do sexo masculino e 293 do feminino, e 200 índios Guarani, que estão aldeados separadamente na mesma reserva — os índios vêem no branco invasor e no arrendatário um concorrente a mais a fazer uso das terras e a desgastá-las. Caracteriza-se por ser uma área de constantes atritos inter-étnicos. Os índios vivem em tensão devido às atitudes assumidas pelos "civilizados" que seguidamente soltam os suínos em suas roças de subsistência. "... Engordam porcada às custas

da roça dos índios", dizem estes em suas quei
xas diárias à administração do P.I.

Por outro lado, como se discutirá no pró-
ximo capítulo, o Chefe do Posto está comprometi-
do com o mundo dos brancos que, até certo
ponto, mantêm o P.I. através do aluguel da ter
ra e contribuem para a "Renda Indígena". Assim,
ele se vê numa atitude ambivalente, quando "ten
ta defender os interesses dos índios" em rela-
ção aos brancos arrendatários.

Devido a essas circunstâncias, os Kain-
gâng do Rio das Cobras passaram a praticar uma
reduzida economia de subsistência (menos de um
alqueire de roça por família) e trabalham fora
da área para os safristas, que necessitam de
muitos braços para tocar suas plantações de mi
lho e abóbora. Assim, sazonalmente solicitam
a mão-de-obra indígena, arrecadando os índios
em caminhão pela manhã e trazendo-os à tarde e
a suas marmitas vazias. Alguns ruralistas dão
a "bóia" e o preço pago pela jornada de traba-
lho é menor.

Assim, nessa região, devido às circunstân
cias históricas em que se processa o seu de-
senvolvimento, baseado na exploração da terra,
na corrida ao lucro fácil com um mínimo de ca-

pital de investimento, todos esses fatores fazem com que os índios sejam incorporados à economia agrária, em detrimento de seu sistema tradicional de trabalho, e passem a depender dos investidores agrícolas para obter trabalho e dinheiro com o qual adquirem os produtos que consomem. Suas poucas roças de subsistência não suprem mais as necessidades das famílias indígenas envolvidas pelo contato com os brancos.

1.5 Posto Indígena Ivaí

O Posto Indígena Ivaí, localizado no Município de Manoel Ribas, está situado no 2º Planalto, numa altitude de 972 m e ocupa uma área de 7.200 ha, com relevo plano e acidentado. O acesso se faz pela Rodovia do Café até Mauá, asfaltada. As estradas que ligam o P.I. às cidades mais próximas são de macadame, quase intransitáveis em dias de chuva. Antigamente o percurso era realizado por Guarapuava, Pitanga, até à cidade de Manoel Ribas. Também se pode chegar até essa área por Tibagi, Reserva e Câmpo



Índios Kaingáng do P. I. Queimadas.
(Foto de Édison Helm.)



Crianças Kaingáng da Escola do P. I. Ivaí.
(Foto de C. Helm.)



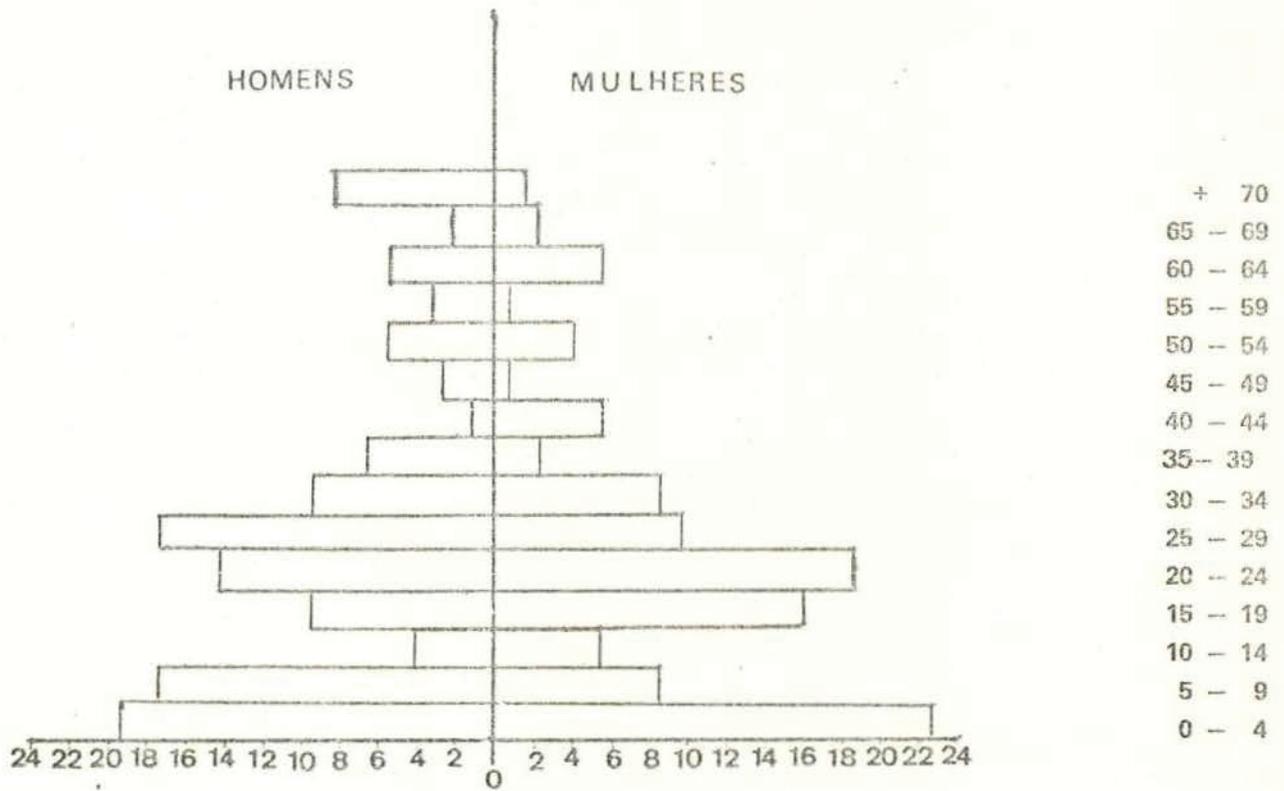
Mestiço (de pai índio Kaingáng X mãe " civilizada ") e a irmã do pai. (Foto de Édison Helm.)



Conjunto de casas construídas pelo órgão de Proteção. P. I. Ivaí.
Observe-se a proximidade entre elas numa área de 7. 200, hab.
(Foto de Édison Helm)

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. DE IVAÍ



dido de Abreu, mas as vias de acesso são mais precárias e se tem de utilizar a balsa do rio Ivaí; em tempos atrás essa era a única via de comunicação, da qual dependiam os viajantes e sitiantes para se comunicar com Ponta Grossa e Curitiba.

A 1ª sede do Município foi Pitanga e os colonos relatam estórias "terríveis" a respeito dos índios e dos assaltos que praticaram ao povoado, em 1923.^{13/} Os atritos surgiram porque o Governo do Estado entregou cinco mil alqueires de terras do aldeamento dos índios Kaiu-gâng situadas à margem direita do rio Ivaí, para a colonização. Reservou para os indígenas a área situada à margem esquerda do referido rio. Não satisfeitos com a entrada dos colonos na área mais fértil, os índios reagiram e empreenderam vários assaltos, sendo que "certa vez devastaram tudo até a sede da paróquia". Por outro lado, sofreram vários revezes dos colonizadores que permaneceram nas terras que haviam adquirido do Governo do Estado.

Para o colono europeu e seus descendentes fixados nessa região, os indígenas são vistos como "elementos nocivos e que precisam se converter ao cristianismo para se tornarem civili-

zados".

O "Toldo do Ivaí", como era denominado antigamente o aldeamento dos Kaingáng, foi substituído por P.I. "Cacique Gregório Kaeckchot", durante alguns anos, em homenagem ao cacique Kaeckchot, que prestou serviços à administração do ex-S.P.I., conseguindo conciliar os interesses dos índios e dos brancos. Recentemente a FUNAI passou a usar a denominação antiga.

A população Kaingáng aldeada é de 130 homens e 128 mulheres.

Por se tratar de um município pouco desenvolvido, que não é cortado por rodovias asfaltadas, os colonos não produzem em grande escala. Criam suínos e gado em suas pequenas propriedades.

Apesar de Manoel Ribas estar a menos de 80 quilômetros de Ivaiporã — cidade recém-formada devido ao pioneirismo dos fazendeiros de café e atualmente também de gado — esta se desenvolveu rapidamente e tem uma arrecadação bem maior que a de Manoel Ribas, cujas terras não se prestam para o cultivo do café, tendo o clima frio e chegando a gear no inverno.

Os Kaingáng estão circunscritos numa área pouco desenvolvida, onde as relações de produ-

ção estão baseadas em grande parte na agricultura de subsistência e o Labour Migration é praticado em pequena proporção.

Portanto, dedicam a maior parte de seu tempo às roças de subsistência, dentro da reserva. Assim, é-se levado a perceber que em áreas menos desenvolvidas, onde a agricultura comercial é praticada em menor escala, o consumo é limitado e o índio depende do produto de suas roças de subsistência.

Confeccionam também objetos de taquara, como cestos, balaios, chapéus, peneiras, que vendem aos negociantes da região ou trocam por sal, açúcar, café, enfim poucos artigos dos quais passaram a necessitar no consumo doméstico.

Assim, nesta região a agricultura comercial não chega a absorver de modo significativo a mão-de-obra indígena, uma vez que há pouco capital em circulação, caracterizando-se por ser povoada essencialmente por agricultores pobres e alguns safristas, que criam suínos. Envia para o mercado uma produção pequena e dependem essencialmente de intermediários para comercializar a criação e enviar o excedente aos centros consumidores.

Por outro lado, o antagonismo índio/branco expressado por estereótipos nas relações interétnicas se processa no comportamento étnico e não em termos de competição no trabalho, ou seja, em nível econômico.

Nessa área o índio é chamado de "sujo", "ladrão", "cachaceiro", e não é tomado por "indolente", "preguiçoso", como ocorre onde compete com os caboclos, na qualidade de reserva de mão-de-obra dos exploradores agrícolas. Chegamos a ouvir, por diversas vezes, dos colonos provocados por nós que "o índio é o melhor braço da região no corte do mato" (derrubada).^{14/}

Também nessa reserva a organização social tradicional dos grupos Kaingáng ainda opera de modo significativo,^{15/} permitindo deduzir ser a estrutura sócio-econômica regional, de caráter tradicional (pouco modernizada), que tem levado os índios a manterem sua cultura, uma vez que não participam intensamente do processo de transformação econômica, que está a ocorrer em outras zonas do Paraná, onde os Kaingáng estão sendo envolvidos mais rapidamente pela economia agrária em desenvolvimento. ^{16/}

1.6 Posto Indígena Faxinal

O Posto Indígena Faxinal está localizado no Município de Cândido de Abreu, com altitude que varia em torno de 600 m, ocupando uma área de 2.009,80 ha, de relevo variando entre ondulado e montanhoso.

Era conhecido por P.I. "Dr. Carlos Cavalcanti". Atualmente recebeu o nome de Faxinal, porque está situado próximo ao lugar denominado Faxinal dos Três Bicos. Dista 331 km da capital estadual e o acesso até Ponta Grossa e Reserva é feito por asfalto; porém as estradas que cruzam este município são precárias e intransitáveis quando chove.

A sede do P.I. está situada a 17 km de Cândido de Abreu e a 15 km de Três Bicos.

No P.I. Faxinal estão aldeados apenas 64 índios Kaingáng, sendo 30 do sexo masculino e 34 do feminino.

Em 1963 havia 129 índios, de acordo com os relatórios do S.P.I., e em 1965 não conseguimos fazer o levantamento porque os indígenas estavam dispersos devido a atritos entre o Encarregado e a população aldeada. Foram-se internar em um antigo reduto próximo ao rio A-

lonso (do Peixe). Algumas famílias retornaram quando mudou a chefia, porém a maioria se empregou em sítios, onde faziam roças para os safristas, principalmente para os que estavam se iniciando nesse ramo de negócios.

Assim, nessa região central do Paraná, localizamos em 1966 grande número de famílias indígenas acampadas próximo a rios piscosos, sobrevivendo às custas de esporádicas jornadas de trabalho para os roceiros.

Devido à precariedade das estradas, os Chefes de Postos (tanto do Ivaí como do Faxinal) não "controlam" as saídas dos índios das reservas. Deixam a área quando se desentendem com os funcionários da União e/ou com outros índios.

Também os jovens que fogem aos padrões tradicionais do grupo, contraindo uniões consideradas incestuosas para os Kaingáng mais velhos (casamento dentro da mesma metade tribal), passam algum tempo fora da reserva. Mais tarde, os parentes acabam aprovando o acasalamento e mandam buscar os filhos.

Quando um indivíduo passa a viver com a mulher de outro, também ocorrem desentendimentos entre os indígenas, e é comum o casal dei-

xar a área e ir morar em outro posto mais próximo, ou então, passam a trabalhar em sítios da região quando encontram serviço.

Nessa região os Kaingáng trocam de companheiro(a) com mais freqüência do que em áreas em que o Encarregado interfere mais diretamente "nos assuntos dos índios" e também onde o Padre exerce certo controle sobre os índios, apoiado sempre pelo funcionário do P.I.

No Rio das Cobras, por exemplo, o Encarregado ao se referir aos costumes dos índios nos disse, em 1965, que ao assumir a chefia do P.I. encontrou "vários índios vivendo com duas mulheres, sendo que em alguns casos as esposas eram irmãs. Para que se tornassem cristãos proibiu a poligamia (e também a poliginia sororal, como facilmente se depreende) e separou os casais, tratando de arranjar marido para as mulheres mais jovens de cada índio polígamo.."

17/

Como já dissemos anteriormente, a zona central do Paraná, apesar de estar baseada em economia agrícola, não absorve a mão-de-obra indígena de forma tão significativa como em áreas que estão atravessando maior desenvolvimento. Assim, como facilmente se percebe, a

integração em nível econômico-social é homogênea, no P.I. Ivaí e em Faxinal.

Ainda que em todos os Postos do Paraná, onde estão aldeados índios Kaingáng, a organização do trabalho esteja baseada na economia de subsistência, em alguns, devido a uma série de fatores, os indígenas têm condições de produzir um pouco mais, colocando no mercado regional o excedente em troca dos produtos que passaram a consumir.

Em todos os Postos as relações de contato são ativadas pela migração para o trabalho, e em algumas áreas chega a envolver quase toda a população Kaingáng ativa.

Como discutiremos mais adiante, em algumas regiões do Paraná, principalmente no Norte, o agricultor pobre e sem terra encontra no índio um forte concorrente a ofertar seus braços a preços que o explorador agrícola impõe. Portanto, nessas áreas as relações de trabalho assumem uma configuração específica.

1.7 Posto Indígena Queimadas

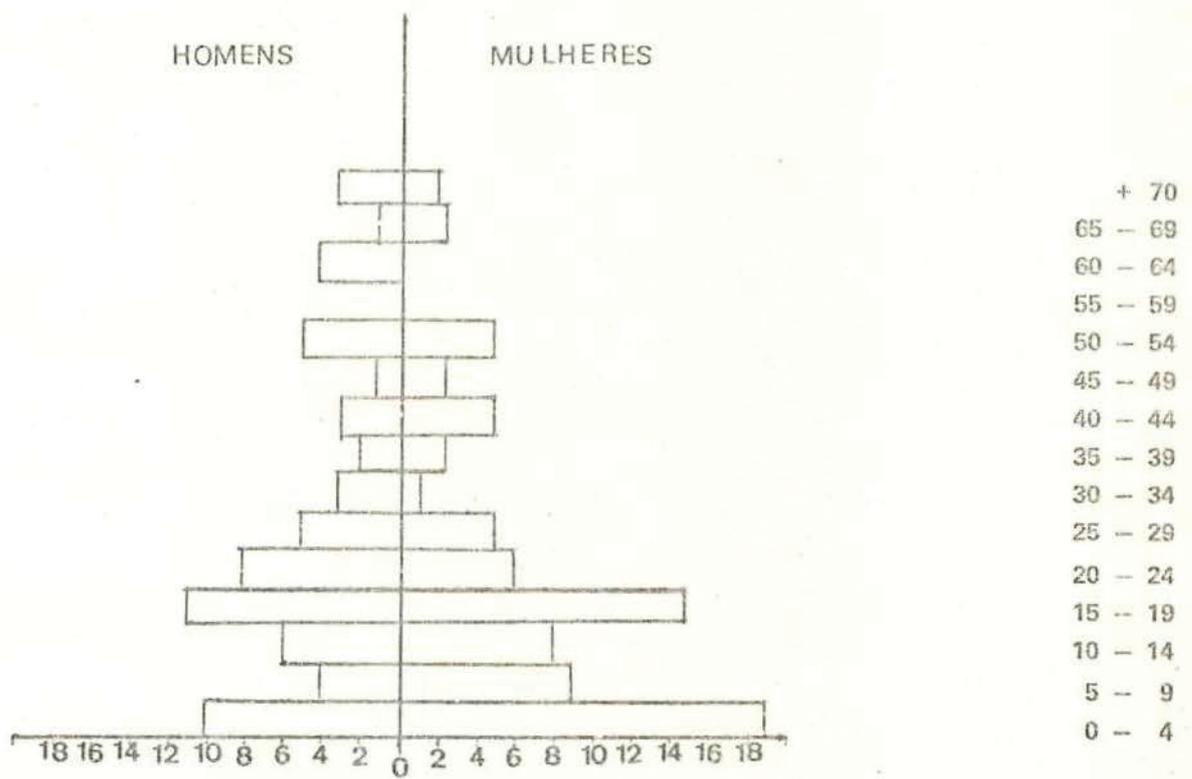
O Posto Indígena Queimadas está localiza-



Índia Kaingáng confeccionando um cesto para vender. (Foto de Édison Helm.)

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. QUEIMADAS



do no Município de Ortigueira, na zona fisiográfica de Tibagi, numa altitude de 760 m, e pertence ao 3º Planalto. Ocupa uma área de 1.827,993 ha. O relevo é ondulado. O acesso ao Posto se faz por macadame da cidade de Ortigueira, situada a 6 km do Posto. Da Capital do Estado até ao P.I. são 270 km em estrada asfaltada, pela Rodovia do Café.

O P.I. tinha o nome de Cel. Telêmaco Borba, que escreveu sobre os Kaingáng depois de haver convivido vários anos com os índios do Tibagi. Deixou preciosa monografia, já citada neste trabalho.

Atualmente o P.I. voltou a se chamar "Queimadas", nome tradicional da região, que se constituía no sertão central do Paraná até as primeiras décadas deste século.18/

A reserva florestal já foi devastada e as melhores terras da área foram cedidas aos colonizadores, sendo que atualmente os índios têm de fazer suas roças de subsistência em terreno bem acidentado e pouco fértil. As terras estão desgastadas pelas queimadas anuais, que os agricultores e os índios fazem para preparar o terreno (coivara) e não utilizam adubos e sim um sistema muito comum no interior do Brasil

tradicional, em que se usa a terra até à exaustão e depois de alguns anos o roceiro volta a fazer o cultivo naquele lugar (sistema rotativo de cultivo do solo).

Caracteriza-se por ser uma região de economia agrária, fundamentada no cultivo de cereais e na criação de animais, principalmente suínos.

No P.I. Queimadas estão aldeados 150 índios, 67 do sexo masculino e 83 do feminino.

Observa-se também uma homogeneidade na economia Kaingáng em se comparando com outras áreas. Complementam a balança doméstica com a venda de objetos de taquara, em Ortigueira, na sede do Município.

1.7' Sub-Posto "Salto-Mauá"

O Sub-Posto "Salto-Mauá" está situado dentro do Município de Ortigueira, próximo ao patrimônio de Natingui, na Comarca de Tibagi. Ocupa uma área de 837 ha.

O recenseamento, que elaboramos em 1966, apontou um total de 87 indivíduos - 45 do sexo masculino e 42 do feminino.

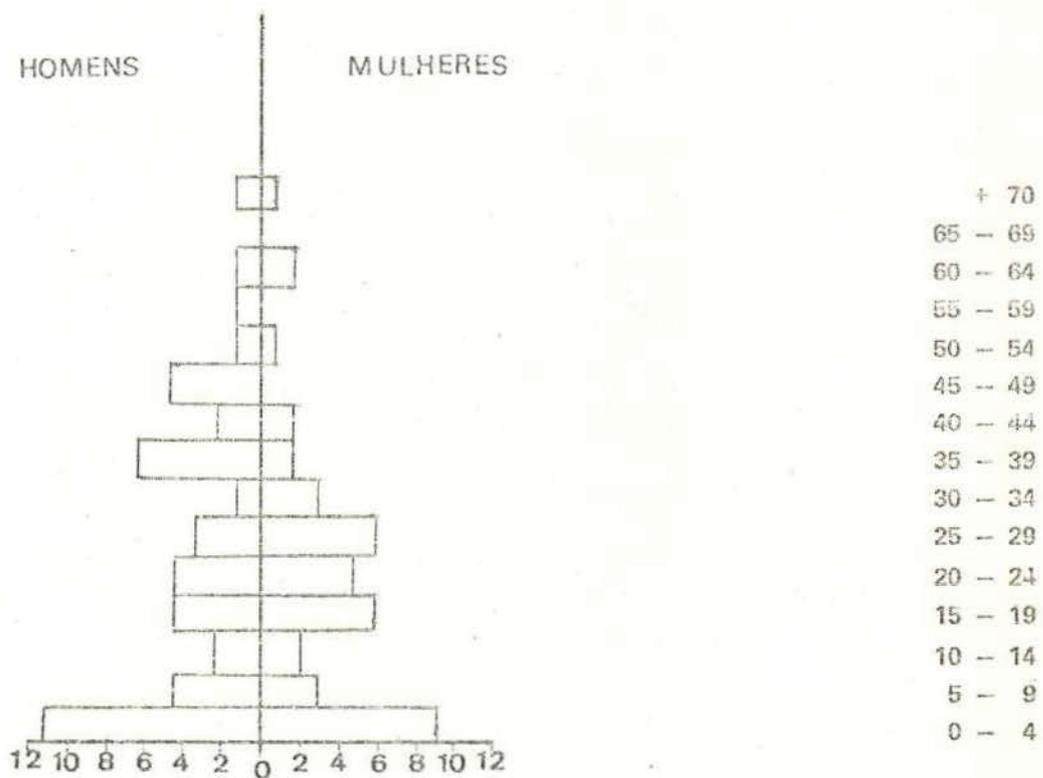


Índios Kaingáng aldeados no Sub-Posto "Salto Mauá" O Capitão dos índios — um mestiço — (o 3º da esquerda para a direita) e o Chefe do P. I. Queimadas (o 1º à direita).

(Foto de Édison Helm.)

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. SUB-POSTO SALTO MAUÁ



As famílias ocupam 23 casas típicas cobertas de taquara (como se podem observar nas fotos que ilustram este trabalho), que os Kaingáng passaram a usar neste século, uma vez que as casas grandes tradicionais descritas pelos cronistas já não mais são construídas devido às mudanças de costumes que foram levados a adotar, na medida em que a família grande foi sendo substituída pela família nuclear, unidade de produção, nos dias de hoje.

A sobrevivência do grupo doméstico em "Salto-Mauá" também está baseada nas roças de subsistência que cada família elementar produz com a ajuda de parentes consanguíneos, afins e colaterais (o puxirão, como chamam regionalmente).

Também costumam vender uma parte da produção aos bodegueiros de Natingui. Geralmente estão endividados com esses negociantes, que fornecem fiado aos índios em períodos de entressafra; a dívida não termina e assume um caráter de círculo vicioso. Em troca, o índio vende ao dono da bodega o pouco do excedente de suas roças, em termos de alguns sacos de milho e feijão, e assim consegue continuar a ter crédito para os meses de penúria. Por outro

lado, os negociantes impõem os preços, geralmente muito inferiores ao que o índio receberia se fosse vender em Ortigueira. Também é levado a vender a produção no período de safra, não segurando a produção, nem aguardando melhores preços. Ele se encontra "tão endividado" que não tem alternativa e condições de sair desse círculo. 19/

Nesse aldeamento também os índios prestam serviços aos sitiantes do município e principalmente aos arrendatários que fazem lavouras nessa área.

Uma parte da reserva se encontra ocupada por "intrusos" que estão em atritos constantes com os índios. Há vários anos tentam expulsá-los de suas terras, porém "cada vez entra mais intruso", dizem os índios.

Essa gleba é administrada pelo Chefe do Posto Queimadas, que reside na outra gleba, na sede. Como a distância entre as duas é de mais de 20 km e as vias de acesso são precárias, ocorre que o funcionário inspeciona apenas semanalmente a área.

Com isso os agricultores pobres e sem terras foram se aproximando e construindo seus barracos. Tentam se radicar na área dos ín-

dios. Muitos já tiveram seus barracos queimados pelos Kaingáng que aproveitam a primeira oportunidade para afastar os "intrusos".

Por outro lado, vêm ocorrendo alguns casamentos interétnicos entre essas populações. Assim, quando o Capitão dos Índios dá o consentimento, passam a residir dentro da área, e geralmente gratificam o Capitão pelo uso da terra. Esses fatos levam a uma dualidade de interesses dentro da área, pois as famílias aparentadas defendem o "direito dos intrusos" e seus descendentes mestiços, e os índios que não têm elos de parentesco com os brancos lutam por afastar os novos concorrentes das terras dos índios. Geralmente o Capitão decide as rixas, dando apoio àqueles que lhe dão dinheiro ou uma parte da produção em troca, ou lhe prestam gratuitamente serviços em sua roça.

Também para essa gleba convergem os Kaingáng de outros Postos que entraram em atritos com os chefes. Encontram no aldeamento de "Salto-Mauá" um reduto em que o Capitão é a autoridade principal, uma vez que o Encarregado do P.I. delega ao Capitão o controle diário do aldeamento, que assume apenas esporadicamente.

Nessa área, a cultura tradicional dos Kaingáng está em operação, uma vez que os índios estão inseridos num contexto em que a interferência do branco não chega a ser tão impositiva.

1.8 Posto Indígena Barão de Antonina

O P.I. Barão de Antonina está situado no Município de São Jerônimo da Serra, no 3º Planalto, numa altitude de 920 m e dista 314km de Curitiba. O acesso se faz por Assaí, pelo asfalto. Antes se usava a estrada do "Cerne", de macadame.

É constituído por 2 glebas, que perfazem uma área de 6.256,79 ha, com relevo plano.

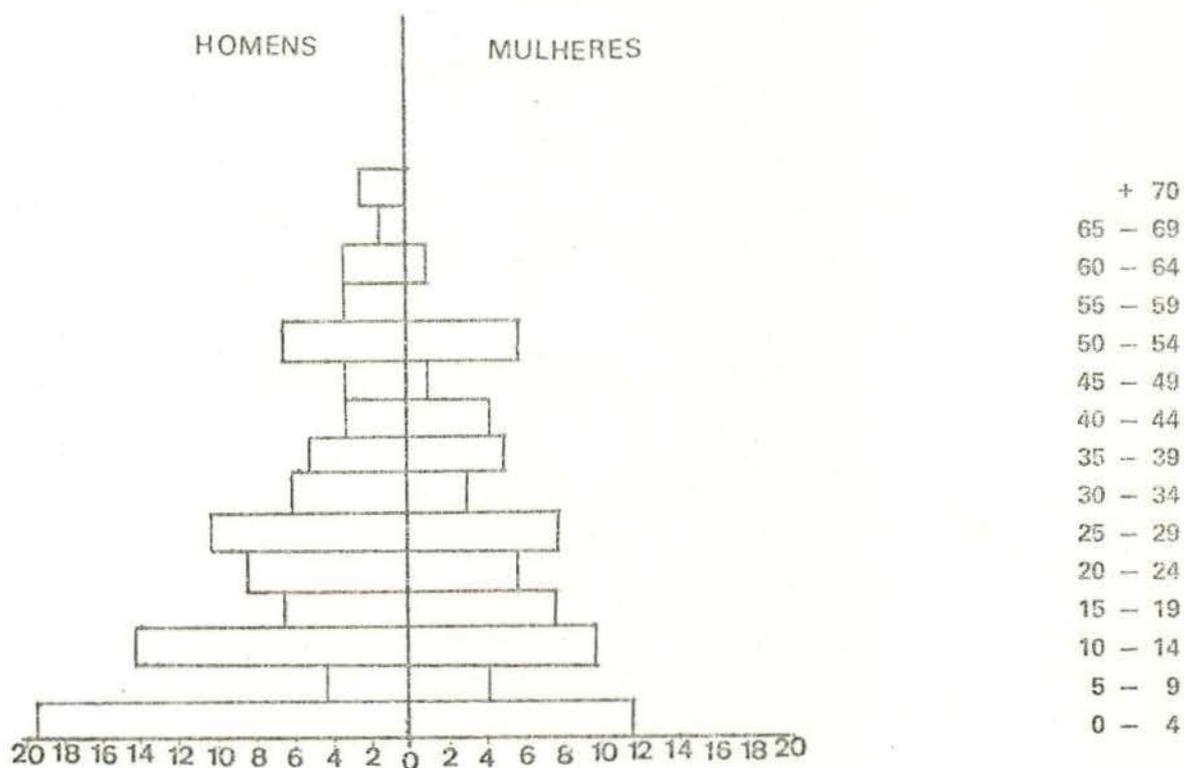
A primeira tem 1.342,62 ha e está próxima à cidade de São Jerônimo da Serra, que surgiu nas terras dos índios, doadas pelo Barão de Antonina.

No século passado, foi criada a Colônia Militar de Jataí, em 1851, em pleno sertão.

Acompanhados de dois missionários, sertanistas penetraram na região e fundaram o aldeia

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. BARÃO DE ANTONINA



mento de São Jerônimo, na divisa do rio Tibagi com o de São Jerônimo, habitat dos índios "Co-roados". Os missionários receberam a incumbên-cia de "civilizar" os silvícolas, apoiados pe-lo Barão de Antonina. 20/

Desde o início os índios Kaingáng foram sendo utilizados no aldeamento como mão-de-obra nas lavouras e demais tarefas que o dire-tor lhes atribuía, "para que fossem adquirindo hábitos de civilizados..." 21/

A frente povoadora desenvolveu a agricul-tura de cereais e a seguir passou a criar ani-mais. Hoje a região também se caracteriza pe-la criação de suínos, extração de madeiras, cul-tivo de café e algodão, em menor proporção.

A segunda gleba está situada a 18 km de São Jerônimo e tem 4.914,17 ha. O relevo é pouco acidentado, praticamente plano em toda a parte central da área.

A reserva indígena, em 1955, abrangia ... 14.000 alqueires e foi reduzida a seguir para 2.000, sendo que nessa área há grande quantida-de "intrusos", que se intitulam "posseiros". En-traram há vários anos e tudo indica que os ín-dios perderão seu território para os invasores, que estão questionando desde o tempo do S.P.I.

até os dias de hoje, quanto ao problema da posse da área.

A parte mais "intrusada", no dizer dos indígenas, é a de Pedrinhas, na segunda gleba.

Quando, em janeiro de 1966, estivemos fazendo o primeiro levantamento dessa reserva, encontramos uma situação que nos pareceu difícil de ser resolvida, em termos de conciliação de interesses, que são por natureza antagônicos.

Em 1968 e 1973, regressamos para um estudo comparativo que estávamos empreendendo em todos os Postos do Paraná, depois de havermos percorrido também os de São Paulo, onde há índios Kaingáng aldeados.

Em São Jerônimo da Serra os atritos entre índios e "civilizados" haviam-se tornado mais freqüentes. O ambiente era de tensão e as queixas grassavam da parte dos índios e dos agricultores estabelecidos na reserva.

Os índios se referem aos brancos como "intrusos", porém os regionais os tomam por "posseiros", uma vez que alguns, segundo eles, já receberam de seu pai o terreno na área dos índios. José C. ao ser entrevistado informou "que seu pai era 'posseiro' e fazia plantações

POSTO INDÍGENA

BARÃO DE ANTONINA

MUNICÍPIO SÃO JERÔNIMO DA SERRA



dentro da reserva e ele se acha no direito de continuar a usar o terreno. Só está aguardando uma ordem do Governo para titular as terras, que usucape, como "posseiro".^{22/} Na sua opinião, "os índios possuem muita terra a ponto de não darem conta de plantar tudo ..."

Outro posseiro entrevistado, Jorge S. B. contou que também faz plantações no lugar próximo a Pinhal, dentro da reserva, em terras "que já lhe pertencem..." Informou que tem amigos políticos — dois deputados e um advogado — que estão tratando de tudo para ele na Capital. Está questionando há vários anos, e "ainda vai ganhar a questão". Em sua opinião, "o Governo deveria reunir todos os índios numa só reserva e até mesmo num só prédio, como está fazendo com os favelados. Assim, espalhados, o Governo tem de gastar muito com funcionários, a ponto do Serviço (o oficial) ter mais funcionários do que índios..." Também colocou que "sem autoridade junto aos índios não dá certo" e citou como exemplo o aldeamento das Pedrinhas, onde "os índios são controlados pelo Capitão, um mestiço, pois o Chefe reside na primeira gleba, na sede do P.I. Barão de Antonina".^{23/}

Como há vários indivíduos procedentes de

São Paulo, Minas, Bahia, dentro da Reserva, a maioria nordestina, fazendo roças e criando animais, e uma parte dos "baianos", como são chamados regionalmente esses migrantes, uniu-se (ajuntamento, como chamam) com os Kaingáng, resultando uma quantidade significativa de mestiços, tornou-se difícil para a Chefia do P.I. e também para os índios "puros" expulsar os "civilizados" de dentro da área, uma vez que se identificam como índios (fazem-se passar por), para terem "direito" de usar as terras. Estes, geralmente, são pequenos agricultores ou, para usar a expressão de M. Vinhas, são "agricultores pobres e sem terra" que diferem dos cultivadores, que exploram a agricultura comercial e produzem essencialmente para o mercado.

Os posseiros possuem hoje capital e exploram extensões maiores de terras (da reserva) e plantam produtos de maior valor comercial como o café, algodão e recentemente a soja, e dispõem de maquinário e pagam camaradas, para prestar serviços em suas plantações.

Nessa reserva, em que os problemas com a terra são mais agudos, a tensão se torna manifesta. Em Postos Indígenas onde os brancos invadiram pequenas áreas e são em menor número,

os atritos são menos evidentes e freqüentes.

Uma vez que os posseiros não pagam o foro da terra à União, como algumas famílias de arrendatários vêm fazendo, os funcionários do P.I. instigam os índios contra os brancos que não contribuem para a Renda Indígena.

Assim, essa reserva se reveste de uma peculiaridade histórica e estrutural que difere, em alguns aspectos, daquelas já descritas.

Aqui os índios fazem suas roças em uma área muito pequena de terreno, pois as melhores terras estão sob o controle dos posseiros.

Os índios estão em atritos constantes com os posseiros e é comum ocorrerem assassinatos, sendo que vários índios já foram eliminados por camaradas dos posseiros. A vinda é freqüente e os índios estão sempre procurando compensar a morte de um parente.

Aos índios ficaram as terras pouco férteis para fazerem suas roças de subsistência. Por outro lado, necessitam fazer puxirão para preparar as roças e se defenderem dos capangas dos posseiros que, segundo os índios, "recebem ordens dos posseiros para destruírem suas plantações". Quando estão a fazer roças sozinhos "vêm os camaradas do J. ou do J.B. e devastam

tudo. Assim, fazem a "reunida" armados não apenas de ferramentas mas de cacetetes e foices para estarem preparados para um eventual ataque". 24/ A ajuda mútua nessa área se caracteriza como uma coesão em termos de defesa do grupo indígena contra seu oponente branco.

Por outro lado, como os índios não têm condições de subsistirem com o que produzem dentro do grupo doméstico, vêm-se na contingência de servirem como mão-de-obra barata aos "coronéis", para usar uma expressão que os estudiosos do Brasil Tradicional utilizam para descrever os indivíduos que assumem o comportamento desses "posseiros" de São Jerônimo da Serra. 25/

Quando enviam camaradas para destruir as plantações dos Kaingáng estão contribuindo para que as famílias indígenas fiquem na miséria e dependam do branco para conseguir trabalho e receber alguns cruzeiros pela jornada de trabalho. Por outro lado, não havendo roças dos índios, eles podem estender suas plantações para áreas cada vez maiores e com isto obtêm maior lucro e rendimento, em detrimento dos índios, que passam a depender exclusivamente da oferta do "coronel", como ocorre em muitas regiões do

Nordeste, nos canaviais, onde os caboclos são proibidos de fazer roças, tendo de se suprir no armazém do "coronel" e ficam sempre endividados com o patrão. Em São Jerônimo, por diversas vezes, ouvimos os índios se referirem ao posseiro como "o patrão", pois ele assume nessa área o papel de "dono da produção" e é quem controla o trabalho de cada "peão" e decide a quem dar trabalho. Aqueles índios que passaram a "não causar problema" para o "patrão" são os que servem de exemplo e os que obtêm serviços com mais facilidade, mas são os mais endividados nas bodegas da região, que fornecem aos índios com o consentimento (aval) do "posseiro".

Além disso, para fazerem suas próprias roças com a ajuda e defesa de seus parentes e companheiros de trabalho, os índios Kaingáng de São Jerônimo da Serra, principalmente da área de Pedrinhas, necessitam, segundo nos informaram, trabalhar durante algum tempo para os brancos para conseguir dinheiro, para adquirirem mantimentos, para a "bóia" que servem durante o puxirão, pois "o dono da roça" tem de estar preparado para dar de comer aos seus

colaboradores. Assim, até para conseguirem recursos para realizar suas roças de subsistência, dependem do "eventual patrão". Alguns saem da área e vão prestar serviços em Assaí, e em sítios das proximidades. Estão menos comprometidos com o regime de "coronelismo" e alguns chegam a fazer um pouco de poupança para pagar "peões" índios, para trabalharem em suas roças. São até certo ponto auto-suficientes, e fazem as plantações na outra gleba, longe da atuação dos capangas dos posseiros.

Cada gleba tem um Capitão dos Índios, sendo que na primeira é um índio Kaingáng, que procura atender aos interesses dos de "sua ração". Por outro lado, na segunda gleba, um ex-Encarregado desse P.I. colocou, durante certo tempo, um mestiço como Capitão. Ambos entraram em acordo e vendiam a terceiros o "direito ao uso às terras da reserva". Se uma família de civilizados se retirava, revendiam o direito à terra a terceiros, agindo como grileiros.

Devido à atuação desses dois indivíduos, muitos "intrusos" foram se estabelecendo e se tornaram posseiros. O Capitão também recebia dos posseiros uma porcentagem para lhes conseguir camaradas índios, para trabalharem em su-

as roças, a baixo custo.

Em 1966, pagavam aos índios diaristas a importância de Cr\$400 por dia, variando até .. Cr\$800, conforme o serviço. Fora da área os índios estavam recebendo entre Cr\$1.200 a Cr\$1.500. Em 1973 os posseiros estavam pagando Cr\$5,00 por dia com bóia, e fora da área e em outras regiões do Paraná a jornada era de Cr\$10,00, portanto o dobro pago pelos "coronéis".

Com o dinheiro que obtinha da venda dos lotes e que repartia com o funcionário, o Capitão A.P. das Pedrinhas aumentou o tamanho de suas roças e passou a pagar "peões"; o excedente colocava no mercado e sempre ia obtendo crédito, apoiado pelo referido funcionário e fazendo suas negociatas de terras; como dispunha de dinheiro, muitas vezes comprava de um índio necessitado toda sua produção, para revender em seguida com melhor preço. Dizia: "índio para índio vende mais barato e também trabalha mais barato..." 25/ Nessas situações es camoteava sua identidade e se fazia passar por índio. Outras vezes assumia o papel de "civilizado", quando tratava com os interessados em adquirir lotes nas terras dos índios. Nessas o

portunidades fazia-se passar por "baiano" e dizia ter ordens do chefe para tratar dos negócios do administrador da reserva.

Além da situação de subordinação e dependência dos interesses dos regionais, os Kaingáng aldeados nessas duas glebas ainda têm de trabalhar na "Roça do Posto". Em 1973, fomos informados terem sido recrutados pelo Chefe do P.I., por intermédio do Capitão, e realizaram a roça coletiva sem gratificação e a seco. A produção, depois de vendida, seria aplicada no Fundo que a FUNAI mantém, para aplicar em Postos mais necessitados, por todo o Brasil.

Essa roça não foi feita para as eventuais necessidades das famílias Kaingáng, como descrevemos com referência ao P.I. "José Maria de Paula", em Guarapuava, em administração anterior.

Como se depreende pela análise dos fatos descritos, os índios Kaingáng, em São Jerônimo da Serra, como em outros Postos do Paraná, estão inseridos num sistema de espoliação e exploração que os envolve e aliena. Em algumas áreas os atritos assumem proporções de conflitos armados, e em outras a fricção se evidencia no antagonismo de interesses, de valores,

de tradições culturais, de cor da pele (biológico) e principalmente na situação de classe, dentro do sistema interétnico, no qual estão integrados (histórica e estruturalmente, como reserva de mão-de-obra) e onde se passam as relações interétnicas.

1.9 Posto Indígena Apucarana

O Posto Indígena de Apucarana se encontra localizado no Município de Londrina, no distrito de Tamarana, no 3º Planalto, numa altitude de 580 m. Ocupa uma área de 6.300 ha, com relevo moderadamente ondulado.

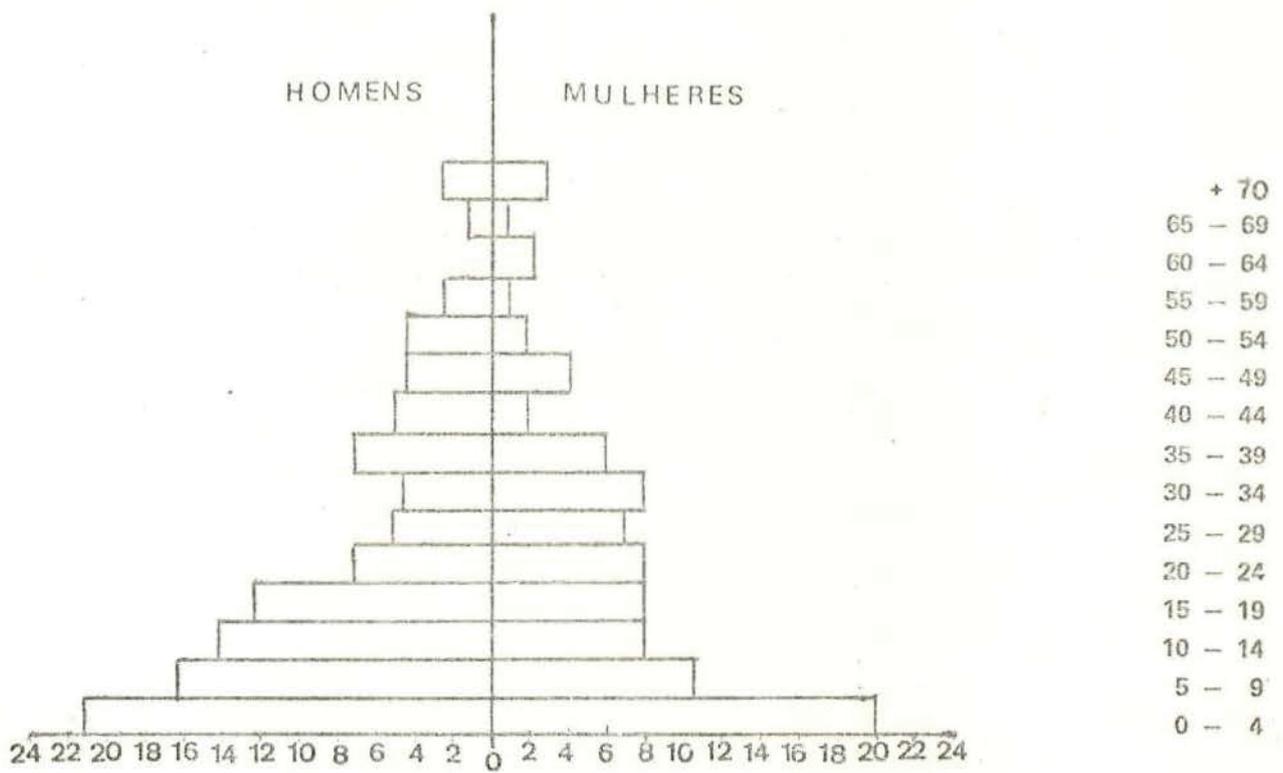
A população Kaingáng aldeada é de aproximadamente 200 índios, sendo 109 do sexo masculino e 92 do feminino. Está ligado à Capital do Estado pela Rodovia do Café e dista cerca de 380 km.

Neste século, a frente de expansão agrícola levou o cultivo do café até aos últimos redutos dos índios Kaingáng, na bacia do Tibagi.

O P.I. está próximo ao rio Apucarantina.

Pirâmide de distribuição de sexo e idade da População Kaingáng

P. I. APUCARANA.



A reserva foi instalada recentemente e os índios estão engajados como mão-de-obra na economia agrária.

É uma zona de crescimento acelerado e os índios, devido à proximidade com Londrina — centro comercial e agrícola da região —, têm oportunidades de arranjar trabalho fora da reserva, onde se paga melhor do que em qualquer outra região.

Também cultivam roças de subsistência, onde é possível fazer "até duas plantas por ano", pois a área é de clima quente.

Em se comparando com os índios Kaingáng aldeados em outras reservas, são os que têm melhores condições de vida e estão inseridos em terras de grande fertilidade.

São índios conscientes de sua situação e têm a preocupação de colocar no mercado um excedente de produção maior. Sempre que dispõem de recursos, pagam camaradas "índios" para aumentarem o tamanho e o rendimento de suas roças. Cada família indígena produz uma roça que serve para o consumo do grupo doméstico e uma sobra para comercializarem. Estão sempre produzindo mais para poderem obter objetos de consumo em cidades próximas, os quais aprende-

ram a consumir com os brancos. Adquirir determinados objetos como rádio de pilha, máquina de costura, guarda-chuva dão status e servem para demonstrar que "o indivíduo está bem de vida..." Assim, para eles os objetos que confeccionavam tradicionalmente deixaram de ter valor de uso e passaram a ter valor de troca, como, por exemplo, os artefatos que comercializam em Tamarana, Apucarana e Londrina são confeccionados para serem vendidos e não para serem usados tão intensamente nas colheiras, como pás, peneiras, balaios, que eram feitos para o uso doméstico e que hoje estão essencialmente voltados para o mercado e de acordo com o gosto dos regionais. Inclusive alguns cestinhos servem mais de enfeite do que para serem utilizados para guardar objetos. Utilizam-se do ônibus como meio de condução para chegarem a Londrina, não fazendo mais enormes caminhadas a pé ou no lombo de animais.

Os exploradores agrícolas da região contratam os serviços dos índios através do Capitão e mandam apanhar pela manhã cedo de manhã, devolvendo-os à tarde.

Muitas vezes esses índios trabalham também em empreitadas durante uma semana ou até

um mês em sítios ou fazendas da área.

A região se caracteriza pelas plantações de cereais, café, algodão, soja e criação de a nimais.

Os índios que saem para trabalhar fora, ao retornarem, organizam suas roças, pois geralmente trabalham antes (na época certa) para os regionais "mais necessitados" e que não podem esperar, como os índios que têm de primeiro conseguir dinheiro para comprar sementes e pagar "camaradas", para depois tocarem suas plantações na reserva.

Os índios de Tamarana estão sempre dizendo que desejam "enriquecer como os fazendeiros". Muitas vezes se intitulam "civilizados" porque conhecem bem o português (a língua do branco), freqüentam a escola e se vestem como os regionais; porém dentro da área não escamoteiam sua identidade étnica, pois têm consciência de ser esta que lhes garante o uso da terra, da qual dependem para sobreviver.

Os Kaingáng nessa região são mais estereotipados pelos indivíduos que ocupam as camadas mais baixas da sociedade regional. São chamados de "preguiçosos", "sujos" e "ladrões". Os brancos vêem no índio um concorrente na obten-

ção de trabalho, como diarista.

Assim, ocorre a disputa entre o índio e o pequeno agricultor na luta pela sobrevivência. A fricção se dá em nível étnico, uma vez que ambos — o índio e o agricultor sem terra — ocupam as camadas inferiores da sociedade de classes e dependem essencialmente dos exploradores agrícolas para complementarem a balança doméstica e poderem consumir os produtos comercializados. O agricultor sem terra está numa dependência maior do que o índio. Ele, na sociedade de classes, não é um empregado assalariado e sim um volante, que depende dessa sociedade para sobreviver, na qualidade de exército de reserva da estrutura agrária em desenvolvimento.

Essa situação de dependência do mercado regional de trabalho, que varia sazonalmente, em termos de oferta e de procura, leva esses agricultores pobres a enfrentarem períodos de extrema miséria quando não encontram trabalho e, como não dispõem de terras como os índios e nem de habitações, ficam a perambular e são levados muitas vezes à delinqüência que a situação de migrante rural lhes impõem.^{27/}

Portanto, o índio e o agricultor pobre en

tram em competição nas relações de trabalho e dependem ambos de seu oponente - o explorador agrícola - que detém o controle da produção e faz a oferta do preço a ser pago pela jornada de trabalho.

Uma vez que têm consciência da situação em que se encontram - o índio e o agricultor pobre - e ^{não} têm o capital para investir no trabalho e na produção, cabe ao agricultor "capitalista" a decisão de todo o processo de produção que envolve a população rural.

1.10 Posto Indígena de Laranjinha

O Posto Indígena de Laranjinha se encontra localizado no Município de Santa Amélia, no 3º Planalto, numa altitude de 498 m, e ocupa uma área de 169,88 ha, com relevo bastante acidentado.

O antigo nome do P.I. era "Cel. José de Carvalho".

É uma área onde estão concentrados aproximadamente 40 índios Guarani e poucas famílias de Kaingáng, menos de quatro.

Alguns índios Kaingáng estão unidos aos Guarani em casamentos intertribais, sendo que há inúmeros mestiços resultantes de casamentos interétnicos de Kaingáng X "civilizados" e de Guarani X "civilizados", e os já citados de Kaingáng X Guarani.

Os grupos indígenas aldeados na área de Laranjinha cultivam roças de subsistência e praticam o "Labour Migration".

Há um intenso processo de miscigenação. Os índios solteiros entrevistados informaram "que estão querendo casar com 'civilizada' para misturar".

O Capitão dos Índios é um Guarani que tem o controle da população aldeada, uma vez que ele e os demais indígenas dizem "não receber ordens de mulher", pois nesse P.I. o chefe é uma moça solteira que fez o Curso da FUNAI em Brasília e que reside na cidade e exerce formalmente as funções de Chefe do P.I. Laranjinha.

Os índios trabalham fora da área e também para o Capitão e uns poucos pagam camaradas, quando dispõem de recursos, para dar a "bóia" e pagar a diária do trabalhador.

Trabalham principalmente para sítiantes japoneses da região.

Um dos índios entrevistados era "cabo eleitoral" do candidato "japonês" e portava uma carteira de cabo eleitoral, impressa e com a fotografia do índio.

Também esse índio obteve financiamento no Banco do Brasil, com o aval do político nipônico, que apóia suas atividades na lavoura que realiza dentro da reserva, com o financiamento que o sitiante lhe dá anualmente. Contou-nos esse índio ter conta bancária, assim como outros três índios alfabetizados em idêntica situação.

Informaram-nos esses índios que se opuseram a realizar a "Roça do Posto" que o Chefe tentou organizar. "Preferem trabalhar sozinhos, fazendo puxirão dentro da reserva ou então para os colonos do município".

A **situação** desses grupos indígenas é homogênea no que se refere à organização do trabalho baseada em roças de subsistência e complementada por atividades desempenhadas fora da reserva, como mão-de-obra em sítios da região.

No Município de Tomazina, na área indígena de Pinhalzinho, no 3º Planalto, em 688,97ha

estão apenas três índios Kaingáng aldeados e a reserva está ocupada por "intrusos" e principalmente por famílias de arrendatários.

Os Kaingáng também estão unidos a "civilizados", segundo nos informou o Chefe de Laranjinha, em 1973, quando não pudemos nos dirigir até à área de Pinhalzinho devido ao mau tempo e à precariedade das estradas.

2. Índios e brancos em reservas

Vimos que os índios Kaingáng, no Paraná, se acham distribuídos em uma dezena de Postos Indígenas situados em áreas de estrutura social e econômica do tipo tradicional e em outras onde a estrutura agrária está em franco desenvolvimento e que foram conquistadas mais recentemente e atingidas por frentes de expansão que, neste século, modificaram a paisagem e geraram uma colonização que se consolidou e se mantém em crescimento acelerado.

Os Kaingáng não estão lado a lado do regional, mas foram envolvidos pela estrutura só



Índios Kaingáng e Regionais na Festa do Dia do Índio.
(19 de abril). Foto de C. Helm.

cio-econômica e dela participam, constituindo-se em reserva de mão-de-obra.

Desde o período colonial até os dias de hoje, os Kaingáng têm sido usados pelos brancos, seja para atrair grupos hostis, seja para servir de anteparo aos colonizadores, resguardando-os de outros grupos que se opuseram ao contato.

Quando não serviam mais para defender os fazendeiros, estes passaram a cobiçar as terras que estavam reservadas aos índios e entraram em atritos e invadiram os territórios tribais, sempre apoiados pelo Governo, que incrementava a colonização do Estado.

Assim, tiveram de enfrentar toda a sorte de discriminação e de espoliação e foram sendo encurralados em estreitas faixas do sertão, ou aldeados em Postos Indígenas, onde continuaram a prestar serviços à sociedade nacional.

Se, no início deste século, passaram a ser assistidos e tutelados pela União, por outro lado, em cada reserva indígena foi se desenvolvendo um sistema de empresa, principalmente a partir de 1930 28/, que engajava o índio em tarefas agrícolas exploradas pelos Encarregados de Postos, que assumiram o papel de autênticos

empresários, enquanto os índios desempenhavam o trabalho braçal gratuito, ou a troca de uma porcentagem pequena na produção do Posto.

Sob o pretexto de que o Serviço de Proteção só poderia dar assistência aos índios se eles produzissem para angariar fundos, para serem aplicados em beneficiamentos nos Postos e manutenção de escolas, enfermarias e funcionários, os Capitães dos Índios eram incumbidos pelos Encarregados de Postos a requisitarem os índios, homens e mulheres ativos, para participarem da Roça Coletiva que sempre se realiza na estação certa e antes que os indígenas tivessem tempo e condições de preparar suas próprias lavouras de subsistência, onde toda a família elementar participa e é auxiliada pelos parentes, durante a "reunida".

Em alguns Postos que percorremos, os índios eram também aliciados a realizar a roça para a família do funcionário que chefiava o P.I.

Assim, ocupavam-se em tarefas que lhes tomavam grande parte do tempo e eram desempenhadas gratuitamente ou a troca de sementes, que o próprio Governo enviava aos Postos e que os Encarregados usavam para "gratificar" os ín-

dios pelos serviços prestados.

Num dos primeiros levantamentos que empreendemos na área Sudoeste do Paraná, em 1965, tivemos ocasião de anotar em diário as queixas dos indígenas sobre a exploração que ocorria e da qual os indígenas tinham consciência. "Estavam proibidos de iniciar suas roças enquanto não realizassem a do Posto e a dos funcionários do P.I." (o Encarregado, sua mulher — a professora dos índios, seu irmão — o enfermeiro).

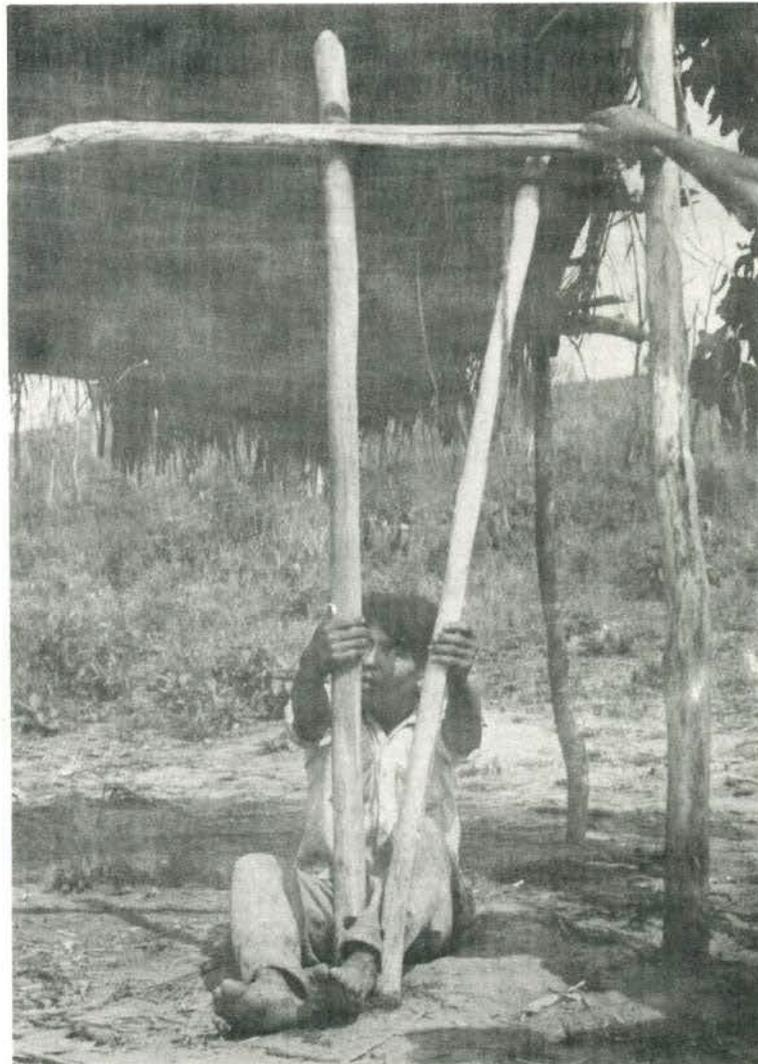
À Polícia Indígena cabia a tarefa de controlar as atividades dos índios, sendo o Capitão manipulado pelos funcionários federais, que lhe davam prestígio e uma situação favorável, pois para o Capitão os Kaingáng também prestavam serviços durante um dia na semana, em sua roça.

Os Kaingáng que contrariavam as ordens da Chefia eram punidos severamente e, dependendo de como se conduziam, recebiam castigos que variavam desde a prestação de tarefas agrícolas além das que deviam realizar, até o uso do "tronco", castigo corporal que o Capitão e a Polícia Indígena impunham aos índios. Todas as penalidades eram aplicadas com a aquiescên-

cia e a cumplicidade do Encarregado do Posto (ver a foto que ilustra este trabalho, em que um Kaingáng está demonstrando à autora como era montado o tronco).

Aos missionários que realizavam estudos nesse P.I. perguntamos sua opinião a respeito do uso desse castigo corporal, aplicado aos Kaingáng e que estava sendo reavivado nessa reserva, muitos anos depois de abolida a escravatura na América. A resposta foi lacônica: "Se o Encarregado não consegue levar os índios por bem, então está sabendo o que faz. Depois que instituiu o uso do tronco, uma parte dos índios deixou de beber e produz mais para o Posto e não anda de vadiagem por aí..." 29/

O Juiz de Paz, o Prefeito do Município, bem como o Padre da Paróquia, provocados por nós a fim de nos inteirarmos até que ponto tinham conhecimento da condição de "servos da gleba", desses índios aldeados, todos foram unânimes ao se expressar: "O Encarregado colocou ordem em tudo aqui na reserva. Está há vários anos nesse P.I. e os índios não incomodam mais os fazendeiros com seus roubos e também a nós (regionais) com suas bebedeiras só trabalham agora e alguns até possuem porta-



Índio Kaingáng mostrando à autora como é usado o Tronco.
(Foto de Edison Helm.)

ria para deixar a área e realizar empreitadas e jornadas em nossas roças..."

Ao participarmos de uma quermesse realizada num domingo na sede da igreja local, à qual compareceram várias pessoas importantes do município, permanecemos junto à família do Encarregado e pudemos observar o prestígio de que gozava entre os políticos e o clero.

Provocado por nós, informou também o Encarregado que presenteava constantemente as autoridades do Município e oferecia fartos churrascos (às custas da criação do P.I.) na sede do P.I., em épocas de eleições, quando funcionava como cabo eleitoral de eventuais candidatos a deputado estadual e vereador.

Para o filho mais velho, o Encarregado abriu uma bodega na cidade mais próxima, onde os índios se forneciam. Estavam sempre "devendo" para o negociante que recebia em troca, muitas vezes, uma parte da reduzida produção de milho e feijão da roça dos índios, em pagamento do que consumiam em períodos de entressafra e também dos objetos que aprenderam a usar com os brancos, como sapatos, lenços coloridos, carteiros de notas, etc.

Os índios diziam que na referida bodega

"era tudo mais caro", mas como o filho do "patrão" vendia a crédito e "eles tinham precisão, não havia outro jeito..."

Assim, nessa reserva, como em todas as outras que funcionavam como empresas em moldes coloniais, os índios eram controlados e manipulados pelos Chefes do P.I. que ainda tinham o apoio das autoridades locais que viam o índio como um instrumento de trabalho, que deve servir ao seu "patrão civilizado" e a ele prestar obediência, como nos regimes patriarcais do Brasil tradicional, onde os escravos, depois os mestiços, e hoje os lavradores pobres, prestam serviços a baixo custo aos fazendeiros, que controlam a produção e manipulam as autoridades, uma vez que colaboram com elas na política regional e estadual.

Participam da estrutura de poder e fazem uso da força, se necessário, dentro das reservas, onde através do trabalho não remunerado dos índios conseguem juntar capital, que aplicam na exploração agrícola, cujo lucro parcialmente investem em campanhas políticas que dão prestígio e crédito junto às autoridades, que passam a acobertar as irregularidades cometidas pelos Encarregados, comprometendo-se ambos

com o regime de espoliação que ocorre nessas colônias internas criadas e mantidas para "dar proteção e assistência aos índios".

A estrutura de classes se configura, nessas regiões, no antagonismo índio/branco; trabalhador braçal/explorador agrícola; os sem autoridade/as autoridades, sendo que podemos incluir os índios Kaingáng nas categorias não favorecidas pela estrutura agrária à qual estão integrados, como mão-de-obra a ser manipulada pelos opositores.

Por outro lado, nessa reserva como em todas as outras onde estão aldeados índios classificados como "integrados", os Kaingáng saem para trabalhar fora da área seja 1) para conseguirem dinheiro para sementes, ferramentas e os objetos que passaram a consumir depois do contato; 2) para obterem dinheiro para comprar mantimentos que oferecerão aos colaboradores durante a ajuda mútua; 3) para obterem dinheiro nos meses em que a produção doméstica já foi consumida e a família está em situação de penúria; ou ainda 4) para atenderem a população regional que vê os índios como uma reserva natural de mão-de-obra em condições de realizar todos os trabalhos rudimentares.

Portanto, os índios Kaingáng não permanecem na reserva em situação de estufa, mas interação com os regionais, na satisfação dos interesses dos sub-sistemas, principalmente da sociedade mais impositiva.

Como a organização do trabalho está baseada na agricultura de subsistência, esses índios vêm produzindo para a satisfação das necessidades urgentes do grupo doméstico. Por outro lado, dada a especificidade da situação de contato já descrita, são levados muitas vezes a vender uma parte da produção para os negociantes de cada área. Poucas famílias indígenas chegam a atingir altos índices de produção de bens agrícolas, passíveis de comercialização.^{30/} Assim, rotular os Kaingáng de "camponeses",^{31/} quando sua produção está parcialmente voltada para o mercado e portanto para o comércio, parece-nos um pouco apressado, embora uma porcentagem de índios Kaingáng aldeados no interior do Paraná coloque no mercado um pequeno excedente de produção, que vêm conseguindo porque pagam "camaradas" para trabalhar de diaristas em suas roças. Não restringem a produção ao consumo do grupo doméstico, e sim extravasam os limites do parentesco con

tratando os "peões índios" para prestarem serviços em suas lavouras.

Porém a maioria (aproximadamente 65%) está em situação de dependência e não chega a ter recursos para investir na produção para o mercado.

Cultivam roças que variam de tamanho, entre 1 a 5 alqueires, e plantam cereais, principalmente milho e feijão e também abóbora, amendoim, melancia, laranjas e algumas raízes.

Por outro lado, constituem-se, como já se colocou diversas vezes neste trabalho, em reserva de mão-de-obra que é aproveitada circunstancialmente pelos exploradores agrícolas.

Assim, se de um lado o ex-S.P.I. e a FUNAI utilizam os serviços dos índios em roças coletivas dentro das reservas, é no contexto regional para sitiante e arrendatários (em cada região habitada por Kaingáng) que esses índios obtêm os recursos necessários para continuar a sobreviver e a participar da trama de relações interétnicas que envolve essas duas populações "dialeticamente unificadas, através de interesses diametralmente opostos, ainda que intermitentes por paradoxal que pareça".

3. Índios e brancos fora das áreas indígenas

Para a consolidação de uma estrutura agrária no Paraná, integrada no sistema nacional, concorreram diversos fatores ^{32/}, como já tivemos oportunidade de mostrar.

Grupos sociais e étnicos ^{33/} impulsionados por interesses específicos e por contingências histórico-estruturais estabeleceram-se no interior do Paraná, concorrendo para a colonização do Estado. ^{34/}

Analisados em conjunto levam a apreender a constituição do sistema interétnico, em que a sociedade tribal e a nacional (através do segmento regional em contato com os índios Kaingáng) são as variáveis deste estudo. O foco da análise são as contradições do sistema, tomado como totalidade sincrética, em que se objetiva captar o sistema mais inclusivo, através do estudo das relações interétnicas focalizadas enquanto relações de fricção. ^{35/}

Por outro lado, é importante não perder de vista que a sociedade nacional, mais impositiva, está estruturada em classes sociais que surgiram de determinadas condições estruturais dessa sociedade e se constituem em elementos

estruturais também dessa sociedade.

As classes sociais não são imutáveis, pois elas se formam, se desenvolvem, se modificam à medida em que a sociedade vai se transformando. Elas representam as contradições principais da sociedade.^{36/}

É o modo de produção de cada sociedade que configura sua estrutura socio-econômica, que a distingue de outra e impõe aos grupos humanos relações específicas e que são, ao mesmo tempo, complementares e antagônicas. A base do antagonismo está na posição diferencial das classes com relação aos meios de produção. Há os que controlam os meios de produção e os que servem para realizar as atividades em que se apóia a produção.

À medida em que os índios Kaingáng foram se integrando à sociedade regional, como mão-de-obra em roças de subsistência nos aldeamentos, e a seguir nos Postos Indígenas, através das relações de contato, inicialmente intermitentes, e depois permanentes, foram assumindo um comportamento voltado para as expectativas do branco e da sociedade de classes envolvente.

As modificações que o grupo introduziu na organização do trabalho tradicional são conse-

quência desse contato e do modo de produção que fundamenta a economia regional, da qual o índio passou a depender pelo menos parcialmente até a incorporação gradativa e a acomodação nesse sistema.

Se os Kaingáng sobreviviam da coleta, caça, pesca e do cultivo de milho, depois, compelidos a viver dentro de Postos Indígenas tiveram de reorganizar as atividades econômicas e passaram a depender das roças de subsistência, para garantirem o sustento do grupo doméstico. Quando as relações de contato se intensificaram, passaram a fazer uso de objetos produzidos pelos brancos. A partir desse momento histórico, cada família Kaingáng procurou aumentar o cultivo do solo, que se restringia às necessidades do grupo de parentesco e começou a produzir um excedente para o mercado.

A confecção de artesanatos passou a ter um valor de troca e uma parcela da produção permutada por objetos que o grupo consome.

Por outro lado, como se descreveu anteriormente, devido à situação de empresa, que passou a caracterizar a organização dos Postos Indígenas do Sul do país, os Kaingáng não encontraram, em termos de grupo, condições de de

envolver a agricultura comercial, voltada para fora, e onde pudessem fazer as transações diretamente. O trabalho coletivo que realizam nas reservas é em detrimento da produção individual (da unidade familiar) e esse trabalho serve para manter a instituição que lhes garante o uso da terra e a moradia.

Uma vez que se constituem em reserva de mão-de-obra a baixo custo, 37/ são requisitados a trabalhar para os regionais em atividades rudimentares, que absorvem o restante do tempo que poderiam aplicar nas lavouras, as quais garantiriam a sobrevivência do grupo e a obtenção de um excedente comercializável que lhes daria em troca o dinheiro para adquirirem os objetos que consomem e os instrumentos agrícolas que incrementariam suas roças e assegurariam uma produção maior.

A exemplo dos Terena e de outros grupos indígenas integrados, os Kaingáng encontram no trabalho fora da reserva a tarefa gratificada, que lhes permite complementar a balança doméstica e atenua as necessidades que o grupo enfrenta em longos meses de penúria, quando já consumiram a pequena produção doméstica. 38/

Uma percentagem pouco expressiva de indivíduos

consegue produzir roças maiores e são geralmente os situados na faixa etária dos 45 a 60 anos. Não saem para trabalhar fora. Criticam o comportamento dos mais moços, visto que os jovens todos praticam o "Labour Migration".

Por outro lado, como vimos, os índios que saem para as jornadas de trabalho, contratadas pelos exploradores agrícolas (os donos da produção), concorrem com os agricultores "pobres", que tentam afastá-los das atividades desempenhadas junto aos "civilizados". Através de uma série de preconceitos, procuram criar uma imagem deformada do índio, que se constitui no maior concorrente dessa categoria de desempregados, ou sub-empregados, que ocupam uma posição instável na estrutura agrária regional, a qual não absorve toda a população rural e que gerou um tipo de agricultor rotulado de "migrante rural", sempre na dependência de ser incorporado ao sistema econômico nacional.

A competição entre índios e migrantes rurais, em termos de conseguirem jornadas de trabalho em sítios do interior do Paraná, aumentou consideravelmente nos últimos anos, após ter sido colocada em prática a Legislação Agrária, depois de 1963. 39/

Uma massa considerável de agricultores sem terra que estava vinculada às fazendas e sítios como agregados, peões, parceiros, foi despedida nos últimos anos em consequência do Estatuto do Trabalhador Rural que, "no dizer dos empregadores agrícolas", protege e favorece os empregados e obriga o patrão a assumir uma série de compromissos com referência ao as salariado e a sua família. Assim, devido ao apego aos modos tradicionais de trabalho no campo, os exploradores agrícolas não passaram a adotar a nova política agrária e preferem contratar os "diaristas", os "disponíveis" com os quais só assumem o compromisso de gratificar a jornada de trabalho ou a empreitada contratada a curto prazo.

Portanto, no meio rural paranaense, as disputas pelo trabalho pago assumem características peculiares, nas relações interétnicas, onde se trava a competição horizontal, gerada pela situação histórica e estrutural.

Para serem incorporados nessa estrutura a grária, da qual participam esporadicamente e da qual são excluídos circunstancialmente, os índios Kaingáng, fora dos Postos Indígenas, procuram escamotear sua identidade étnica, a pon-



Família Kaingáng fixada num sítio , (fora da reserva) próximo à Faxinal — Pr. (foto de C. Helm.)

to de se dizerem "civilizados", pois ao se assumirem como "civilizados" estão tentando adquirir o comportamento padronizado do branco, para com mais facilidade serem utilizados em tarefas agrícolas rudimentares.

Outrotanto, para se empregarem em cidades e em fazendas, também se fazem passar por "caboclos", uma vez que a imagem do índio, no interior, está sempre impregnada de estereótipos, que dificultam a inserção no mundo dos brancos.

Tivemos a oportunidade de fazer um levantamento em várias localidades onde haviam nos informado residirem índios Kaingáng prestando serviços a safristas e em outros estabelecimentos agrícolas congêneres.

Um dos recenseamentos revelou uma quantidade de vinte índios trabalhando como agregados em um sítio próximo a Faxinal. A produção era essencialmente de cereais e o agricultor dava ao índio uma participação nas colheitas.

Em outros sítios em que encontramos índios Kaingáng radicados como agregados, também fomos informados de que tinham uma participação na produção, "o que não ocorria dentro dos Postos Indígenas", segundo disseram os índios,

onde produziam para o Posto e não recebiam per
centagem na produção.

Junto ao rio do Peixe estavam acampadas várias famílias indígenas que haviam se desentendido com Encarregados de Postos e que trabalhavam junto a safristas e se diziam "civilizados" e não pretendiam voltar a trabalhar nos Postos, "onde os índios não têm liberdade de trabalhá, aqui o patrão dá a parte do índio... nós não volta mais prá lá enriquecê Encarregado de Posto. Tamo cansado de sê explorado..."

Observamos que esses índios se comunicavam entre si em Kaingáng e aproveitamos para anotar os nomes dos grupos *clânicos* de cada metade Kaingáng e também os nomes que cada um recebé durante o cerimonial de nomeação; e, com muita relutância, nos deram as informações solicitadas. Provocamos esses índios perguntando: "Como eram 'civilizados' se tinham nome de índio e falavam a língua do índio?" E responderam: "Somo índio puro mesmo, mas índio só serve pra sê explorado, então nós agora tamo sendo 'civilizado', pra vivê melhó..."

40/

Contaram que fugiram para aquela área onde encontraram "patrão bom e onde são tratados

como gente..."

Assim, deu para perceber a ambigüidade do discurso do índio que se encontrava fora da aldeia, ora dizendo-se "civilizado", ora identificando-se como "índio puro", contrariando a atitude que havia assumido no início da entrevista.

Em se comparando a situação dos índios nos Postos com a dos fixados em sítios, podemos dizer que ambos estão na dependência do empregador agrícola, sem condições de saírem do círculo vicioso que os aliena e reduz "à condição de menos favorecidos pela estrutura agrária.

O índio na aldeia não chega a produzir o necessário para a sobrevivência. Através do P.I. que serve de mediador entre o índio e a população regional, obtém permissão para trabalhar fora da reserva. Os Postos Indígenas "não dispõem de meios" para financiar uma produção significativa para o índio, que se vê na contingência da oferta do explorador agrícola.

Ao deixar o P.I. para se fixar em sítios, perde o direito ao uso da terra, que garante a produção da roça de subsistência, e passa a perambular à procura de emprego e moradia.

Fora da reserva não tem condições de fazer poupança, para adquirir um lote e praticar a agricultura comercial e ainda pagar camara - das para incrementar a produção.

Assim, em ambas as situações está na dependência do sistema que o envolve e cuja trama de relações históricas e estruturalmente demonstráveis opera em oposição aos interesses do índio e está voltada para manter a estrutura agrária configurada em moldes coloniais e manifestada na sociedade capitalista de hoje em termos de relações de dominação/subordinação, em que o índio Kaingáng, como minoria étnica, como agricultor pobre e como reserva de mão-de-obra, não é levado a participar dos centros de decisão 41/ e sim serve para manter o sistema que o transfigura e ao qual está integrado na camada mais baixa da sociedade nacional, em desenvolvimento.

Notas do Capítulo II

1. Ver Telêmaco Borba, op.cit., 1882, p.1.
2. Ver Eduardo Galvão, "Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959". Comunicação apresentada à IV Reunião Brasileira de Antropologia, Curitiba, publicada in BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, Belém, Pará, Antropologia nº 8, janeiro 1960.
3. Cf. Eduardo Galvão, op. cit. p.37.
4. Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior.
5. Ver Aryon Dall'Igna Rodrigues. "Língua". IN GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA-LAROUSSE. Rio, 1971, Editora Delta S/A, p.4.035.
6. Ver Aryon Dall'Igna Rodrigues. "Índios do Brasil e do Paraná". s/d, mimeo, p.10.
7. Cf. Úrsula Wieseemann. "Introdução na Língua Kaingáng". Rio, mimeo, S.I.L1, p.1.
8. Consultar "Inventário Florestal dos Postos Indígenas dos Estados do Paraná-Santa Catarina e Rio Grande do Sul". Curitiba, Convênio FUNAI-SUDESUL-UFP, Setor de Ciências Agrárias, Centro de Pesquisas Florestais, mimeo, p.6.
9. Os Kaingáng que ocupavam os Campos de Guaruava foram "pacificados" em 1810, de acordo com Chagas Lima, e os de Palmas, em 1840, segundo descrição de J.J. Pinto Bandeira, op. cit., 1851, p.389.
10. Em O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DOS TERENA, 1960, Roberto Cardoso de Oliveira refere-se à Migração para o trabalho realizado entre os Terena do Sul do Mato-Grosso, p.98. Em I. Schapera, 1947, MIGRANT LABOUR AND TRIBAL LIFE: A STUDY OF CONDITIONS IN THE CHAUNALAND PROTECTORATE, Oxford University Press, há considerações teóricas e descritivas sobre a migração para o trabalho realizada por aquelas populações.
11. Entrevista realizada em 1967 com o índio Pedro.

12. Entrevista realizada em 1967, com o índio Joaquim.
13. Consultar Enciclopédia dos Municípios do Paraná, p.399.
14. Os colonos utilizam a mão-de-obra indígena para fazer a derrubada, para prepararem suas roças. Esta tarefa reservam para os índios que, segundo eles, "são ótimos no corte do mato".
15. Neste trabalho não vamos explorar o material que levantamos sobre a Organização Social dos Kaingãng, baseado em fontes primárias e em dados obtidos no campo, devido ao espaço de tempo de que dispomos para redigir e entregar a tese no prazo. Pretendemos publicar o material em outro lugar, para complementarmos a monografia. Neste 2º Capítulo, algumas vezes, para elucidar a análise, tratamos de alguns aspectos da organização social tradicional.
16. Ver a seguir a situação dos indígenas aldeados em Tamarana, no Norte do Paraná.
17. Entrevista com o Encarregado do P.I. "Manoel Ribas", R.S.B. em 1965, quando realizamos o primeiro survey nessa área.
18. Ver Enciclopédia dos Municípios do Paraná, p. 343.
19. Consultar R. C. de Oliveira, 1964, O ÍNDIO E O MUNDO DOS BRANCOS: A Situação dos Tuku na do Alto Solimões, Difusão Européia do Livro, com referência ao endividamento do índio Tukuna de regime de barracão.
20. Ver Enciclopédia dos Municípios, op.cit.p. 470.
21. Consultar a carta do Missionário Frei Luiz ao Vice-Presidente da Província, já citada no capítulo anterior.
22. Entrevista com o "posseiro" J.C. em 1966 em São Jerônimo da Serra.
23. Entrevista com outro indivíduo que reside

- na área dos índios (J.B.); tem 400 alqueires plantados e uma serraria que explora as madeiras da reserva.
24. Ao jornalista e repórter LF Mercadanti, da revista "Veja", a quem acompanhamos em 1969 até essa reserva para uma reportagem sobre os índios Kaingáng, que estavam tendo problemas de terras com os "posseiros", disse um dos índios entrevistados: "Agora que o homem já vai à lua, talvez encontre terras por lá, para dar aos índios, porque por aqui já não tem mais..." Consultar a revista "Veja", Ed. Abril, nº 48, agosto '1969: "A Revolta dos Índios", pp.42-52.
 25. Ver os livros de Mário Palmério — O CHAPADÃO DO BUGRE e A VILA DOS CONFINS —, onde descreve o comportamento do "Coronel" no interior do Brasil.
 26. Entrevista com o mestiço A. Pedro e Capitão dos Índios, em Pedrinhas, no Município de São Jerônimo da Serra, em 1966.
 27. A título de ilustração e para efeito de comparação, nos referimos neste trabalho ao migrante rural. Não nos cabe aqui discutir todas as implicações dessa categoria de agricultor que ocorre no interior do Brasil.
 28. Ler o Documento-Síntese publicado, ref. à XXIV Reunião Anual da SBPC, IN CIÊNCIA E CULTURA, 24 (11), pp.1015-1023. Relatora Dra. Carmem Junqueira.
 29. Entrevista realizada com missionários protestantes, na sede da missão, na região Sudoeste.
 30. Consultar o ensaio de Rodolfo Stavenhagen, "Clases, Colonialismo y Aculturación". IN AMÉRICA LATINA, Rio, 1963, pp.63-104, especialmente p.64, em que compara Índios e Ladinos e trata das relações de produção e mostra que as mais significativas são as do tipo comercial.
 31. Ver R.C. de Oliveira "Por uma Sociologia do Campesinado Indígena no Brasil". IN SO-

CIOLOGIA DO BRASIL INDÍGENA. T.B., 1972, pp.141-9, especialmente a p.145, em que o autor, ao se referir aos Kaingãng e a outros grupos indígenas do Brasil, diz: "Oferecem evidências tais que nos permitem classificá-los como comunidades camponesas..." Acreditamos que um número mais significativo de casas de camponesado indígena precisa ser analisado no Brasil, para efeito de comparação e de refinamento teórico.

32. Na caracterização das frentes de expansão foram apontados esses fatos.
33. Ver o trabalho de Altiva Pilatti Balhana, 1955
34. Consultar o excelente estudo realizado por Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, "Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno", 1968, IN BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Conselho de Pesquisas, Departamento de História, nº 7, em que esses historiadores tratam da colonização do Paraná moderno.
35. Ver R. Cardoso de Oliveira, op.cit., 1962, 3, 1968, cuja teoria da Fricção Interétnica foi exposta na introdução deste trabalho.
36. Consultar Rodolfo Stavenhagen, LAS CLASES SOCIALES EN LAS SOCIEDADES AGRARIAS. Siglo Veinteuno Editores S/A, 3ª ed. 1971.
37. Ver Stavenhagen, op. cit. 1971, p.211.
38. Consultar: R.C. de Oliveira, URBANISMO E TRIBALISMO: A Integração dos Índios Terena numa Sociedade de Classes, Zahar Ed.; Edgard de Assis Carvalho, TERENA: AS ALTERNATIVAS DOS VENCIDOS, Rio Claro, 1973, mimeo; e Júlio Cezar Melatti, ÍNDIOS E CRIADORES: A Situação dos Krahó na Área Pastoral do Tocantins, 1967.
39. Ver o livro LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, de Adriano Campanhole, São Paulo, Editora Atlas S/A, s/Lei 4.214 de 2 de março de 1963 que dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural" e Lei nº 5.889 de 8 de junho de 1973,

Legislação Federal, p. 685, que "estatui normas reguladoras do Trabalho Rural e dá outras providências", regulamentada pelo Decreto nº 73.626, de 12/2/1974.

40. Entrevista realizada com um grupo de índios Kaingáng dispersos em sítios no centro do Paraná.
41. Em 1972, quando participamos do VII Congresso Indigenista Interamericano realizado em Brasília de 7 a 12 de agosto, tivemos a ocasião de observar que nenhum índio do Brasil estava participando do Congresso e portanto se informando ou tomando conhecimento das discussões e normas adotadas pela Política Indigenista, enquanto que outras nações da América trouxeram em suas delegações representantes indígenas, que opinaram durante os debates do Congresso, coordenados pelo Presidente da FUNAI naquela ocasião.

CONCLUSÕES

O estudo que realizamos sobre a Integração do Índio na Estrutura Agrária do Paraná, 'inspirado na abordagem das relações interétnicas - utilizada pela Etnologia - focaliza a situação de contato entre os índios Kaingáng e os brancos - "populações dialeticamente 'unificadas' através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes" 1/ - e comprova a operacionalidade da Teoria da Fricção Interétnica, já testada em outros trabalhos sobre o Brasil Indígena.2/

Vimos que leva o analista a compreender e explicar as relações interétnicas, caracterizadas por seus aspectos "competitivos" e "conflituais", que assumem especificidades locais, 3/ de acordo com a configuração socioeconômica, onde se travam as relações de contato, que são decorrentes da estrutura agrária do Paraná, vinculada às relações de produção que caracterizam a sociedade nacional.

Desde o início do povoamento do Sul do Brasil, as relações de contato entre os índios Kaingáng e os colonizadores foram em termos de oposição de interesses. Os silvícolas procurando defender seus territórios, e os brancos conquistando a terra e as reservas naturais.

Pelas áreas de campos e matas avançaram as frentes pioneiras lançando em cada região os fundamentos de uma estrutura socioeconômica, que passa a integrar o índio e a absorvê-lo, como mão-de-obra nas relações de produção, que se consolidam na sociedade colonial.

O índio representa para o colonizador a força de trabalho a ser usada de forma gratuita, na sociedade escravagista.

Povoados os campos do Sul do Brasil, a economia é baseada na criação de animais e em ro-

ças de subsistência. Tal tipo de sistema socioeconômico não absorve uma quantidade significativa de braços como em grandes lavouras comerciais e de exportação. Assim, os colonizadores passam a necessitar mais das terras dos indígenas, para estenderem as pastagens, do que de mão-de-obra. Nessas áreas os atritos interétnicos se travam fundamentalmente por questões de invasão de terras e chegam a assumir sérias proporções, quando grupos Kaingáng localizados na área de campos chegam a enfrentar em luta armada seus opositores. 4/

As hostilidades são contornadas pelo Serviço de Proteção aos Índios, órgão criado para "defender os interesses das populações tribais".

Por outro lado, dentro dos Postos Indígenas surge uma organização do trabalho baseada em sistema de empresa, em que o índio é utilizado como mão-de-obra não remunerada e nem recompensada, e é levado a trabalhar coletivamente para manter a instituição que lhe assegura o uso da terra.

Em vários exemplos pudemos ilustrar que o ex-S.P.I., como a FUNAI, não consegue impedir a invasão dos territórios tribais pelo oponen-

te branco, bem como a exploração que os "intrusos" ou os "posseiros" empreendem em relação aos índios Kaingáng.

Percebemos também que a organização do trabalho dentro dos Postos Indígenas está mais voltada para os interesses do sistema nacional do que para os interesses da família indígena, que tem de assegurar a produção de cada Posto, em detrimento de suas roças de subsistência e não chegam a produzir o necessário para a sobrevivência.

Pelas contingências das relações de contato que envolvem essas populações, os índios são levados a complementar a balança doméstica em tarefas realizadas fora da reserva indígena.

Em regiões em que se desenvolveu uma agricultura comercial, os Kaingáng, por se constituírem em reserva natural de mão-de-obra, sempre em oferta a preços reduzidos, passam a ser manipulados pelos exploradores agrícolas.

Para os regionais trabalham vários meses do ano, deixando em segundo plano as suas roças de subsistência, que são sempre realizadas tardiamente e com os poucos recursos de que dispõem para adquirirem ferramentas, sementes

e alimentos para eles e para os parentes que auxiliam no trabalho dentro da reserva.

Na melhor das eventualidades chegam a pagar camaradas que implementam as plantações, dos poucos índios que dispõem de capital e que também passam a explorar os de "sua nação", pois "índio para índio trabalha mais barato".

No Paraná rural como um todo, constituem-se em reserva de mão-de-obra. Estão absorvidos pela estrutura agrária que assume, como dissemos inicialmente, características peculiares devido ao tipo de colonização implantada em momentos históricos diversos. Assim, naquelas áreas mais atrasadas são menos solicitados a prestar serviços aos sitiantes. Porém em regiões que estão em crescimento econômico acelerado são levados a participarem mais intensamente das relações de produção. 5/

São áreas em que o tipo de colonização implantada é essencialmente baseado no regime de pequenas propriedades. O Norte do Paraná contrasta com a área de pastagens naturais em que o latifúndio tradicional foi o sistema introduzido.

Por outro lado, nessa região de coloniza-

ção mais recente, as relações de contato assumem características competitivas. Como já descrevemos, os agricultores sem terra e na dependência de conseguirem jornadas de trabalho, vêm em no índio um concorrente a mais, que disputa as ofertas de trabalho do explorador agrícola, que detém o capital, que investe na produção. Nessas áreas, a tensão não decorre essencialmente da posse da terra, mas é percebida por trás das relações de produção. Estas caracterizam uma estrutura agrária em desenvolvimento.

Pelo exposto se depreende que os índios Kaingáng do Paraná já se estão acomodando na sociedade de classes, ocupando a base da pirâmide e desfrutando com os de sua classe a obtenção do trabalho esporádico, realizado sazonalmente e dentro dos padrões de remuneração da sociedade mais impositiva.

Por outro lado, têm assegurado pelo Estatuto do Índio 6/ o uso da terra e a moradia.

Se em programas de desenvolvimento regional fosse dada a necessária atenção à questão indígena — levando-se em consideração que a população Kaingáng integrada no Sul do país e no

Estado de São Paulo é bastante significativa e vem aumentando consideravelmente nas últimas décadas a ponto de não se poder dizer que estão em processo de extinção, muito pelo contrário, tenderão a elevar seu número — e a FUNAI "proporcionasse aos índios os meios para participarem do processo de desenvolvimento ... proporcionando-lhes recursos" — como dispõe o Estatuto do Índio, de acordo com a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, título 1, pág. 1 —, acreditamos que esses índios teriam condições de organizar sua produção, sem precisarem depender essencialmente do Labour Migration. Tais medidas não levariam a população aldeada a ser mantida numa situação de estufa, o que seria utópico. Pelo contrário, se recebessem financiamentos e orientação técnica passariam a prover a sua sobrevivência a ponto de se transformarem em "camponeses", como tantas outras populações indígenas da América, 7/ que não dependem do trabalho esporádico à mercê do explorador agrícola. Tornando-se auto-suficientes estariam na condição que Caio Prado Jr. define ao se referir aos camponeses: "é o pequeno agricultor que é o empresário de sua própria produção". 8/

Vinculados ao mercado para onde conduziriam o excedente, continuariam a se integrar no sistema econômico nacional, através de seus segmentos regionais, com os quais estão diretamente em contato, sem precisarem perder ou escamotear a identidade étnica, que dá coesão e persistência ao grupo, como unidade organizacional.

Mesmo na dependência de seu oponente, que controla e decide sobre as trocas comerciais realizadas no contexto nacional, não estaria provavelmente tão diretamente sujeito à espoliação e à alienação, que envolve esse grupo indígena. Participariam do sistema numa condição um pouco mais favorável, ou seja, a de "empresários de sua própria produção", que os colocaria mais próximos da condição de camponeses, já conceituada, do que a de "migrantes rurais", como atualmente está a ocorrer. 9/

Notas bibliográficas:

1. Ver R. C. Oliveira, 1962, op. cit.
2. Consultar os trabalhos de Julio Cezar Melatti, Roque de Barros Laraia, Paulo Marcos de Amorim, Sílvio Coelho dos Santos incluídos na bibliografia sobre o "Brasil Indígena".
3. Ver Max Weber, "Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha", in ENSAIOS DE SOCIOLOGIA (FROM MAX WEBER), organizado por Hans Gerth e C. Wright Mills, Zahar Ed., 1967, 1ª ed. 1946, em que o estudioso se refere às comunidades rurais nas quais os fatos tendem sempre a uma certa especificidade local, em contraste com a universalidade dos fatos em meios urbanos.
4. Em entrevista realizada no P.I. "José Maria de Paula", hoje Guarapuava, os índios narraram várias histórias referentes a conflitos armados devido à questão de terras, que segundo o Encarregado do P.I., D.S., as lutas continuaram mesmo depois da criação do S.P.I. até a demarcação das terras pela União.
5. Ver R. C. de Oliveira, 1968, AMÉRICA INDÍGENA, op. cit. p.359, em que no ensaio sobre "Problemas e Hipóteses Relativos à Fricção Interétnica: Sugestões para uma Metodologia", o autor faz um quadro de distribuição das zonas fisiográficas segundo a densidade demográfica, incremento populacional e presença de grupos tribais e onde os Kaingáng aparecem na Categoria I, VI e VII, sendo que uma parte está centrada em zonas mais atrasadas e os que estão ao norte estão em zonas de franco desenvolvimento econômico, sem se constituírem "em entrave ao desenvolvimento" e sim participando do crescimento econômico que caracteriza a região.
6. Ver Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, sancionada pelo Sr. Presidente da República e que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

7. Ver Stavenhagem, op. cit. 1963, p.65, e 1971, cap. 16, p. 231.
8. Cf. Caio Prado Jr., A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, São Paulo, Brasiliense, 2ª ed. 1966.
9. Ver o modelo proposto por Otávio Guilherme C. A. Velho em "O Conceito de Camponês e sua Aplicação à Análise do Meio Rural Brasileiro", in AMÉRICA LATINA, Rio, 1969, ano 12, nº 1, p.96-104, em que o autor apresenta algumas variáveis que servem para caracterizar os casos-limites de campesinado e de proletarização.

BIBLIOGRAFIA *

1. Trabalhos consultados durante a elaboração da tese:

- BALANDIER, Georges
1971 - SOCIOLOGIE ACTUELLE DE L'AFRIQUE NOIRE. DINAMIQUE SOCIALE EN AFRIQUE CENTRALE. Paris, Presses Universitaires de France.
- 1971 - SENS ET PUISSANCE: LES DYNAMIQUES SOCIALES. Paris, Presses Universitaires de France.

* Esta bibliografia contém o que de essencial influenciou na preparação da tese e, algumas vezes, repete trabalhos já citados em notas que estão no final de cada capítulo.

- BANTON, Michael
 - 1970 - SOCIALIZATION: THE APPROACH FROM SOCIAL ANTHROPOLOGY. A.S.A. Monographs 8. London, Tavistoch Publications.
- BASTIDE, Roger
 - 1971 - ANTROPOLOGIA APLICADA. Buenos Aires, Amorrortu Editores.
- CARDOSO, Fernando Henrique
 - 1971 - "Comentário sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade". IN ESTUDOS 1 SOBRE TEORIA E MÉTODO EM SOCIOLOGIA. São Paulo, Edições CEBRAP, pp. 101-.. 130.
- CARDOSO, Fernando Henrique y
- FALLETO, Enzo
 - 1971 - DEPENDENCIA Y DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA. México, Siglo Veintiuno, 3ª ed.
- CASANOVA, Pablo González
 - 1962 - "Sociedade plural y desarrollo: el caso de México". IN AMÉRICA LATINA. Ano V, nº 1-2, jan-junho, pp. 31-51.
- CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES
 - 1969 - SUR 'LE MODE DE PRODUCTION ASIATIQUE'. Paris, Editions Sociales.
 - 1970 - SUR LES SOCIETES PRECAPITALESTES. Paris, Editions Sociales.
- DALTON, George
 - 1972 - "Peasantries in Anthropology and History". IN CURRENT ANTHROPOLOGY. Chicago Press, v. 13, nº3-4, june-october, pp. 385-416.
- FERNANDES, Florestan
 - 1972 - FUNDAMENTOS EMPÍRICOS DA EXPLICAÇÃO SOCIOLOGICA. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed.

- FRANK, Andre Gunder
 - 1971 - SOCIOLOGIA DEL DESARROLLO Y SUBDESARROLLO DE LA SOCIOLOGÍA. EL DESARROLLO DEL SUBDESARROLLO. Barcelona, Cuadernos Anagrama, Serie: Sociología y Antropología, Editorial Anagrama, ed. inglês, 1969.

- HARNECKER, Marta e (original)
- URIBE, Gabriela
- ANDER - Ebb, Ezequiel e (adaptação)
- CID, Eduardo Varela
 - 1973 - IMPERIALISMO Y DEPENDENCIA, Argentina, Cuadernos de Educación Popular 5, Centro de Estudios Políticos.

- LEACH, E. R.
 - 1961 - RETHINKING ANTHROPOLOGY. São Paulo, Trad. pela Ed. Perspectiva S/A, Debates, 1974. 1st. ed. reprinted in 1966.

- LECLERC, Gérard
 - 1973 - CRÍTICA DA ANTROPOLOGIA - ENSAIO ACERCA DA HISTÓRIA DO AFRICANISMO. Lisboa, Editorial Estampa.

- LEVI-STRAUSS, Claude
 - 1958 - ANTHROPOLOGIE STRUCTURALE. Paris, Librairie Plon, trad. p/ Edições Tempo Brasileiro Ltda., Rio de Janeiro, 1967.
 - 1962 - "A Crise Moderna da Antropologia". IN REVISTA DE ANTROPOLOGIA. v. 10, nº 1, 2, junho-dezembro, pp.19-26.
 - 1969 - THE ELEMENTARY STRUCTURES OF KINSHIP (LES STRUCTURES ELEMENTAIRES DE LA PARENTE). Boston, Beacon Press.

- LEWIS, Oscar
 - 1961 - ANTROPOLOGÍA DE LA POBREZA - CINCO FAMILIAS. México, Fondo de Cultura Económica, trad. esp. (1ª ed. inglês em 1959).

- MARX, Karl
 - 1959 - LE CAPITAL - CRITIQUE DE L'ECONOMIE POLITIQUE. Paris, Editions Sociales, v. I a VII.
- MAUSS, Marcel
 - 1960 - SOCIOLOGIE ET ENTHROPOLOGIE. Paris, Presses Universitaires de France.
 - 1970 - LO SAGRADO Y LO PROFANO. Barcelona, Barral Editores, Obras I, Breve Biblioteca de Reforma.
 - 1971 - INSTITUCIÓN Y CULTO: REPRESENTACIONES COLECTIVAS Y DIVERSIDAD DE CIVILIZACIONES. Barcelona, Barral Editores, Obras II, Breve Biblioteca de Reforma.
 - 1972 - SOCIEDAD Y CIENCIAS SOCIALES. Barcelona, Barral Editores, Obras III, Breve Biblioteca de Reforma.
- MURDOCK, George Peter
 - 1949 - SOCIAL STRUCTURE. New York, The Macmillan Company.
- PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado
 - 1972 - DESENVOLVIMENTO E MARGINALIDADE - UM ESTUDO DE CASO. São Paulo, Dissertação de Mestrado FFCLH da USP, mimeografado.
- PEREIRA, Luiz
 - 1971 - "Populações Marginais". IN ESTUDOS SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO. São Paulo, Biblioteca de Ciências Sociais, cap. 7.
- SARTRE, Jean-Paul
 - 1966 - QUESTÃO DE MÉTODO. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- SINGER, Paul Israel
 - 1968 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EVOLUÇÃO URBANA (ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA DE SÃO PAULO, BLUMENAU, PORTO ALEGRE, BELO HORIZONTE E RE

CIFE). São Paulo, Companhia Editora da Universidade de São Paulo.

- 1969 - DESENVOLVIMENTO E CRISE - CORPO E ALMA DO BRASIL. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- 1973 - "Cambios de Población y Producción". IN IMPERIALISMO Y CONTROL DE LA POBLACIÓN. Argentina, Ediciones Periferia, Colección Estados Unidos y América Latina, pp. 133-147.

- STAVENHAGEN, Rodolfo

- 1964 - "Las Relaciones Interétnicas en Algunas Areas de América Indígena" (Projeto de Estudo). IN AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, ano 7, nº 1, jan-março, pp. 103-108.
- 1966 - "Estratificação Social e Estrutura de Classes". IN ESTRUTURA DE CLASSES E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL. Rio de Janeiro, Zahar Editores, Textos Básicos de Ciências Sociais, pp. 117-148.
- 1967 - "Sete teses equivocadas sobre a América Latina". IN SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro, Zahar Editores, Textos Básicos de Ciências Sociais, pp. 121-136.

2. Obras consultadas sobre o Brasil, de caráter: histórico, arqueológico, geográfico, genético, sociológico, etc.:

- ALMEIDA, Aluísio de

- 1968 - O TROPEIRISMO E A FEIRA DE SOROCABA. São Paulo, Luzes-Gráfica Editora Ltda.

- ALINCOURT, D'Luiz

- 1950 - "Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuyabá". IN ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Pau-

lo, Imprensa Oficial do Estado,
t. XIV, p. 267.

- ANDRADE, Manuel Correia de
 - 1968 - "O Sul". IN PAISAGEM E PROBLEMAS DO BRASIL. São Paulo, Editora Brasileira, cap. VII, pp. 205-242.
- ANDRADE, Teóphilo de
 - 1941 - O RIO PARANÁ NO ROTEIRO DA MARCHA PARA O OESTE. Rio de Janeiro, Editores Irmãos Pongetti e Zélio Verde.
- BALDUS, Herbert
 - 1962 - "Curt Nimuendaju". IN HUMBOLDT. Rep. Federal da Alemanha, nº5, ano 2, p. 82
- BALHANA, Altiva Pilatti
 - 1955 - "Aspectos da Geografia Humana do Paraná". IN BOLETIM nº 35 do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, Curitiba.
- BANDEIRA, Joaquim José Pinto
 - 1879 - "Notícia da Descoberta do Campo de Palmas". IN REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, t. XIV, 2ª ed., pp. 385-396.
- BARROS, Fausto Ribeiro de
 - 1944 - "Um Ciclo Pastoril nos Campos de Avanhandava". IN ANAIS DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro, pp.631-644.
- BARTHELMES, Heloísa
 - 1967 - "Sistemas Agrários do Estado do Paraná". IN SEPARATA DO BOLETIM DA DIVISÃO DE GEOGRAFIA. nº 2, Departamento de Geografia, Terras e Colonização, Estado do Paraná, pp. 1-19.
- BELMONTE

1948 - NO TEMPO DOS BANDEIRANTES. São Paulo, Edições Melhoramentos.

- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti

1953 - "O Problema das 'Frentes Pioneiras' no Estado do Paraná". IN REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. nº 3, ano XV, julho-setembro, pp.335-382.

BLASI, Oldemar

1965 - "Os Indícios Arqueológicos do Barração e Dionísio Cerqueira: Paraná-Santa Catarina". IN ARQUIVOS DO MUSEU PARANAENSE. Impresso nas Oficinas de Artes Gráficas da Escola Senai de Curitiba, nº 2, dez., pp. 1-27.

1967 - "O Sítio Arqueológico de Estirão Comprido Rio Avaí: Paraná: Estudos Complementares". IN ARQUIVOS DO MUSEU PARANAENSE. Curitiba, Seção de Arqueologia-História do Museu Paranaense, nº 3, mar., pp. 1-60.

- BORBA, Nestor

1898 - "Excursão ao Salto do Guayra ou Sete Quedas pelo Cap. Nestor Borba". IN REVISTA BIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, LXI, parte I, pp. 65-74.

- BORGES, T. Pompeu Accioly

1955 - MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL. Rio de Janeiro, Editora e Gráfica Guarany Ltda., Comissão de Política Agrária.

- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez

1947 - NAUFRAGIOS Y COMENTARIOS. Buenos Aires, Cia. Editora Espasa Calpe Argentina, Colección Austral, 3ª ed.

- CARDIM, Fernão

1939 - TRATADOS DA TERRA E GENTE DO BRA-

VIII

SIL. São Paulo, Biblioteca Pedagógica Brasileira, s. 5ª, v. 168, Brasileira.

- CARNEIRO, Davi

- 1941 - O DRAMA DA FAZENDA FORTALEZA. Curitiba, Paraná, Empr. Gráfica Paranaense, Edição do Dr. Dicesar Plaisant.

- CHMYZ, Igor

- 1967 - "O Sítio Arqueológico PR UV 1 (abrigo sobre rocha Casa Grande)". IN ARQUEOLOGIA. Curitiba, Publicação do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, nº 3, pp 1-42.

- 1968 - "Considerações sobre Duas Novas (a) Tradições Ceramistas Arqueológicas no Estado do Paraná". IN ANAIS DO II SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA. São Leopoldo, Inst. Anch. Pesq., pp. 115-125.

- 1968 - "Novas Perspectivas de Arqueologia (b) Guarani no Estado do Paraná". IN ANAIS DO II SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA. São Leopoldo, Inst. Anch. Pesq., pp. 171-189.

- 1969 - "Comentários sobre as Culturas Pré-Cerâmicas no Estado do Paraná". IN ANAIS DO III SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA. São Leopoldo, Inst. Anch. Pesq., pp. 13-24.

- 1969 - "Pesquisas Arqueológicas no Alto e Médio Rio Iguaçu". IN SEPARATA DO PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS. Belém, Museu Paranaense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas nº 13, pp. 103-125.

- COBRA, Senador Nogueira

- 1923 - UM RECANTO DO SERTÃO PAULISTA. São Paulo,

- COELHO JR., Carlos

- 1946 - PELAS SELVAS E RIOS DO PARANÁ.

Curitiba, Editora Guaíra Ltda.

- COLOMBINA, Francisco Tosi
 - 1974 - DESCOBRIMENTO DAS TERRAS DO TIBAGI: MANUSCRITO INÉDITO DO SEC. XVIII. Univ. Estadual de Maringá, Imprensa Universitária.
- COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 - 1906 - EXPLORAÇÃO DOS RIOS FEIO E AGUAPEHI. São Paulo.
 - 1907 - EXPLORAÇÃO DO RIO DO PEIXE. São Paulo.
- CORREIA, Manoel Francisco Ferreira
 - 1893 - NOTÍCIA SOBRE O ESTADO DO PARANÁ. Typ. e Lith. a vapor da Cia. Impressora Paranaense.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel
 - 1960 - REGIÕES CULTURAIS DO BRASIL. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Imp. Ministério de Educação e Cultura.
- ELLIOT, John Henrique
 - 1869 - "Resumo do Itinerário de uma Viagem Exploradora pelos Rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus Afluentes, pelo Paraná, Ivahy e Serções Adjacentes, Emprehendida por Ordem do Exmo. Sr. Barão de Antonina". IN REVISTA TRIMESTRAL DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA OU JORNAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO IX (1847). Rio de Janeiro, 2ª ed., pp. 17-42.
- FERNANDES, Loureiro
 - 1950 - "Romário Martins - o Fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná". IN BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba, Editora Guaíra Ltda., v. IV, f. I, 1º jan, pp. 17-33.

- 1956 - "Frei Luiz de Cimitille". IN SEPARATA DA REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Curitiba, t. III, nº 1, pp. 3-26.
- FERNANDES, Loureiro e BLASI, Oldemar
- 1956 - "As Jazidas Arqueológicas do Planalto Paranaense - Nota Prévia sobre a Jazida do Estirão Comprido". IN SEPARATA DO BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba, v. VI, f. 3-4, pp. 3-16.
- FERNANDES, J. Loureiro e outros
- 1957 - "P.T.C. Thresholds, Colour Vision and Blood Factors of Brazilian Indians". IN ANNALS OF HUMAN GENETICS. Grã-Bretanha, v. 22, parte 1, pp. 16-21.
- FERNANDES, Florestan
- 1964 - A INTEGRAÇÃO DO NEGRO À SOCIEDADE DE CLASSES. Edição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- FIGUEIREDO, Lima
- 1937 - "Oeste Paranaense". IN BRASILIANA. São Paulo, v. XCVII.
- FRANCO, Arthur Martins
- 1936 - "Frei Timotheo de Castelnovo". IN REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Curitiba, Typ. João Haupt e Cia., t. I, nº 3, pp. 203-212.
- 1941 - "O Coronel Telêmaco Morosini Borba". IN SEPARATA DOS ARQUIVOS DO MUSEU PARANAENSE. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, v. I, ! art. VIII, pp. 143-148.
- 1943 - DIOGO PINTO E A CONQUISTA DE GUARAPUAVA. Edição do Museu Paranaense, v. 1ª, pp. 9-270.
- FREYRE, Gilberto
- 1968 - BRASIS, BRASIL, BRASÍLIA. Rio de

Janeiro, Gráfica Record Editora.

- FREIRE-MAIA, N. e outros
 - 1958 - "Hand Claspings in Different Ethnic Groups". IN HUMAN BIOLOGY. v. 30, nº 4, december, pp. 281-291.
- FREIRE-MAIA, Newton
 - 1973 - BRASIL LABORATÓRIO RACIAL. Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda.
- FRÓES DA FONSECA, A.
 - 1957 - "Novas Normas para o Estudo da Raça e da Mestiçagem". IN REVISTA DE ANTROPOLOGIA. São Paulo, v. V, nº 2, dez..
- FURTADO, Celso
 - 1968 - UM PROJETO PARA O BRASIL. Rio de Janeiro, Editora Saga S/A, 3ª ed.
 - 1969 - FORMAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, Lia Editora S/A.
- GOULART, José Alípio
 - 1961 - TROPAS E TROPEIROS NA FORMAÇÃO DO BRASIL. Rio de Janeiro, Conquista, Temas Brasileiros, v. 4.
- IANNI, Octavio
 - 1962 - AS METAMORFOSES DO ESCRAVO: APOGEO E CRISE DA ESCRAVATURA NO BRASIL MERIDIONAL. São Paulo, Difusão Européia do Livro, v. VII da s. Corpo e Alma do Brasil.
- LEÃO, Ermelino A. de
 - 1903 - O CONTESTADO NORTE: PARANÁ- SÃO PAULO. Curitiba, Typ. Impressora Paranaense, Monographias Paranaenses.
 - 1923 - A HISTÓRIA POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ. São Paulo, Empresa Editora Brasil.

- LIMA, Francisco das Chagas
 - 1842 - "Memória sobre o Descobrimento e Colonização de Guarapuava". IN REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. v. 4^o, pp. 43-64.
- LINHARES, Temístocles
 - 1955 - PARANÁ VIVO. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora.
 - 1969 - HISTÓRIA ECONÔMICA DO MATE. Rio. José Olímpia Editora.
- MAACK, Reinhard
 - 1968 - GEOGRAFIA FÍSICA DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, Publicação sob os auspícios do Banco de Desenvolvimento do Paraná, da Univ. Fed. do Paraná e do Inst. de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.
- MACEDO, F. R. Azevedo
 - 1951 - CONQUISTA PACÍFICA DE GUARAPUAVA. Paraná, Edição Gerpa, pp.11-275.
- MACHADO, Brasil Pinheiro
 - 1951 - "Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná". IN SEPARATA DO BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba.
- MACHADO, Brasil Pinheiro e BALHANA, Alti-pilatti
 - 1963 - "Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná". IN BOLETIM DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ, Departamento de História, Curitiba, nº 3.
- MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS
 - 1951 - JESUÍTAS E BANDEIRANTES NO GUAFIRA (1549-1640): INTRODUÇÃO, NOTAS E GLOSSÁRIO POR JAIME CORTESÃO. Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, v. I.
 - 1952 - JESUÍTAS E BANDEIRANTES NO ITATIM (1596-1760): INTRODUÇÃO, NOTAS E GLOSSÁRIO POR JAIME CORTESÃO. Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, v. II.